UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO

GÉSSICA KAROLINE DE ANDRADE

EDUCAÇÃO NO CAMPO DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL (PR) – O CASO DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOSÉ BONIFÁCIO E A EMPRESA ALLIANCE ONE: A IDEOLOGIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

GUARAPUAVA/PR
2018

GÉSSICA KAROLINE DE ANDRADE

EDUCAÇÃO NO CAMPO DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL (PR) – O CASO DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOSÉ BONIFÁCIO E A EMPRESA ALLIANCE ONE: A IDEOLOGIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO como requisito parcial para obtenção do título o título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação.

Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, História, e Organização da Educação.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Michelle Fernandes Lima.

GUARAPUAVA/PR
2018

Catalogação na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

ANDRADE, Géssica Karoline de.
A553e Educação no campo do município de Rio Azul (PR) – O caso da Escola Rural municipal José Bonifácio e a empresa Alliance One: A ideologia de responsabilidade social / Géssica Karoline de Andrade. – Guarapuava, PR : [s.n], 2018.
201f.

Orientadora: Profª. Drª. Michelle Fernandes Lima
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação. Linha de Pesquisa: Políticas educacionais, História e Organização da Educação. Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR.

1. Educação do Campo – dissertação. 2. Fumicultura. 3. Público - privado. I. Lima, Michelle Fernandes. II. UNICENTRO III. Título.

CDD 370.19346

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, PROPESP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, PPGE

TERMO DE APROVAÇÃO

GÉSSICA KAROLINE DE ANDRADE

EDUCAÇÃO NO CAMPO NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL (PR) – O CASO DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOSÉ BONIFÁCIO E A EMPRESA ALLIANCE ONE: A IDEOLOGIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.

Dissertação aprovada em 27/03/2018 como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, área de concentração em Educação, pela seguinte Banca Examinadora:

Profª. Drª. Michelle Fernandes Lima
(Orientadora/UNICENTRO)

Prof. Dr. Lourival de Moraes Fidelis
(UFPR/Litoral)

Profª. Drª. Marlene Lucia Siebert Sapelli
(UNICENTRO)

IRATI-PR
2018

Impresso com recursos públicos por Rudolpho em 2018/03/27-10:25:08 na UNICENTRO

Dedico este trabalho às crianças do campo, que vivem em diferentes contextos e possuem seus futuros demarcados pelo capital.

Aos camponeses e camponesas, que tiveram suas histórias, costumes e crenças apagados e substituídos pela lógica capitalista. Que são explorados e submetidos à violência financeira, física e psicológica por parte das grandes corporações, principalmente as fumageiras. E que seguem firmes no trabalho com a terra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, João Maria Xavier de Andrade e Luzia Mosele de Andrade, que tiveram o seu direito de estudar negados e, na simplicidade, sempre me incentivaram a buscar meu futuro por meio do estudo.

Aos meus irmãos Juce, Joana, Edu e Cris, por me ajudarem, cada um do seu jeito nessa caminhada da pesquisa, apesar da distância e das nossas diferenças eu os amo e sou grata. Também aos meus sobrinhos, que sinto tanta saudade e amor.

Ao meu companheiro André Luiz Migon, pelo incentivo em todos os momentos e por proporcionar uma escrita tranquila deste trabalho com sua alegria e seu amor.

À Professora Doutora Marlene Lucia Siebert Sapelli, pelo exemplo de comprometimento pela educação pública e por dar voz às contradições que envolvem a Educação do Campo, pela sensibilidade, pela leitura cuidadosa, correções e ânimo no percurso da escrita, que foram fundamentais nos momentos de dificuldade.

À Professora Doutora Michelle Fernandes Lima, pelo apoio desde a graduação e por acreditar em minha capacidade de vencer esse desafio. Pelo exemplo de perseverança, de amor à vida e compromisso com os trabalhadores e por sempre reforçar que a vida não se vende.

Ao Professor Lourival de Moraes Fidelis, pela leitura e contribuição na qualificação desta pesquisa, motivando o trabalho de escrita em meio às tensões e preocupações que um trabalho como esse causa.

Aos entrevistados da pesquisa, professoras e professores aposentados que com muito carinho e atenção se dispuseram a responder minhas inquietações. Funcionários da Prefeitura Municipal de Rio Azul, especialmente da Secretaria de Educação que prontamente me ajudaram naquilo que estava ao alcance.

À minha sogra, Maria, camponesa forte, com o coração cheio de amor e fé que me acolheu em sua família como uma filha. Ao meu sogro Severino, camponês, aprendeu a lidar e a amar a terra e ensinou o compromisso da honestidade e do trabalho a seus filhos. Às minhas cunhadas, Simone e Gabriela, camponesas e pesquisadoras comprometidas com o acesso à educação pública daqueles menos favorecidos.

À Milena Monteiro Alves e Claudinei Zaboroski, queridos amigos com quem pude contar nos finais de semana e feriados para tirar dúvidas sobre a educação e história de Rio Azul e que sempre me atenderam com entusiasmo e me motivaram sempre.

À Fernanda Popoaski, amiga de infância, que me ajudou a ver o mundo com outros olhos. Mulher forte e admirável, sensível e engajada pela luta pela terra e pela agroecologia, me ensinou que a vida é luta.

Aos meus alunos da Escola Rural Municipal José Bonifácio, que me ensinaram tanto sobre a infância no contexto da fumicultura e que me revigoraram com a pureza e sonhos de criança.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICENTRO, professores e secretários, e em especial ao Rudolpho Schlumberger Netto, pela atenção e cuidado com os trâmites e documentações do programa, também, pela paciência e disposição em ajudar sempre.

Quem ocupa o trono, tem culpa;
Quem oculta o crime, também;
Quem duvida da vida, tem culpa;
Quem evita a dúvida, também tem.
Somos quem podemos ser sonhos que
podemos ter.

(Humberto Gessinger/Paulinho Galvão)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização do município de Rio Azul no estado do Paraná.....26
Figura 2 - Gráfico municipal referente ao valor bruto da produção rural 2015 – município de Rio Azul.....34
Figura 3 - Escola Rural Municipal Modesto Alves 72
Figura 4 - Escola Rural Municipal Antonio José Ribeiro.....73
Figura 5 - Escola Rural Municipal Marechal Floriano Peixoto.....74
Figura 6 - Escola Municipal Vanda Hessel 76
Figura 7 - Escola Rural Municipal Joaquim Vieira 77
Figura 8 - Escola Rural Municipal Santo Antonio 79
Figura 9 - Futuras Instalações da Escola Rural Municipal Santo Antonio.....79
Figura 10 - Escola Rural Municipal Dr. Getulio Vargas 81
Figura 11 - Escola Rural Municipal Francisco Soares 83
Figura 12 - Centro Municipal Infantil Aníbal Khury 84
Figura 13 - Centro Municipal De Educação Infantil Pequeno Polegar II.....85
Figura 14 - Escola Rural Municipal São João I.....86
Figura 15 - Escola Municipal Urquiz Cordeiro 87
Figura 16 - Escola Municipal Professora Anahir De Oliveira Lima 88
Figura 17 - Centro Municipal de Educação Infantil Cristo Rei.....89
Figura 18 - Centro Municipal de Educação Infantil Professora Maria Luiza Gaisler Soares90
Figura 19 - Inauguração do novo prédio da Escola Rural Municipal José Bonifácio, em 02 de abril de 1967 91
Figura 20 - Banheiros para alunos e funcionários, construídos em 2017.....92
Figura 21 - Refeitório 93
Figura 22 - Lavatórios e bebedouro do refeitório.....93
Figura 23 - Estante de histórias 96
Figura 24 - Escola Rural Municipal José Bonifácio (2017) 97
Figura 25 – Aula 1/caderno de atividades do Programa Se Liga 124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População do município de Rio Azul.....32
Quadro 2 - Índice de desenvolvimento humano municipal e seus componentes, indicadores de qualidade de vida no município de Rio Azul. 33
Quadro 3 - Área e produção agrícola no estado do Paraná por unidade administrativa da SEAB (fumo). 35
Quadro 4 - Área e produção agrícola no estado do Paraná por município da SEAB- Rio Azul (fumo). 36
Quadro 5 - Casos de notificações por intoxicação exógena- Rio Azul 51
Quadro 6 - Casos de tentativa de suicídio por intoxicação exógena- Rio Azul 53
Quadro 7 - Leis municipais referentes a agrotóxicos e sementes transgênicas- comercialização e produção- Rio Azul.....56
Quadro 8 - Leis municipais referentes á doação de terrenos do município para a instalação de empresas fumageiras- Rio Azul.....57
Quadro 9 - Escolas e sua localização no município, campo/cidade 63
Quadro 10 - Índices de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades.....67
Quadro 11 - Formação da equipe docente escolar.....94
Quadro 12 - Escolas municipais- ano de fundação, localidade, níveis e segmentos atendidos, direção e escolas que se integraram 98
Quadro 13 - Evolução das matrículas na rede municipal de ensino por alunos (al) e quantidade de turmas (tu) (2010-2014) 101
Quadro 14 - Conselheiros de Governança do Todos Pela Educação e suas empresas 112
Quadro 15 - Experiências de parcerias entre prefeituras e instituições ligadas à iniciativa privada no Brasil.....122
Quadro 16 - Integrantes nomeados para comporem as equipes de trabalho e grupos de estudo do processo de adequação do Plano Municipal de Educação 135
Quadro 17 - Diagnósticos apresentados no Plano Municipal de Educação que contam com apoio da iniciativa privada para sua 138
Quadro 18 - Metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de Rio azul que possibilitam a efetivação da parceria público-privada 141

Quadro 19 - Macrocampos e atividade desenvolvidas no Projeto Buscando Novos Saberes. 145
Quadro 20 - Assuntos tratados e registrados em ata sobre o Projeto Buscando Novos Saberes 148
Quadro 21 - Responsabilidades delegadas a cada uma das partes conveniadas 149
Quadro 22 - Conceitos de responsabilidade social 155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela de salários para o magistério, referente à carga horária de 20 horas semanais.....103

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva

AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil

AJOCEDI - Associação Joinvilense dos Centros de Educação Domiciliar Infantil

AJORPEME - Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Médias Empresas

ANA - Avaliação Nacional da Alfabetização

ANPIF - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

APMI - Associação de Proteção a Maternidade e Infância

APMF- Associação de Pais, Mestres e Funcionários

CEST - Centro Estadual de Saúde do Trabalhador

CLT - Consolidação das Leis trabalhistas

CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente

CMEI- Centro Municipal de Educação Infantil

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

EIA – RIMA - Estudos de Impacto Ambiental

EJA- Educação de Jovens e Adultos

EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

IAS- Instituto Ayrton Senna

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado

MEC- Ministério da Educação

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NESC - Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG - Organização Não Governamental

PDRAE - Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PEE - Plano Estadual de Educação

PIB - Produto Interno Bruto

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PME – Plano Municipal de Educação

PETI - Programa de Erradicação do trabalho Infantil

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNE- Plano Nacional de Educação

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPSUS - Programa Pesquisa para o SUS

RR - Roundup Ready

SEFE - Sistema Educacional Família e Escola

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESA - Secretaria da Saúde do Estado do Paraná

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SNE - Sistema Nacional de Educação

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TST - Tribunal Superior do Trabalho

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

ANDRADE, Géssica Karoline de**.** *Educação no campo do município de Rio Azul (PR) - o caso da Escola Rural Municipal José Bonifácio e a empresa Alliance One*: a ideologia de responsabilidade social. 2018. 201 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, 2018.

O presente estudo objetiva compreender os elementos que caracterizam a relação entre a empresa fumageira *Alliance One* e a Escola Rural Municipal José Bonifácio, no município de Rio Azul/PR, na perspectiva de desvelar a ideologia da responsabilidade social. O município em questão é um dos maiores produtores de tabaco do sul do país e, a escola possui educandos que são filhos de produtores de tabaco, os quais possuem contrato de compra e venda com a fumageira *Alliance One.* Buscamos analisar essa relação a partir das recentes transformações do papel do Estado no que se refere à oferta da educação pública e à delegação deste direito por meio da publicização com a iniciativa privada, movimento resultante das reformas pensadas a partir da vertente social-liberal. A pesquisa foi norteada pela perspectiva do materialismo histórico-dialético, o qual nos possibilitou enxergar o fenômeno da responsabilidade social empresarial para além da aparência e, as contradições da realidade, do trabalho e do capital. As indagações que fazem parte da problemática são: qual o contexto socioeconômico do município de Rio Azul? Como se caracteriza a trajetória histórica das escolas do campo de Rio Azul/PR? Qual a intenção das empresas fumageiras em subsidiar atividades escolares? Quais relações existem entre a empresa *Alliance One* e as práticas pedagógicas realizadas na escola em questão? A parceria público-privada em questão contribui para construir a ideologia de responsabilidade social? A perquisa foi realizada por meio de análise bibliográfica e documental, bem como entrevistas semi-estruturadas e regitro de depoimentos. A pesquisa está organizada em quatro capítulos. No primeiro, analisamos a história e a caracterização socioeconômica do município de Rio Azul/PR. No segundo, apresentamos a história das escolas municipais do campo do município em questão. No terceiro discutimos a relação público privada a partir dos anos 1990 e explicitamos os interesses das empresas nessas parcerias, indicando alguns exemplos. No quarto buscamos evidenciar a relação entre a Escola Rural Municipal José Bonifácio e a empresa fumageira *Alliance One* e a ideologia de responsabilidade social. Verificou-se que a relação existente entre o poder público e a iniciativa privada é ideológica na medida em que o direito à jornada ampliada é entregue legalmente por meio de convênios para a esfera privada, a qual possui menos obrigações e mais vantagens em relação à sociedade que recebe o serviço, inclusive, a educação no contexto capitalista passa por adequações na sua função e sentido para a manutenção dos interesses do capital e, possui no Estado, um regulador dessa relação o qual cria mecanismos para legitimar ações da iniciativa privada e, atestando assim sua ineficiência frente às soluções do mercado. Compreendeu-se existir um descompromisso por parte do governo municipal em relação à transparência dos dados do convênio em questão, a qual é garantida pela Lei nº 12.527/2011 e que esse fator é reforçado e reproduzido por agentes públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia. Responsabilidade Social Empresarial. Educação do Campo. Fumicultura. Público-privado. Rio Azul.

ABSTRACT

ANDRADE, Géssica Karoline de**.** *Country Education in the city of Rio Azul (PR) – the case of the José Bonifácio Rural Municipal School and the Alliance One company:* the ideology of social responsibility. 2018. 201 p. Dissertation (Master's Degree in Education) – State University of the Midwest, Guarapuava, 2018.

The present study aims at understanding the elements which characterize the relation between the tobacco company Alliance One and the José Bonifácio Rural Municipal School, in the city of Rio Azul/State of Parana, in the perspective of unveiling the ideology of social responsibility. The city in issue is one of the largest tobacco producers in the South of the country and, the school teaches students who are children of the tobacco producers, which possess a purchase and sale contract with the tobacco company Alliance One. We sought to analyze this relation from the recent transformations of the State's role in what refers to the offer of public education and the delegation of this right through the publicization with the private initiative, a movement which is resulting of the reforms thought from the social-liberal strand. The research was guided by the perspective of the dialectical historical materialism, which made it possible to see the phenomenon of the companies' social responsibility beyond the appearance and the contradictions of reality, the work and the capital. The inquiries which are part of the problem are: what is the socioeconomic context of the city of Rio Azul/PR? How is it characterized the historical path of the country schools of Rio Azul/PR? What is the intention of the tobacco companies in subsidizing the school activities? Which relations are there between the Alliance One company and the pedagogical practices performed in the school in study? Does the public – private partnership in focus contributes to the construction of an ideology of social responsibility? The research was performed through a bibliographic and documental analysis, as well as semi-structured interviews and a record of depositions. The research is organized in four chapters. In the first, we analyzed the history and the socioeconomic characterization of the city of Rio Azul/PR. In the second, we presented the history of the rural municipal schools in the mentioned city. In the third we discussed the public – private relation starting from the 1990s and explained the interest of the companies in these partnerships, indicating some examples. In the fourth, we sought to put in evidence the relation between the José Bonifácio Rural Municipal School and the tobacco company Alliance One and the ideology of social responsibility. It was verified that the existent relation between the public power and the private initiative is ideological in the sense that the right to the extended journey is legally handed through agreements for the private sphere, which possesses less obligations and more advantages in relation to the society which receives the service, moreover, the education in the capitalist context goes through adjustments in its function and direction for the maintenance of the capital interests and, it finds in the State, a regulator of this relation which creates mechanisms to legitimize actions of the private initiative, thereby attesting its inefficiency against the solutions of the market. It was understood that there is a disengagement by the municipal government in relation to the transparency of the data linked to the agreement in question, which is guaranteed by the Law n. 12.527/2011 and that this factor is reinforced and reproduced by the public agents.

Keywords: Ideology. Companies' Social Responsibility. Country Education. Tobacco Farming. Public-Private. Rio Azul.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 18

CAPÍTULO 1 PARTICIPAÇÃO DA FUMICULTURA EM RIO AZUL 25

1.1 HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL..... 26

1.2 HISTÓRICO DO TABACO E SUA INDUSTRIALIZAÇÃO, A CONVENÇÃO QUADRO E SUAS MEDIDAS LOCAIS 43

CAPÍTULO 2 A EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE RIO AZUL 62

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA..... 64

3.1 A RELAÇÃO PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO A PARTIR DOS ANOS 1990 107

3.2 PARCERIAS ENTRE EMPRESA E ESCOLA: QUAIS OS INTERESSES? 114

3.3 EXEMPLOS DE PARCERIA ENTRE EMPRESA E ESCOLA NAS REDES MUNICIPAIS 120

CAPÍTULO 4 A ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOSÉ BONIFÁCIO E A EMPRESA *ALLIANCE ONE*: A IDEOLOGIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL 129

4.1 A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE 2014 129

4.2. O CONVÊNIO ENTRE A PREFEITURA E A EMPRESA *ALLIANCE ONE*... 144

4.3 A PARCERIA PÚBLICO PRIVADA E A IDEOLOGIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 152

REFERÊNCIAS 163

ANEXOS 176

Anexo 1 - Matrículas em estabelecimentos educacionais em Rio Azul- 1985- 2016.. 177

Anexo 2 - Estabelecimentos de ensino em Rio Azul- 1996 a 2016. 179

Anexo 3 - Leis municipais referentes à educação no município de Rio 180

Azul- 1960 a 1970 180

Anexo 4 - Leis municipais referentes a educação no município de Rio 181

Azul- 1971 a 2000. 181

Anexo 6 - Convênio firmado entre o município de rio azul, associação de pais, mestres e funcionários da escola rural municipal José Bonifacio e Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda..... 187

APÊNDICES..... 192

Apêndice 1 - Pesquisas identificadas a partir do descritor “Rio Azul” nas bases de dados: Domínio Público; Banco de Teses e Dissertações da CAPES; Biblioteca Virtual de Educação do Campo Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); Sistema de Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Campinas (SBU-UNICAMP); Dissertações do Programa de Pós Graduação em Educação da UNICENTRO..... 193

Apêndice 2- Roteiro de entrevista com as professoras aposentadas 196

Apêndice 3- Roteiro de entrevista com a secretária de educação 197

Apêndice 4- Roteiro de entrevista com a diretora da Escola Rural Municipal José Bonifácio 198

Apêndice 5- Roteiro de entrevista com responsável por aluno 199

Apêndice 6- Roteiro de entrevista ex-secretária de educação de Rio Azul..... 200

Apêndice 7- Roteiro de entrevista com professor aposentado 201

INTRODUÇÃO

Minha relação com esta pesquisa tem origem no meu primeiro emprego, com 15 anos de idade, como jovem aprendiz numa empresa multinacional, fabricante de chicotes elétricos para automóveis. Por meio de uma parceria entre o Sistema S[1] e a Prefeitura de Irati/PR foram ofertadas vagas para alunos de escolas públicas cursarem um curso técnico na área administrativa e durante o curso, era possível que empresas contratassem os alunos do curso dentro da legalidade[2], com todos os direitos garantidos em lei.

No início do curso fui chamada para uma entrevista e comecei a trabalhar. A empresa é uma das maiores da região e emprega funcionários de diversos municípios além de Irati. Com o passar do tempo e, com minha dedicação, fui ganhando espaço na empresa e um cargo almejado dentro da área de Recursos Humanos. Iniciei a primeira graduação na área da Administração, porém, com a carga de trabalho e viagens que meu trabalho exigia impediram-me de seguir adiante com o curso, apesar de entender a importância da qualificação para garantir meu espaço no mercado de trabalho.

Até aquele momento, eu via minha posição na empresa como algo conquistado e merecido, afinal, eu tinha estudado um ano e meio e participado de um programa que julgava estar lá disponível para quem tivesse interesse. Apesar dos momentos de pressão intensa que me submetia em meio a infinidade de relatórios e atividades do

---

[1] Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Informações: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>

[2] A primeira turma de aprendizes foi em 2006, com o curso de Auxiliar Administrativo e Produção Industrial. O convênio entre prefeitura e SENAI ocorre no contexto do cumprimento da legislação vigente, para adolescentes de 14 a 16 anos, que cursam o ensino fundamental ou médio no período da noite e tenham disponibilidade para trabalharem em empresas no período da manhã, oferecendo formação de profissionais para atender o futuro quadro de funcionários das empresas locais e atendimento a jovens em condições de risco social. A Lei que ampara essa modalidade é 10.047, de 19 de dezembro de 2000. "Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação." Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm> Acesso em fevereiro de 2018.

departamento pessoal, via meu cargo como o grande motivo pelo respeito e status que possuía.

Depois da desistência da graduação, já com alguns anos de empresa, comecei a perceber o espaço que eu ocupava nela. Havia funcionários que estavam lá há muitos anos e desempenhavam a mesma tarefa desde que entraram e, com um salário inferior ao meu, também, em condições bastante diferentes, como o turno de trabalho em horário não comercial, muitas horas realizando um trabalho repetitivo e na mesma posição. Porém, tudo era naturalizado. Os testes de recrutamento para novatos, utilizando de critérios estéticos como o peso, a altura e demais condições físicas seguido de um treinamento que avaliava o quanto a pessoa realizava as tarefas sob pressão e em menor tempo, para garantir que chegasse à linha de produção um funcionário padrão sempre me pareciam necessários e determinantes para descrição do perfil daqueles que passavam pelo recrutamento. Porém, comecei a pensar sobre esse processo, pelo qual eu não passei, e a permanência praticamente inerte da maioria dos funcionários que trabalhavam na linha de produção, a qual garante o salário de todos os cargos da empresa.

Não foi difícil encontrar um alento para minha angústia. Encontrei pessoas próximas que me ajudaram a entender o que eu estava sentindo. Era empatia. No mesmo ano que desisti da faculdade de Administração fiz outro vestibular, mas agora procurava por algo diferente, que não me obrigasse a continuar dentro de uma empresa. Prestei vestibular para Pedagogia, provavelmente inspirada pelo sonho infantil de lecionar- quando estamos em uma situação desagradável, a tendência é nos voltarmos a situações que nos confortam e era isso que a possibilidade de ser professora me proporcionava em meio à exaustão e incompletude que me encontrava.

Aprovada no vestibular e já cursando Pedagogia, não demorou muito tempo para tomar a decisão de sair empresa, lugar onde vivi minha adolescência e ganhei experiências que me fizeram amadurecer imensamente. Depois que saí, recebi a proposta de participar de um processo seletivo para atuar no Instituto Equipe de Educadores Populares-IEEP, porém, o critério de seleção era escrever uma carta em que deveria descrever os motivos que me levavam a me interessar pela vaga. Aquele era o meu momento. Coloquei naquela carta tudo que eu sentia em relação ao mundo do trabalho no contexto capitalista e da necessidade de inverter a lógica do capital

entranhada nas relações sociais. Eu consegui. Estava fazendo o caminho inverso do sucesso.

O ano era 2013, minha tarefa era ajudar na organização dos trabalhos com os movimentos sociais e demais atividades do Instituto. Era algo muito diferente para mim, a relação com os agricultores agroecologistas, com as benzedeiras e faxinalenses era fraterno, desprovido de interesse e cheio de esperança. Descobri ali o que é trabalhar em razão de uma causa universal e urgente. O curso de Pedagogia me ajudava a compreender melhor os processos que eu passara na experiência anterior e a importância de existir articulações populares frente ao contexto capitalista. A experiência foi breve e intensa, durante um ano tive o privilégio de aprender com cada colega de trabalho e com todos os integrantes dos movimentos sociais, em que trago o sentimento puro de amizade com diversas pessoas que tive o prazer de conhecer.

Juntamente com o IEEP, funciona a Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis, a qual cuida da parte burocrática entre os agricultores e o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE e o Programa de Aquisição de Alimento-PAA. Essa associação foi alvo de uma investigação do Ministério Público e da Polícia Federal no ano de 2013, conhecida como Operação Agro-Fantasma, a qual investigava irregularidades na entrega de alimentos através do PAA, resultando na prisão preventiva de 92 pessoas, dentre elas, 3 agricultores da associação, os quais foram criminalizados sem provas e surpreendidos pela Polícia Federal. No dia 24 de setembro de 2013, pela manhã, tiveram suas casas reviradas pelos policiais que buscavam carros, dinheiro e documentos, porém sem êxito, e levados para a sede da Polícia Federal em Curitiba. Um dos agricultores ficou preso na cidade de Guarapuava, Foram mais de 40 dias de prisão.

Presenciei a desestabilização da associação e a injustiça cometida contra os agricultores, o sofrimento das famílias e a destruição da moral e da autoestima desses homens, que buscavam na união e na agroecologia uma alternativa para a produção e comercialização de alimentos. Houve grande mobilização de advogados ligados à causa popular e por parte de políticos que prestaram ajuda em Brasília para o esclarecimento das prisões.

Após a soltura, demorou mais de 3 anos para os agricultores serem considerados inocentes e, no dia 19 de agosto de 2017, ocorreu o Ato de Absolvição Pública dos

agricultores na Câmara Municipal de Irati. Porém, a dignidade que foi arrancada injustamente desses homens não pode ser reparada.

Ao final do ano de 2013 afastei-me das atividades do IEEP e prossegui com o curso. A partir disso, passei a perceber as contradições existentes nas relações sociais do atual modelo societário, principalmente, quando minha família recebeu a triste notícia da doença de um primo com menos de 30 anos de idade, relacionada à intoxicação pelo uso de agrotóxicos na produção de fumo. Ele perdeu a sensibilidade e a força nos membros inferiores e superiores do lado direito, ficando impossibilitado de executar atividades básicas do dia a dia, como escovar os dentes. Vejo a intoxicação do meu primo e de tantos outros trabalhadores do campo como uma violação dos direitos humanos e que existe um silenciamento por parte do poder público em divulgar esses dados.

O interesse pelas demandas da vida no campo me levou a escrever o trabalho de conclusão de curso nessa temática e a logo pensar em um projeto de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro Oeste-Unicentro, para o qual fiz seleção no último ano de faculdade e consegui uma vaga. Escolhi pensar as políticas públicas para a Educação do Campo em Rio Azul/PR, conhecida como a capital do fumo. Tive contato com os resultados de uma pesquisa sobre as intoxicações em fumicultores nessa cidade, realizada em 2013. Porém, durante a coleta de dados para a escrita de um dos artigos, deparei-me com a relação existente entre a fumageira *Alliance One*[3]e a Rede Municipal de Educação de Rio Azul, a partir de um convênio entre a empresa e a Escola Rural José Bonifácio, com o intuito de erradicar do trabalho infantil, por meio da ampliação da jornada escolar. Esse dado nos chamou a atenção e redirecionou a problemática para as especificidades dessa política.

No ano de 2015, a Prefeitura Municipal de Rio Azul abriu o edital para a realização de concurso público, dentre as vagas, para professores. Fiz a prova e fui chamada para assumir o cargo. Coincidentemente, a escola para qual fui encaminhada era a José Bonifácio, na qual atuo desde o início do ano letivo de 2017.

No final do ano de 2016, depois que casei, mudei da cidade de Irati/PR para o interior da cidade de Mallet/PR. A família do meu marido se dedica ao cultivo do fumo desde o ano de 1975. Eu e meu marido também trabalhamos com esse cultivo, assim, também participo das atividades na lavoura do tabaco. Paralelamente ao fumo, desde o

[3] Já não está explicado pq eu escolhi? help

ano de 2015, cultivamos alimentos para a merenda escolar do município de Mallet/PR, nos programas do PAA e PNAE, com o intuito de diversificar a propriedade e como ponto de partida para realizar a transição do cultivo do fumo para a produção de alimentos orgânicos.

Nesse contexto, vivo um paradoxo. Levantar cedo e colocar uma máquina com veneno em minhas costas e pulverizar sessenta mil pés de fumo, depois, ir para a escola. Todos os alunos e funcionários da escola em que leciono possuem contato direto com a fumicultura. Á noite, escrever esse texto. Entendo que todos que partilham de um juízo dialético da realidade vivem esse dilema no capitalismo de modo geral, porém, para mim, é mais intenso e confuso. Penso que o mais importante nesse momento é, apesar das dificuldades e contradições do meu ofício, não perder de vista a minha condição enquanto trabalhadora rural e professora em uma escola do campo.

A partir do relato exposto até aqui, destaco que o presente estudo tem como objetivo compreender os elementos que caracterizam a relação entre as empresas fumageiras e a rede municipal de ensino do município de Rio Azul, no estado do Paraná, visto que a Secretaria de Educação do referido município conta com a colaboração financeira das empresas desse segmento da região, mais especificamente entre a empresa *Alliance One* Brasil Exportadora de Tabacos Ltda[4] e a Escola Rural Municipal José Bonifácio. O município em questão é um dos que mais produzem tabaco em folha da região sul do país.

Acreditamos que essa relação pode ser entendida a partir do materialismo histórico dialético. Concordamos com Marx quando concebemos nosso objeto de pesquisa como resultado do desenvolvimento das forças produtivas e da trajetória da luta de classes, entendendo que em cada modo de produção os homens mantêm diferentes relações com os produtos e com a força produtiva, portanto, cada relação possui características específicas que precisam de uma análise que fuja de uma crítica puramente idealista. Analisamos a produção de fumo a partir dessa perspectiva.

[4] Segundo informações do site da empresa, a *Alliance One* International é uma empresa agrícola que oferece produtos e serviços de valor agregado para empresas e clientes e é um provedor confiável de produtos e ingredientes de origem responsável, independentemente verificados, sustentáveis e rastreáveis. A sede global da *Alliance One* está localizada em Morrisville, Carolina do Norte. Disponível em: < http://www.aointl.com/about-us> Acesso em fevereiro de 2018.

Para isso, utilizamos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e as entrevistas. Na pesquisa bibliográfica buscamos as pesquisas já realizadas sobre o município de Rio Azul, mais especificamente aquelas que trazem em sua problemática a relação da fumicultura e as relações de trabalho no campo[5] e, análise de referências bibliográficas relacionadas às discussões propostas. Na pesquisa documental foram considerados os seguintes documentos: projetos político-pedagógicos das escolas do município em questão; convênio nº 09/2014, celebrado entre o Município de Rio Azul e a empresa *Alliance One* e a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Rural Municipal José Bonifácio; informações referentes ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio Azul- CMDCA, coletadas a partir de relato escrito pela conselheira titular do CMDCA de Rio Azul; coleta de informações por email junto à EMATER em Rio Azul e ao setor de Epidemiologia da cidade. As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas junto à Secretária de Educação da época do convênio (2014) e a secretária atual, com a diretora da referida escola, com duas professoras aposentadas para o aprofundamento do histórico de duas escolas e, com uma mãe de estudante. Coleta de depoimento do professor aposentado Osdival Neves Albini[6], pesquisador preocupado com o resgate e o registro da história de Rio Azul.

Tivemos dificuldades durante a busca de informações oficiais do município, principalmente referentes ao modo de como a fumicultura foi "aceita" pela população

[5] Destacamos as pesquisas de Hauresko (2009), em que tratou das características entre a modernidade e o tradicional em comunidades faxinalenses de Rio Azul e Prudentópolis em torno da cultura do fumo; o trabalho de Soares (2012) que buscou evidenciar as características, a gênese e transformações temporoespaciais das comunidades faxinalenses de Rio Azul; Monteiro (2009) na pesquisa sobre as transformações socioespaciais em uma comunidade de Rio Azul; Silva (2012), na sua abordagem a respeito da tranformação do patrimônio cognitivo agrícola e ecológico de uma comunidade rioazulense; Ferreira (2008), no seu olhar sobre o turismo comunitário nas comunidades de Lageado de Baixo (Mallet) e Lageado dos Mello (Rio Azul); Carvalho (2015) sobre o desejo, o poder e a sedução na introdução da fumicultura nos faxinais de Rio Azul; Schüller (2015) na sua abordagem sobre as escolas da região centro-sul do Parana e a questão do trabalho infantil; Campos (2012) e sua contribuição a respeito da exposição a produtos químicos na fumicultura em Rio Azul; Gapinski (2014) sobre a Dança de São Gonçalo a partir de Nietzsche e; Souza (2015) na pesquisa sobre a percepção dos fumicultores expostos à agrotóxicos sobre a qualidade de vida em Rio Azul. Maiores detalhes das pesquisas disponíveis nos apêndices deste trabalho.

[6] Nasceu em 06 de maio de 1943 em Mallet/PR, viveu a maior parte de sua vida em Rio Azul, cursou Letras- Inglês na Fundação Faculdade Ciências e Letras de União da Vitória/PR. Lecionou em Rio Azul de 1ª a 4ª séries e, em Irati/PR da 5ª a 8ª séries. Também, lecionou em foi vice-diretor na Fundação Faculdade Ciências e Letras em Irati/PR. Atuou na prefeitura municipal de Rio Azul como tesoureiro municipal (1962); secretário da câmara municipal de Rio Azul (1965) e, secretário coordenador de esportes (1966). Foi eleito vereador no período de 1977 a 1983, idealizou e colaborou na fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE Rio Azul e recebeu o título de cidadão honorário de Rio Azul em 1998. Escritor de contos, poesias, materiais didáticos e históricos, também dedica seu tempo atualmente na organização e sistematização da história rioazulense.

rural e demais implicações do processo de cultivo, trabalho e relação empresa/agricultor/poder público municipal. Pouco há a esse respeito, sistematizado, no município, apesar da fumicultura ser a atividade que absorve a maior parte da força de trabalho local; ausência de documentos que contem a história do município do final da década de 1910 e início de 1920, sendo possível o acesso a documentos do legislativo a partir de 1940, faltando grande parte do início da história do município.

As indagações que fazem parte da problemática são: qual o contexto socioeconômico do município de Rio Azul? Como se caracteriza a trajetória histórica das escolas do campo de Rio Azul/PR? Qual a intenção das empresas fumageiras em subsidiar atividades escolares? Quais relações existem entre a empresa *Alliance One* e as práticas pedagógicas realizadas na escola em questão? A parceria público-privada em questão contribui para construir a ideologia de responsabilidade social?

Organizamos nossa pesquisa em quatro capítulos. No primeiro, analisamos a história e a caracterização socioeconômica do município de Rio Azul/PR, principalmente no que diz respeito à produção agrícola, sua influência no desenvolvimento e organização do município e especificidades locais referentes à fumicultura. No segundo capítulo, apresentamos a história das escolas municipais do campo do município em questão. No terceiro capítulo discutimos a relação público privada a partir dos anos 1990, os interesses envoltos nessas parcerias e, pesquisas que exemplificam convênios dessa natureza. No quarto capítulo, buscamos evidenciar a relação entre a Escola Rural Municipal José Bonifácio e a empresa fumageira *Alliance One* e a ideologia de responsabilidade social.

CAPÍTULO 1 PARTICIPAÇÃO DA FUMICULTURA EM RIO AZUL

O tabaco em folha é produzido por mais de 100 países no mundo, somando um total aproximado de 4 milhões de hectares de terra destinadas a essa cultura e uma produção 1.700 e 1.900 kg / ha. O Brasil é o segundo maior produtor de tabaco em folha do mundo. Destacam-se nesse segmento países como a China, responsável por 45% da produção mundial, Brasil com 12%, a Índia com 11% e os Estados Unidos, com 5% da produção. Países como Malawi e Zimbábue também estão tomando espaço nesse campo. Apesar da China ser a maior produtora de tabaco, o Brasil é o país que mais exporta o produto desde o ano de 1993 (DERAL, 2016).

Segundo o Departamento de Economia Rural do Paraná- DERAL, a produção de fumo tende a aumentar em países como o Zimbábue, pois, a necessidade de um maior número de trabalhadores nas lavouras de tabaco ocorre apenas na colheita, ou seja, para a manutenção do cultivo do tabaco é necessário um contingente de trabalhadores "disponíveis" nesses períodos:

> Dado o grau de mecanização já alcançado na maioria dos países e a dificuldade na contratação de trabalhadores volantes ou diaristas, é bem provável que na África o tabaco encontre mais espaço nas próximas safras (DERAL, 2016, p.1).

A região sul do Brasil é responsável por 97,8% da produção nacional, o restante das áreas cultivadas ficam nos estados de Alagoas, Bahia, e outros, não especificados no relatório do DERAL. O Paraná é o terceiro maior produtor de tabaco do Brasil (DERAL, 2016).

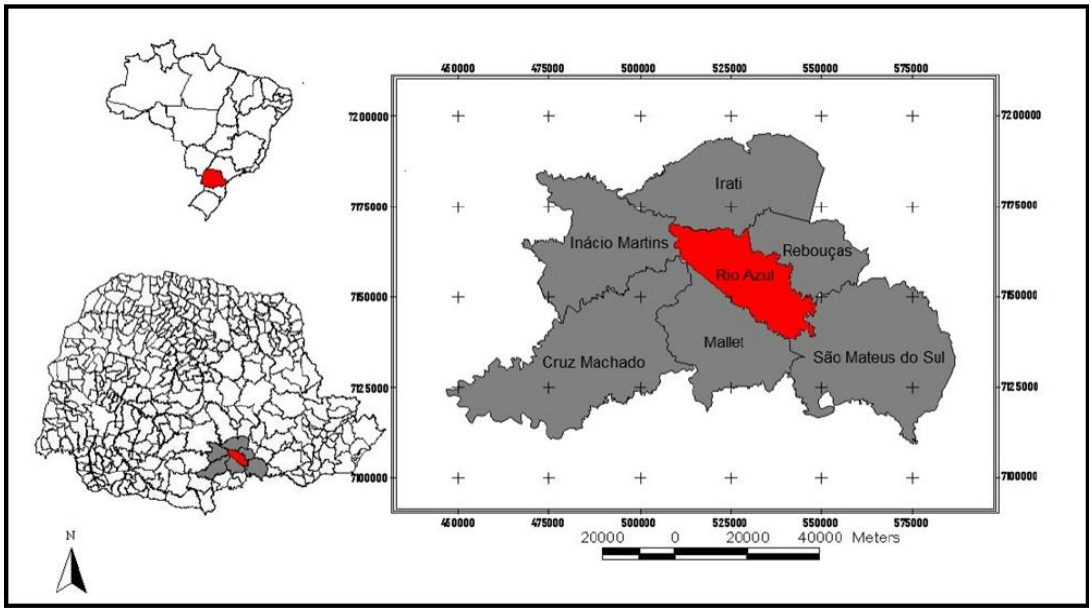
É nesse contexto, que se encontra nosso estudo, na cidade de Rio Azul, no Paraná, conhecida também como a "capital do fumo", que é uma das cidades paranaenses que mais produz o tabaco em folha, sendo essa prática responsável pela renda de grande parte das famílias rioazulenses. Caracterizadas pela pequena quantidade de terra e solo íngreme, as propriedades dos agricultores de Rio Azul possuem na fumicultura uma "garantia" de sustento, podendo ser realizada com maquinários simples e de tração animal. Porém, que necessita de demasiada força-de-trabalho, sendo essa suprida entre todos os integrantes das famílias.

Para a primeira aproximação com o tema, no primeiro capítulo nos preocupamos em pensar como se caracteriza historicamente o município de Rio Azul, prioritariamente em relação à produção agrícola e sua influência no desenvolvimento e organização do município.

1.1 HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL

Rio Azul é um dos 399 municípios do estado do Paraná e localiza-se na região sudeste do estado. Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-(IPARDES, 2016), a área territorial do município de Rio Azul é de 627,438 km², com distância de 183,50 km da sede do estado, Curitiba. Faz limite com as cidades de Cruz Machado, Inácio Martins, Irati, Mallet, Rebouças e São Mateus do Sul, com uma população, em 2016, de 15.112 habitantes, sendo que cerca de 5.787 habitantes da área urbana e 9.325 na área rural. Rio Azul é conhecida principalmente como “Capital do Fumo”.

Figura 1- Localização do município de Rio Azul no estado do Paraná



Fonte: Adaptado por Soares a partir de Barbosa (2007)

Habitada por índios tupis, Rio Azul era conhecida como “Sertão da Jararaca”, por haver uma grande população de cobras dessa espécie nas matas. A partir do século XVII, no movimento conhecido por bandeiras, vindo do estado de São Paulo, trouxe muitos bandeirantes em busca de materiais preciosos e índios para escravização. Esses bandeirantes abriram caminho até a região de Palmas/PR, que possui terras adequadas à

criação de gado, o que possibilitou a construção do caminho dos tropeiros que levavam o gado do Rio Grande do Sul para São Paulo e Minas Gerais (VALASCKI e WZOREK, 1988).

Rio Azul teve seus primeiros registros de povoamento na vinda de imigrantes no ano de 1885. Com a intenção de desbravar as matas em busca de erva-mate, madeira e outros produtos nativos, os primeiros povoadores foram Cláudio Amâncio de Oliveira, Domingos Soares de Ramos, Frederico Ferreira, Joaquim Correia Lopes, Joaquim Marinho e José Lourenço Cardoso, de origem e tradição italiana e portuguesa, oriundos de cidades paranaenses como Lapa e Campo Largo, os quais deram origem às colônias do Butiazal e Rio Azul dos Soares (VALASCKI e WZOREK, 1988).

O início da colonização e povoamento de maneira progressiva deu-se em grande medida pela passagem dos trilhos da Estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, em 1902. Por esse fato, recebeu a primeira denominação de Jaboticabal, por conta da estação ferroviária, depois, em homenagem ao engenheiro espanhol que trabalhou na construção da estrada de ferro, o povoado e a estação ferroviária passaram a se chamar Roxo Roiz. A estrada de ferro trouxe ao povoado de Roxo Roiz o início da urbanização, com a vinda de imigrantes poloneses, ucranianos, italianos e sírio-libaneses. A região ganhou força econômica a partir das novas práticas agrícolas e pastoris dos imigrantes, além do surgimento de pequenas indústrias de beneficiamento de produtos nativos e o comercio (VALASCKI e WZOREK, 1988; ZUB, 2011).

Com o progresso, aumento populacional e geração de riquezas, veio também a necessidade de emancipação política, pois, Roxo Roiz era um povoado em terras de São João do Triunfo/PR, pertencente à Comarca de Palmeira/PR, conquistando-a em 14 de julho de 1918. Em 18 de setembro de 1920, Roxo Roiz passou a denominar-se Marumby, por conta da mudança na denominação da estrada de ferro, porém, pertencente ao Termo de Iraty/PR, que pertencia na época à comarca de Ponta Grossa. Enfim, em 02 de janeiro de 1930, passou a se chamar Rio Azul, pelo fato da existência de um rio que nasce no território da cidade, o qual possuía as águas com coloração azulada. A comemoração do aniversário do município é 14 de julho, data de sua instalação oficial em 1918 (IPARDES, 2016; ZUB, 2011; VALASCKI e WZOREK, 1988).

Nessa época da imigração para Rio Azul (1895), a política imigratória do Brasil possuía a preocupação de ocupar os campos interioranos do país por conta de uma

possível perda de espaços para os argentinos e índios botocudos. Além disso, havia a intenção de uma reestruturação do trabalho "manchado pela escravidão" e o fortalecimento "das ideias liberais permeavam-se às pragmáticas necessidades de se encontrar um meio para resolver a crise de mão-de-obra que avizinhava com as gradativas restrições internacionais [...] ao tráfico" (NADALIN, 2001, p.67).

A partir do século XIX, o povoamento do estado do Paraná seguiu pela necessidade de produção de alimentos e construção de obras públicas, desconsiderando os povos que ali já existiam, os indígenas, na crença de que apenas o imigrante europeu poderia construir uma nação que extinguisse os traços dos nativos e a mancha da escravidão.

Acreditava-se que a imigração europeia teria um "efeito pedagógico" com novas técnicas agrícolas e ruptura com o latifúndio ensinando suas "virtudes do trabalho" para os que já viviam no Brasil (NADALIN, 2001, p. 65). Apesar de alguns percalços na adaptação dos imigrantes ao clima tropical do litoral paranaense:

> O governo, desde a década de 1870, passou a se preocupar em fixar os imigrantes em terras de melhor qualidade, em prestar-lhes assistência nos primeiros tempos e em garantir o escoamento, para centros urbanos, do excedente de alimentos produzidos nos núcleos coloniais. [...] A partir da década de 1890, há um avanço destas colônias no sentido do interior com um programa de estabelecimento de imigrantes [...] (TRINDADE, ANDREAZZA, 2001, p. 52).

Outro fator determinante na colonização de Rio Azul e do interior do Paraná como um todo, foi a construção da estrada de ferro pela Brazil Railway Company que ligava o estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul, por volta de 1902, bem como a vinda de imigrantes, a partir de 1896, de origem polonesa, ucraniana, italiana e sírio-libanesa, que se dedicaram à agricultura, atividades pastoris, comércio e indústria extrativista juntamente com a intensificação da exploração de madeira e erva-mate (ZUB, 2011).

A erva-mate desempenhou um papel de extrema importância no Paraná. Organizando postos de trabalhos bastante definidos na sua colheita, beneficiamento e transporte e um contingente de trabalhadores significativo. A partir de 1820 a erva-mate era produto de exportação, com isso, gerou a necessidade de um controle de qualidade mais rígido e consequentemente, conflitos entre os produtores e comerciantes que já

recebiam o produto torrado e moído. Esse fator resultou em uma indústria responsável por todas as etapas de extração, beneficiamento e transporte da erva-mate, provavelmente, nossa primeira experiência com o capitalismo industrial (OLIVEIRA, 2001).

Juntamente com a indústria, outros segmentos para sua sustentação desenvolveram-se no estado, a manutenção dos "engenhos e as embalagens e transporte da erva requeriam considerável soma de empresas voltadas para áreas como metalurgia, madeira e gráfica" (OLIVEIRA, 2001, p. 28). Com isso, a economia paranaense deu um grande salto até o período da Crise de 1929, quando as exportações tiveram demasiada queda. Juntamente com a dedicação pela erva-mate, a produção de alimentos caiu, contribuindo para as relações com o mercado (OLIVEIRA, 2001).

Na mesma linha de crescimento da erva-mate estava a extração de madeira no estado enquanto produto de exportação. As serrarias trouxeram consigo a necessidade de uma malha de transportes adequada como a Estrada da Graciosa e a Ferrovia que liga Curitiba-Paranaguá. O cenário paranaense contava com inúmeras serrarias e diversas outras empresas ligadas a ela como as de papelão e móveis (OLIVEIRA, 2001).

A extração de erva-mate e madeiras nobres sempre foi o carro chefe na economia do município de Rio Azul, mas com a chegada da cultura do fumo em 1958, o campo mudou drasticamente. As primeiras famílias a produzirem em larga escala com utilização de estufa foram Wyrytycki, Rymsza, Kruk e Zem, na localidade da Cachoeira. Mesmo sem uma filial instalada no município, a primeira empresa a incentivar os agricultores a plantar e colher o fumo foi a Souza Cruz (ZUB, 2011).

O trabalho de convencimento dos agricultores para cultivarem fumo foi uma estratégia pensada pela Souza Cruz e disseminada em Rio Azul por meio dos técnicos agrícolas. Segundo Carvalho (2015, p. 86)

> A propaganda foi de fundamental importância para que os primeiros agricultores topassem a nova empreitada. Os técnicos mostravam fotografias prometiam muitos lucros e sucesso econômico. Para aqueles que aceitaram, a empresa investiu pesado para que tivessem sucesso. A estratégia deu tão certo que dos primeiros cinco contratos em 1958 em Rio Azul, no ano seguinte o número mais que dobrou, foram onze novos contratos. Momento que os técnicos reuniam os moradores na escolinha da comunidade e novamente a propaganda era a alma do negócio, com fotos e falas convincentes para que os produtores fossem seduzidos e começassem a se dedicar ao plantio. Muitos disseram não, mas eram vistos como avessos ao progresso e ao possível sucesso econômico.

Em 1970 iniciou no Paraná o cultivo da soja e desde então, apenas cresceram em número as áreas plantadas e produtos derivados, sendo que, de 1970 a 1976, passou de 24% a 40% no cenário da produção nacional e no ano de 1974 a soja ocupava a terça parte de áreas de plantio no Estado (OLIVEIRA, 2001).

As mudanças no campo paranaense e a expansão do monocultivo em escala industrial é resultado de uma modificação na agricultura em nível mundial. A agricultura sempre fez parte das civilizações ao longo de 10.000 anos e é a principal característica da relação do homem com a natureza. Na era da modernidade, a partir do século XVI ocorreu a chamada Primeira Revolução Agrícola dos tempos modernos, na Europa, que integrou "lavoura e pecuária, introduzindo um rico sistema de rotações com gramíneas leguminosas e plantas com tubérculos, com novos equipamentos de tração animal em todo o ciclo de cultura" (BIANCHINI; MEDAETS, 2013, p. 1), possibilitando maior variedade alimentar e possibilidade de venda do excedente da produção. Além de subsídios técnicos para novas práticas no século XX:

> Agricultura Biodinâmica (Steiner - Alemanha - 1924), a Agricultura Orgânica (Howard - Inglaterra - 1925/30), a Agricultura Biológica (Müller - Suíça - 1930), a Agricultura Natural (Okada - Japão - 1935) todas elas agriculturas ecológicas, com base nos princípios da Agroecologia (BIANCHINI; MEDAETS, 2013, p. 1).

Essas práticas também conhecidas como agricultura tradicional perderam força com o acúmulo de experiências e expansão das novas práticas. A partir do final do século XIX e início do século XX, com o advento da Revolução Industrial, a agricultura passou a ser vista como nunca pelo Estado como um grande negócio, apoiada principalmente por políticas dos Estados Unidos e Europa. Norteada pelo monocultivo, avanço da tecnologia da energia a vapor, conhecimentos da genética vegetal e uso do mesmo espaço de terra por diversas vezes com a ajuda de insumos químicos, chamada de agricultura moderna ou convencional, conhecida como a Segunda Revolução Agrícola e, internacionalmente como Revolução Verde (BIANCHINI; MEDAETS, 2013).

No Paraná, o monocultivo da soja trouxe para a cidade muitas indústrias, populações e a urbanização, em contrapartida, a população camponesa sofria os efeitos da monocultura, que levou a um número expressivo de desempregados rurais, pelo fato de não possuírem terras suficientes para o financiamento do cultivo da soja, sendo este,

privilégio de poucos agricultores. Isso resultou no êxodo rural e grande número de marginalizados nas áreas urbanas (OLIVEIRA, 2001).

As mudanças causadas pela Revolução Verde não estão presentes apenas nas lavouras e no meio ambiente com a degradação dos ecossistemas que garantem a biodiversidade e manutenção das condições de vida no planeta para todas as espécies. As relações humanas foram transformadas, as linhas de produção são estendidas para fora das fábricas. O trabalho comunitário, símbolo das relações sociais camponesas perderam seu sentido nesse novo cenário criado com a intenção de produzir mais e melhor.

Rio Azul historicamente teve e tem a presença das comunidades faxinalenses. Carvalho (2015) trata dos efeitos da Revolução Verde nos faxinais em Rio Azul. Faxinalenses são agricultores e criadores que possuem em sua prática o uso comum da terra e, os trabalhos realizados em puxirões, ou seja, a ajuda mútua entre todos os moradores do faxinal, porém, têm sido ameaçados nas suas práticas comunitárias tradicionais pelo avanço das monoculturas (ALENTEJANO, 2012).

Segundo Carvalho (2015, p. 93), o tempo dedicado ao cultivo do fumo é tanto que, não havia mais espaço para o modo de vida comunitário sempre presente no faxinal:

> [...] o fumo impossibilitava a prática do puxirão [...] e, sendo ele um grande elo da vida comunitária, se o fumo não o permitia em nenhuma de suas fases, desde os canteiros até o fim da classificação, e se levarmos em conta que esse tempo no início ia de junho a março do ano seguinte, sobravam apenas três meses para as atividades em grupo.

Incentivado a ser cultivado em famílias de pelo menos seis integrantes, com um contrato de 25.000 pés com a Souza Cruz (CARVALHO, 2015), o cultivo do fumo foi um dos fatores para a permanência da população camponesa no campo, como alternativa ao êxodo rural causado pelo monocultivo de grãos, pois, não necessita de grandes áreas para seu cultivo, nem de investimento do agricultor, sendo este por parte da empresa contratante e com garantia total de venda do produto. Como os puxirões não são mais uma alternativa totalmente possível entre os produtores de fumo de uma localidade, pessoas de fora, muitas vezes desempregados urbanos são contratados na época da colheita.

Nesse cenário, a Revolução Verde trouxe a possibilidade de produzir cada vez mais e estimular a concorrência no mercado para com o melhor produto. Em contrapartida, essa lógica foi estendida a todos os extremos da cadeia produtiva, destruindo a identidade dos povos que aderem a essa prática individualista e desestimulando aqueles que desconfiam das benesses prometidas com a modernidade.

A soja trouxe para a cidade muitas indústrias, populações e a urbanização, em contrapartida, a população camponesa sofria os efeitos da monocultura, que levou a um número expressivo de desempregados rurais, pelo fato de não possuírem terras suficientes para o financiamento do cultivo da soja, sendo este, privilégio de poucos agricultores. Isso resultou no êxodo rural e grande número de marginalizados nas áreas urbanas (OLIVEIRA, 2001).

Rio Azul teve um aumento populacional significativo a partir dos anos 2000. Como mostra o quadro 1, no ano de 2010, Rio Azul possuía 14.093 habitantes, destes, 5.012 residiam na zona urbana e 9.081 na zona rural, gerando um índice de 35,56% de urbanização. Logo, o índice de ruralidade do município no ano de 2010 era de 64,44% (IPARDES, 2010).

Quadro 1 - População do município de Rio Azul

	1991	1996	2000	2007	2010	2016
POPULAÇÃO TOTAL	12.406	12.250	13.023	13.284	14.093	15.112
POPULAÇÃO RURAL	8.351	8.537	8.689	8.962	9.081	9.325
FAMÍLIAS DE AGRICULTORES[7]	-	2.260	2.549	3.020	2.695	2.980
FAMÍLIAS DE AGRICULTORES QUE CULTIVAM FUMO	-	1.600	1.600	2.057	2.280	2.512

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, EMATER, IPARDES (2017).

Além do índice de ruralidade ser superior ao índice de urbanização, o número de famílias residentes na zona rural é expressivo comparado com o total de habitantes.

[7] Informações fornecidas por Nely Clementina Chiquetto, técnica administrativa da unidade da EMATER de Rio Azul, por e-mail, em 18/10/2017.

Também, a quantidade de famílias de agricultores que se dedicam ao cultivo do fumo prevalece sobre o total de famílias que cultivam outras culturas. O fumo, portanto, é uma das principais atividades agrícolas do município de Rio Azul. Em 2016, do total de 2.980 famílias de agricultores, apenas 478 famílias não estavam vinculadas à produção de fumo.

Rio Azul possui o índice de ruralidade superior ao índice de urbanização. Por ser um município de atividades econômicas essencialmente agrícolas, é plausível afirmar que a produção de tabaco possui papel importante na chegada e permanência do agricultor na zona rural do município, como vemos mais a diante.

Dos anos de 1990 aos dias atuais, cresceram os indicadores de melhoria da qualidade de vida, como podemos constatar no quadro 2. Agrupamos os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano, que para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é uma medida resumida em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde e, dados que indicam a qualidade de vida no município.

Quadro 2 - Índice de desenvolvimento humano municipal e seus componentes, indicadores de qualidade de vida no município de Rio Azul.

	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,163	0,357	0,687
% de Analfabetos (25 anos ou mais)	14	8,4	4,91
Esperança de vida ao nascer	67,14	70,08	74,14
Renda *per capita* (em R$)	212,26	298,4	740,14
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,392	0,538	0,687
Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	32,9	26,8	13,9
% da população em domicílios com água encanada	43,31	68,44	93,82
% da população em domicílios com energia elétrica	67,19	91,9	97,43
Esgoto sanitário (unidades atendidas)	-	-	1.975[8]
% da população em domicílios com coleta de lixo	81,8	96,1	98,78

[8] Dados do ano de 2016.

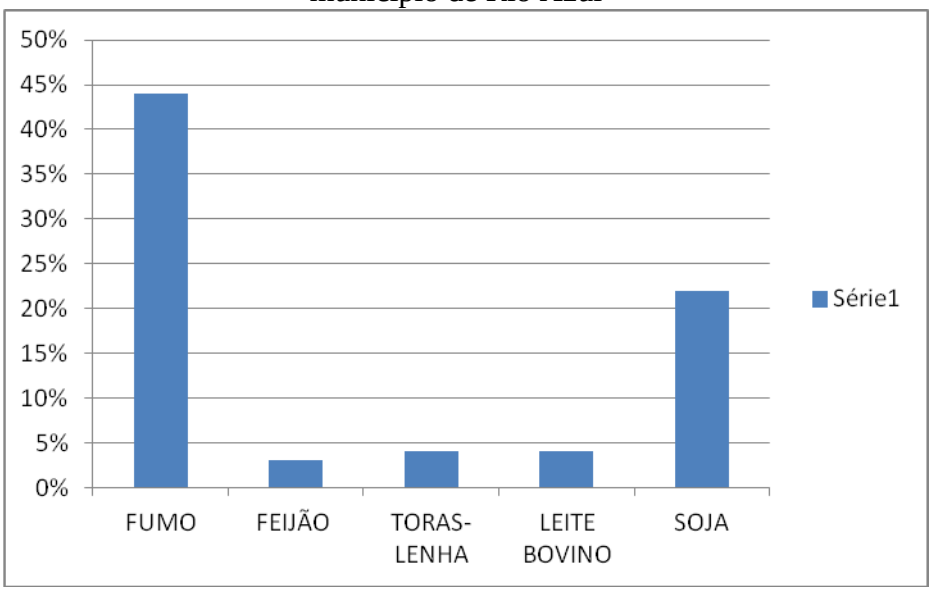
% População economicamente ativa	-	74,92	77,46

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil e IPARDES (2017).

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a partir dos dados de 2010, Rio Azul apresenta um nível médio de desenvolvimento humano e ocupa o 281º lugar no ranking IDHM no estado do Paraná, com um IDH de 0,687. O estado do Paraná apresenta um IDH de 0,749.

Um dado que chama a atenção no quadro 2 é a renda *per capita* no município, que saltou de R$ 298,40 no ano de 2000 para R$ 740,14 em 2010, um aumento de R$ 441,74 em dez anos. Um fato importante a ser considerado nesse aspecto é a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura com forte participação nos índices mensuráveis de renda (CENSO, 2010). Muito embora tenha havido um aumento da renda *per capta* e que, esta expressa uma colocação média no IDH do estado, ainda há grande desigualdade social, demonstrando que o município cresce em proporção inversa ao aumento do cultivo de fumo.

Figura 2 - Gráfico municipal referente ao valor bruto da produção rural 2015 – município de Rio Azul



Fonte: Adaptado de SEAB/DERAL (2016).

A aceitação por parte dos produtores e o aumento da produção de fumo em Rio Azul desde o fim da década de 1950, resultou na fumicultura como principal atividade agrícola do município. É possível identificar, na figura 2, a dependência econômica do

município de Rio Azul respeito da produção de fumo. A maior parte da produção agrícola é voltada a esse segmento, sendo 44% do total produzido no município.

Rio Azul faz parte da unidade administrativa de Irati, organizada pela Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento- SEAB. Para uma melhor análise da quantidade de fumo cultivado em Rio Azul e na região, na tabela a seguir percebe-se o número expressivo em áreas cultivadas e toneladas colhidas na região de Irati.

Quadro 3 - Área e produção agrícola no estado do Paraná por unidade administrativa da SEAB (fumo).

Núcleo Regional	**ÁREA (ha)**					**PRODUÇÃO (t)**				
	2008	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Apucarana	242	308	545	548	595	498	665	1.005	1.312	1.286
Campo Mourão	295	274	283	380	291	853	2.263	560	815	568
Cascavel	4.262	4.356	4.230	4.264	3.325	7.970	7.672	6.233	8.482	6.414
Cianorte	45	62	54	51	51	90	135	103	117	97
Curitiba	10.855	10.985	11.860	11.884	11.833	23.511	23.896	26.309	25.224	25.346
Dois Vizinhos	2.495	2.482	2.705	2.455	1.332	4.568	4.408	4.588	4.627	3.104
Francisco Beltrão	5.755	5.538	5.855	5.345	3.470	10.495	9.807	9.734	10.025	8.172
Guarapuava	4.776	5.127	5.210	5.500	4.745	9.693	11.168	11.040	12.035	10.505
Irati	**17.997**	**19.805**	**20.734**	**21.475**	**18.079**	**36.637**	**38.411**	**42.945**	**46.707**	**42.958**
Ivaiporã	1.820	1.871	1.930	435	377	3.440	3.544	3.665	804	732
Laranjeiras do Sul	2.555	2.420	2.490	1.840	1.470	4.855	4.373	4.234	3.440	3.366
Pato Branco	483	482	435	509	408	881	849	695	883	881
Ponta Grossa	13.485	13.405	14.261	16.217	14.967	27.506	28.892	31.946	38.495	35.870
Toledo	1.794	1.887	2.011	1.726	1.515	3.899	3.513	4.753	3.924	3.334
Umuarama	90	99	63	65	45	165	193	111	135	63
União da Vitória	6.520	6.735	6.600	7.230	6.900	13.053	13.121	13.216	14.447	13.799
Total	73.469	75.835	79.266	79.924	69.403	148.112	152.910	161.137	171.473	156.495

Fonte: SEAB/DERAL (2016).

O Núcleo Regional da Secretaria de Agricultura de Irati é formado pelos municípios de Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Mallet, Rebouças, **Rio Azul** e Teixeira Soares, totalizando nove municípios. Se considerarmos a safra de 2012, com um total de 42.958 toneladas produzidas no núcleo de Irati e comparar com a produção apenas no município de Rio Azul, que foi de 12.473,40 temos um total de 29% do total produzido no núcleo. O quadro 4 mostra o total de áreas cultivadas e toneladas produzidas no município nas últimas safras.

Quadro 4 - Área e produção agrícola no estado do Paraná por município da SEAB- Rio Azul (fumo).

Safra	**Área Total (ha)**	**Área Perdida (ha)**	**Produção (t)**	**Produtividade (kg/ha)**
Safra 2008/2009	5.390	9	10.492,95	1.950,00
Safra 2009/2010	5.450	-	11.227,00	2.060,00
Safra 2010/2011	6.335	-	13.810,30	2.180,00
Safra 2011/2012	**5.150**	48	12.473,40	**2.445,00**
Safra 2012/2013	5.275	22	11.315,00	2.154,01
Safra 2013/2014	5.995	38	12.771,80	2.144,00
Safra 2014/2015	6.284	38	14.553,18	2.330,00

Fonte: SEAB/DERAL- Produção Agrícola Paranaense por Município (2017)

O aumento na área destinada para produção de tabaco e, consequentemente, o aumento da quantidade produzida pode ser percebido também no cenário geral de produção do município. O quadro 4 mostra o aumento das áreas, produção e produtividade em quilos por hectare. Percebemos que não houve grandes diferenças em relação às áreas totais cultivadas e à produtividade, apesar do nuance na safra 2011/2012, em que houve diminuição das áreas cultivadas, porém a produtividade manteve-se em alta e superior às ultimas safras, mostrando que o fumo apesar de ser cultivado em pequenas propriedades, possui facilidade de se desenvolver em Rio Azul, também, por conta da tecnologia das sementes, insumos e assistência técnica fornecida pelas empresas fumageiras.

A problematização sugerida neste trabalho se justifica quando a análise prioriza o contexto em que se insere as relações de trabalho e o modo de produção vigente. As

informações da economia local ajudam na visualização da importância econômica e dependência do município em relação à fumicultura. Esse histórico pautado na economia local nos ajuda a compreender como se dá a relação público-privada no município, que será tratada com maiores detalhes no quarto capítulo.

O Produto Interno Bruto (PIB) do município de Rio Azul corresponde ao valor de R$ 416.080,00, com predomínio econômico do setor primário, com um valor de R$ 210.799,00. A economia do município baseia-se na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (IPARDES, 2016).

As maiores empresas de Rio Azul são[9]: Schreiber Foods do Brasil, instalada na cidade desde o ano de 1999 é uma indústria internacional fabricante de queijos processados; a Brinqmóveis que foi fundada em 2007 e trabalha na fabricação de brinquedos para parques, móveis escolares e afins; a Madeireira Rio Claro, que desde 1985 fabrica compensados, exportando sua produção para os EUA, Ásia, África, Oriente Médio, América Central e Mercosul e a *Alliance One*, empresa internacional responsável pela armazenagem, venda e distribuição de tabaco em folha, também presta assistência técnica aos fumicultores.

Percebe-se que essas empresas instalaram-se na cidade no final da década de 1980 e meados dos anos 2000. Esse fator é resultado da "mundialização do capital" [10] fortalecida pela reforma de Estado, ocorrida nos anos de 1990, a partir de um projeto político e econômico mundial, na perspectiva de construir o Estado Social-Liberal.

Bresser-Pereira (1997, p. 18) explica:

> [...] social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal, porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, porque realizará seus serviços sociais e científicos principalmente através de organizações públicas não-estatais competitivas, porque tornará os mercados de trabalhos mais flexíveis, porque promoverá a capacitação dos seus recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição internacional.

[9] Brinqmóveis: http://brinqmoveis.com.br/Empresa.php; Schreiber Foods do Brasil: http://www.schreiber.com.br/empresa.swf; Madeireira Rio Claro: http://www.mrclaro.com.br/?page_id=23; Aliance One : http://www.aointl.com/.

[10] Optamos pelo termo "mundialização do capital" por considerarmos o termo "globalização" insipiente e ideológico em nossa análise. François Chesnais retoma o fenômeno da mundialização do capital e dá novos sentidos a essa etapa de acumulação do capital, não coloca a expansão da dominação do capital financeiro como um dado natural do desenvolvimento dos países, mas, um fenômeno eminentemente político e parasitário (CHESNAIS, 2001).

Das empresas alocadas na cidade de Rio Azul, apenas duas são locais: Madeireira Rio Claro (fundada em Mallet/PR, cidade vizinha a Rio Azul) e, Brinqmóveis. Os empregos gerados nas demais empresas e na fumicultura não foram criados em Rio Azul. As empresas fumageiras e a Schreiber Foods do Brasil estão em Rio Azul justamente no movimento de mundialização do capital, em que o mercado busca baratear seu produto em todos os sentidos, principalmente a força-de-trabalho.

Essa relação entre o capital internacional e a política interna como aliada, nos novos contornos comerciais que se instaurara gerou, segundo Bresser-Pereira (1997), a necessidade da entrada do Brasil no ciclo da competitividade guiada pelos acordos internacionais e cedida pelo novo papel do Estado brasileiro. Sobre as consequências, Bresser-Pereira (1997, p.14) elucida questões relevantes:

> As conseqüências foram, como acontece sempre quando o mercado prevalece, de um lado, uma melhor alocação dos recursos e o aumento da eficiência da produção; de outro, perda relativa da autonomia do Estado, que viu reduzida sua capacidade de formular políticas macroeconômicas e de isolar sua economia da competição internacional. Com isso, dado o fato de que os mercados sempre privilegiam os mais fortes, os mais capazes, aprofundou-se a concentração de renda seja entre os países, seja entre os cidadãos de um mesmo país.

Ocorre, segundo Oliveira (2011, p. 38), uma "despolitização da política", em que a busca por uma sociedade melhor e mais justa se resume em melhorar os salários e garantir os direitos da classe trabalhadora e melhorias na educação e saúde, blindando os donos dos meios de produção e seus executivos de qualquer mudança estrutural em seus negócios. "É como se o eleitor tivesse sido reduzido à categoria de consumidor de bens e serviços, renunciando a reestruturar minimamente a sociedade em que vive, ou mesmo a discutir tal possibilidade." Com isso, o crescimento econômico é a principal meta dos dirigentes do Estado, para assim, atender as necessidades materiais dos eleitores/trabalhadores.

Oliveira (2011) continua analisando o papel do Estado e da classe empresarial na economia. Numa sociedade capitalista, praticamente todos os bens e serviços são produzidos e ofertados pela iniciativa privada. Quanto mais desejo houver por parte do empresariado em aumentar seus lucros e minimizar gastos, reduzindo seus investimentos na manutenção e aumento do processo produtivo, irá resultar em desemprego e inflação, porém, se se sentirem seguros em investir na sua capacidade

produtiva, então, a economia crescerá, os empregos aumentarão e haverá novos produtos no mercado.

Também, a arrecadação de impostos gerados por todos os segmentos da economia são muito importantes para o governo. Assim, a garantia do bem-estar social "almejado" pela classe trabalhadora está nas mãos dos empresários e do mercado econômico, logo, todo político terá interesse em manter alianças com a iniciativa privada.

Essas alianças são sustentadas por políticas públicas intencionalmente formuladas para a garantia dos lucros da iniciativa privada, porém, com a promessa de alavancar o país para o progresso e direcioná-lo para reformas "necessárias" e realizadas com êxito por países desenvolvidos e em desenvolvimento (BRASIL, 1995).

Desse modo, a reforma de Estado brasileiro, ocorrida nos anos 1990 e, com amparo legal em 1995, na gestão do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), elaborado por Luis Carlos Bresser-Pereira, então ministro do extinto Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), com intenção de desburocratizar e tornar a administração do Estado mais flexível e gerencial- aos moldes de uma empresa privada, em que os recursos, humanos ou não, são passíveis de gerenciamento- põe às claras o que significa o Estado trabalhar em prol das "necessidades" do mercado, ou seja, a garantia da propriedade privada através das privatizações, ou a existência dos "contratos", termo utilizado no documento para referir-se a desdobramentos da privatização propriamente dita, "[...] é necessário reconstruir o Estado, de forma que ele não apenas garanta a propriedade e os contratos, mas também exerça seu papel complementar ao mercado na coordenação da economia [...]" (BRASIL, 1995, p. 44).

Em escritos recentes acerca das reformas do Estado, Bresser-Pereira (1995) trata da reforma gerencial e legitimação do estado social, defendida por ele no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, no qual afirma que "A Reforma Gerencial do Estado de 1995 no Brasil foi formulada e vem sendo implementada de acordo com essa lógica" (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 157).

De fato, a almejada "eficiência e diminuição dos custos dos grandes serviços sociais universais de educação, saúde e previdência social" (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 148) vem sendo implementada conforme a lógica gerencial. Assim como previa o Plano de 1995:

> [...] são inadiáveis: (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua "governança", ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (BRASIL, 1995, p. 11).

Nesse último período, a classe trabalhadora brasileira teve seus direitos "readequados". A Lei nº 13.467 de 13/07/2017, conhecida como a reforma trabalhista, aprovada no dia 11 de julho de 2017, possui a finalidade de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

A nova Lei para o trabalho no Brasil altera a principal conquista dos trabalhadores nos últimos 74 anos, a Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943- CLT, também, altera as disposições na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, a qual dispões sobre o trabalho temporário em empresas urbanas; Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e; Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio (DIEESE, 2017).

O Departamento intersetorial de estatísticas e estudos socioeconômicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) alertou por meio de uma Nota Técnica, em 02 de maio de 2017, os riscos e perdas aos trabalhadores e ao movimento sindical, com a aprovação do Projeto de Lei PL 6.787/2016 da Reforma Trabalhista. Com cerca de 200 alterações na CLT e súmulas favoráveis aos trabalhadores estipuladas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) revogadas. Os fundamentos do projeto aprovado são:

> [...] a) revogação do princípio que protege o trabalhador perante o empregador e, segundo o qual, o primeiro é a parte mais fraca na relação de emprego, reduzindo a proteção do Estado aos trabalhadores e aumentando as garantias e a liberdade de ação das empresas nas relações de trabalho; b) redução do poder de negociação e contratação coletiva dos sindicatos, prevendo a possibilidade de realização de acordos individuais - inclusive verbais - para a pactuação de diversos aspectos das relações de trabalho, a não exigência de participação dos

> sindicatos na homologação de rescisões, o condicionamento da contribuição sindical à prévia concordância dos trabalhadores e a constituição de uma forma de representação dos trabalhadores independente do sindicato; c) autorização para o rebaixamento de direitos previstos em lei, por meio do princípio da prevalência do negociado sobre o legislado em relação a diversos aspectos das relações de trabalho; d) ampliação da participação de contratos atípicos e do trabalho autônomo no conjunto das formas de contratação existentes no mercado de trabalho, dando às empresas mais alternativas de promover ajustes nos custos fixos e; e) forte restrição à atuação e ao poder normativo da Justiça do Trabalho, bem como ao acesso dos trabalhadores ao judiciário trabalhista, criando uma série de condicionantes, limitando a gratuidade e impondo penalidades ao demandante caso perca a ação (DIEESE, 2017, p. 2).

Segundo o DIEESE (2017), além da ampla redução dos direitos trabalhistas, a nova legislação cumpre com os requisitos da Reforma Gerencial prescrita em 1995, reduzindo o papel do Estado em relação à proteção do trabalhador (DIEESE, 2017, p.7).

Esse fator é publicamente sustentado pelo atual presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, que afirma que "A agenda da Câmara, em sintonia com a do presidente Michel Temer, tem como foco o mercado, o setor privado "[...] a Câmara vai manter a defesa da agenda do mercado" [...] "Em pouco tempo teremos nova legislação trabalhista e novo sistema de previdência para dar tranquilidade a quem quer investir no Brasil" [...] "Sem a reforma trabalhista, não haverá condições para o setor privado gerar empregos no país" (AGOSTINE; MENDONÇA, 2017).

Outro desdobramento da política é a Reforma da Previdência, já prevista no PDRAE com a seguinte justificativa:

> Além de explosivo do ponto de vista fiscal, o sistema previdenciário público é hoje, do ponto de vista social, um sistema injusto e desequilibrado, na medida em que aposenta o servidor quando ele ainda possui plena capacidade para trabalhar e paga uma aposentadoria ao funcionário muito acima da recebida no setor privado, que não guarda correspondência com sua contribuição (BRASIL, 1995, p. 32).

O Governo Federal apresentou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional nº 287 – PEC 287/2016, que trata das mudanças nas regras previdenciárias, a fim de que o fundo previdenciário não "quebre". Wagner, Rambo, Andrade (2017) sistematizam informações e as mudanças na PEC da previdência

realizadas pela Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP). A Constituição Federal de 1988 prevê diversas fontes para garantir recursos para pagamento da Seguridade social que abrange o SUS, Assistência Social como o Bolsa Família e Previdência Social, para pagamento de aposentadorias, pensões e outros, algumas dessas fontes são as contribuições pagas pelos trabalhadores e empresas, COFINS, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, PIS/Pasep, recursos do próprio orçamento da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, entre outros (WAGNER, RAMBO, ANDRADE, 2017).

Porém, os recursos destinados para a Saúde, Assistência Social e Previdência Social parecem estar sendo mais que suficientes. Segundo Wagner, Rambo, Andrade (2017, p. 6) "só no ano de 2014, por exemplo, já descontadas as despesas com as 3 áreas da Seguridade Social, sobraram mais de 54 bilhões de reais. Em 2015, a sobra foi de mais de 11 bilhões e 200 milhões de reais".

Esse fato ocorre pela maneira de cálculo e direcionamento dos recursos por parte do Governo Federal, "ao invés de considerar o total de receitas previstas para custear a Seguridade Social, o Governo calcula as despesas e receitas da Previdência Social como se fosse algo totalmente separado. [...] Na prática, nem todas as receitas que deveriam ser destinadas à Previdência chegam efetivamente aos seus cofres" (WAGNER, RAMBO, ANDRADE, 2017, p. 6).

Desse modo, o Estado atua como um regulador, realizando a mediação entre o capital empresarial e a sociedade civil, para a manutenção das relações capitalistas. As reformas trabalhista e da previdência fazem parte das mudanças no mundo do trabalho, e, são possíveis tendo o Estado como regulador que exerce "suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e, portanto, lucros positivos para o maior número possível de capitalistas" (HARVEY, 1992, p. 118).

Os elementos gerais apresentados nesse capítulo são as bases para a reflexão dos elementos singulares que permeiam as políticas de regulamentação entre a esfera da administração municipal de Rio Azul e sua relação com a empresa *Alliance One.* A compreensão dos acontecimentos locais enquanto um movimento resultante de uma readequação nas relações de trabalho em nível mundial é fundamental para analisarmos nosso objeto de pesquisa enquanto algo dotado de intencionalidades e unilateral.

Para Katz (2016), o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em que foram escritas as prescrições da social-democracia que ganha vida e sai do papel de maneira mais intensa hoje, com as reformas trabalhista e da previdência, foi decisivo na articulação dos governos militares anteriores e a submissão do Brasil ao capitalismo mundializado, com o pretexto de que o país chegaria ao bem-estar social. FHC, sociólogo e intelectual conhecido pelos pactos com a ditadura (Movimento Democrático Brasileiro-MDB), afirmou que o Brasil necessitava de uma associação com empresas estrangeiras, a fim de internacionalizar o mercado interno, decisão contrária daquela defendida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que previa o intervencionismo estatal (KATZ, 2016).

Para Katz (2016, p. 111), FHC assumiu "uma postura pró-estadunidense e uma oposição violenta a qualquer manifestação de luta popular". Essa lógica empresarial desmonta e impossibilita a democracia. Nega à população a garantia a direitos sociais, impede a organização popular e local da economia, traz a competitividade e o individualismo para as diversas esferas da vida, precariza os serviços prestados pelo Estado e enaltece o método capitalista de gerência. Mas, essas mudanças não são percebidas tão facilmente. O objeto do nosso estudo aponta isso. O capitalismo se reinventa e utiliza de discursos e estratégias sedutoras e ganham legitimidade por meio de políticas públicas que permitem a entrada da empresa nas decisões e metodologias dessas políticas.

Um dos resultados fatais para a população que está experimentando dessa agenda neoliberal de abertura e submissão ao capital está relacionado às transformações do mundo do trabalho. Em Rio Azul as doenças ocupacionais e suicídios são dados disponíveis em relatórios do Sistema Único de Saúde, e são alarmantes. Além dos problemas de saúde acarretados pelo tabagismo, o trabalho nas lavouras de fumo traz diversos problemas à saúde do produtor, como explicitamos a seguir.

1.2 HISTÓRICO DO TABACO E SUA INDUSTRIALIZAÇÃO, A CONVENÇÃO QUADRO E SUAS MEDIDAS LOCAIS

O tabaco, cujo nome científico é Nicotiana Tabacum, foi batizado pelo Embaixador Francês em Portugal Jean Nicot, que em 1560 apresentou à rainha Catherina de Medicis o tabaco como erva a ser colocada no nariz. A rainha começou a

pitar e foi imitada pelos nobres de sua corte em relação ao hábito de fumar o tabaco em pó, chamado rapé difundindo-se na Europa. Disso, originou-se o mercado do tabaco em pó (SOUZA CRUZ, 2017; ACT, 2017).

Há relatos de que o consumo da folha do tabaco date do século IX no continente asiático (VILCZAK, 2016). Porém, os portais *on line*[11] que disponibilizam informações a respeito do tabaco e sua origem, além de estudiosos do tema como Vilczak (2016) e Boeira (2006), citam outros autores[12] que trazem a informação de que o tabaco é uma planta originária das Américas, utilizada em rituais religiosos indígenas muito antes da chegada dos europeus. Há registros de que o cultivo e uso das folhas do tabaco sejam utilizadas há mais de quatro mil anos na região das Américas do Norte e Central, a partir dos povos Maias. Também, há relatos de que o fumo começou a ser utilizado nos Andes Bolivianos e por meio das migrações indígenas, principalmente, dos índios Tupi-guaranis chegou ao Brasil.

O tabaco era utilizado como moeda de escambo de escravos no Brasil colônia. Portugal proibiu o contrabando e punia por meio de lei, criando um monopólio do tabaco, em 1674. O tabaco consumido em tabaqueiras ou charutos era sinal de status social e econômico. Os cachimbos eram fabricados de diversos materiais como madeira e ouro (ACT, 2017).

O início da produção de tabaco em escala industrial no Brasil foi em pequenas áreas em Salvador e Recife, no Reconcavo Baiano, no século XVII. O tabaco produzido nessa capitania exerceu papel importante na economia de produtos para exportação. A partir de 1850 as províncias com maior destaque na produção de tabaco eram de Minas Gerais, Bahia e, com a vinda de imigrantes alemães, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (SOUZA CRUZ, 2017).

A industrialização do tabaco teve início com a invenção da máquina de fabricar cigarros, no ano de 1881. Desde seu início, foi coordenada por empresas britânicas e

---

[11] Centro regional de estudos, prevenção e recuperação de dependentes químicos- CENPRE. Disponível em: <http://www.cenpre.furg.br/index.php/drogas/50>; Souza Cruz. Disponível em:<https://www.produtorsouzacruz.com.br/sistema-integrado/historico-do-tabaco>; Aliança de Controle do Tabagismo. Disponível em: <http://actbr.org.br/tabagismo/historico.asp>;

[12] FROZZA, Ari et alii. **O PRONAF e a integração fumicultor e agroindústria fumageira**. Curitiba: DESER. 1998; NARDI, J. B. **O fumo no Brasil Colônia 2004**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz do Sul, 2004.NARDI, J. B. **A história do fumo brasileiro**. Rio de Janeiro: Abifumo, 1985; NARDI, J. B. **O fumo brasileiro no período colonial**. Lavoura, comércio e administração. São Paulo: Brasiliense, 1996; SEFFRIN, Guido. **O fumo no Brasil e no mundo**. Afubra 40 anos. Santa Rosa, RS. Gráfica REX, 1995.

estadunidenses. Desde então, o consumo era crescente, tanto que, entre os anos de 1904 e 1947, “as indústrias de tabaco dos Estados Unidos cresceram tão ou mais rapidamente que as de carros, lançando marcas populares de cigarros” (BOEIRA, 2002).

A partir de 1917, no Brasil, a indústria fumageira organizou-se de maneira subordinada ao capital internacional. A British American Tabaco (BAT), empresa inglesa acionária do empreendimento instalado no Brasil com o nome de “The Brazilian Tabacco Corporation” precursora da Companh ia Brasileira de Fumos em Folha, em 1920 e mais tarde, da Souza Cruz, em 1955 (VOGT, 1994), criou na região sul do país um “sistema integrado de produção de fumo” no ano de 1918, a qual tornou-se a maior fabricante de cigarros do mundo após a Segunda Guerra Mundial. A BAT foi acionária da empresa Souza Cruz desde o ano de 1914 (BOEIRA, 2002). Albino Souza Cruz, fundador da empresa Souza Cruz, era imigrante português e dedicou-se à instalação da primeira máquina de produção de cigarros no Brasil, na cidade de Rio de Janeiro, em 1903, o qual assumiu a presidência a Souza Cruz até o ano de 1962, deixando-a aos 92 anos de idade, quando se aposentou (VOGT, 1994; SOUZA CRUZ, 2017).

Vogt (1994) relata que a partir da aglutinação ou fusão de empresas responsáveis pelo comércio e beneficiamento do tabaco concomitantemente à aplicação de capital internacional no Brasil, a partir de 1917 “assiste-se à completa internacionalização econômica do setor fumageiro, o que é levado a efeito a partir do final da década de 60 (p. 81)”, esse fator deu início ao sistema de subordinação que temos até hoje na relação entre produtor familiar de fumo e o capital industrial, “isto é, há um deslocamento do agente subordinador que é transferido da figura do comerciante para o da agroindústria fumageira (p. 81)”.

A primeira empresa a instalar-se em Rio Azul foi a Souza Cruz, em 1959. A partir dos relatórios realizados para o planejamento do sistema integrado com base no clima, geografia, história e socioeconomia da região sul do país, iniciado pela cidade de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul (BIOLCHI, 2005).

Segundo estudos de Carvalho (2015, p. 85) “Ninguém sabia como, nem porque, a Souza Cruz tinha interesse que eles plantassem fumo, em vez de milho, feijão e arroz, como eles sempre plantaram. Era muito estranho ter que plantar vinte e cinco mil pés de fumo, mas as promessas de grandes lucros seduziram [...]”.

O interesse em introduzir a cultura do fumo em terras do centro-sul paranaense ocorreu por parte da empresa Souza Cruz, depois de análises de solos confirmando que

a região era propícia à produção do fumo escuro. Segundo informações cedidas pelo professor aposentado Osdival Neves Albini[13], Rio Azul passou por pesquisas e análises de solos e foi verificada a alta qualidade do produto, comparado com outras localidades investigadas. O solo é pouco profundo (terra) possibilitando contato com cascalho, oferecendo condições favoráveis ao cultivo do fumo na região. Na época, em 1959, a produção era levada para a fábrica em Rio Negro-PR, sendo o transportador Silvestre Romaniuk.

Hoje, a única empresa que possui filial em Rio Azul é a *Alliance One*. Criada a partir da fusão das duas maiores empresas fumageiras norte-americanas, a Dimon Incorporated e a Standard Commercial Corporation[14]. No Brasil, as empresas Dimon do Brasil e Meridional Tabacos fazem parte do grupo e juntas, deram origem à *Alliance One* International, atualmente, um dos maiores grupos do mercado de fumo em folha do mundo (BIOLCHI, 2005).

Além da *Alliance One*, outras seis empresas prestam assistência técnica, financiamento e garantia de compra da produção do fumo em folha em Rio Azul, são elas: Japan Tobacco International (JTI), com sede em Genebra, na Suíça e com unidades de compra em São Mateus do Sul /PR Santa Cruz do Sul (RS), Apiúna, Morro da Fumaça e Pinhalzinho (SC). A JTI possui várias marcas de cigarros: Winston, Mild Seven e Camel (PÁGINA RURAL, 2010).

A Souza Cruz, criada em 1903 e com sede no Rio de Janeiro, é controlada pela British American Tobacco (BAT). Possui um Centro Global de Operações de Tabaco do Grupo BAT voltado à inovação e ao Desenvolvimento de Produto como melhoramento de sementes, em Cachoeirinha/RS. Também, um Centro de Melhoramento de Tabaco (CMT), localizado em Rio Negro/PR, com a função de desenvolver pesquisas sobre o tabaco a fim de produzir e fornecer sementes para o grupo BAT (SOUZA CRUZ, s/d).

A Premium Tabacos do Brasil Ltda, fundada em 2002 e com sede em Santa Cruz do Sul/RS, trabalha com compra de fumo *in natura* e também beneficiamento do

[13] Informações coletadas a partir de entrevista concedida para a autora em 11/09/2017.

14 Segundo o *site* da Revista Exame, a fusão entre Dimon e Standard no ano de 2010 cria a 2ª maior fumageira do mundo, com a fusão, a *Alliance One* passa a ter, no Brasil, uma capacidade instalada de produção de 270 000 toneladas de fumo por ano, em uma área construída de 500 000 metros quadrados. A empresa já nasce com um faturamento estimado em 1,9 bilhão de dólares. Todas as fábricas estão localizadas no Sul do país. Disponível em: < https://exame.abril.com.br/negocios/fusao-entre-dimon-e-standard-cria-a-2a-maior-fumageira-do-mundo-m0061296/> Acesso em fevereiro de 2018.

produto. Possui filiais em Sombrio/SC, Rio do Sul/SC e em Irati/PR (PREMIUM TABACOS DO BRASIL, s/d).

A CTA-Continental Tobaccos Alliance S/A, fundada em 14 de junho de 1994 em Venâncio Aires/RS e com filiais de compra de tabaco em Araranguá, Ituporanga/SC e Papanduva/SC, e em Irati/PR, exporta sua produção para mais de 50 países, para espaços como: Norte Americano, Comum Europeu, Leste Europeu, África, Oriente Médio, América Latina e Extremo Oriente (CTA- Continental Tobaccos Alliance S/A, s/d). Universal Leaf Tabacos Ltda, criada em 1886, em Nova Iorque, nos Estados Unidos. No Brasil possui escritórios em Joinvile/SC e Santa Cruz do Sul/RS (UNIVERSAL, s/d).

Philip Morris Brasil, criada em 1847 pelo Sr. Philip Morris abriu, em Londres. Dona de marcas como Marlboro, L&M, Dallas Classic e Luxor. Possui escritório em Curitiba/PR e fábrica para comercialização de tabaco em folha em Santa Cruz do Sul/RS (Philip Morris Brasil, s/d).

As fumageiras citadas não possuem filiais em Rio Azul, a presença dessas empresas é visível porque seus representantes estão constantemente atuando nas propriedades no interior do município.

Segundo Vogt (1994) o uso de agrotóxicos na produção de tabaco na região sul do Brasil ocorreu a partir do ano de 1924, com a introdução de novas variedades de fumo melhoradas geneticamente, com a intenção de melhorar a qualidade do fumo produzido para atender as exigências dos mercados internacionais. Porém, tais exigências acarretam um risco bastante sério para os agricultores que produzem o tabaco, além, é claro, é um grave risco para os que consomem. Por conta do aumento de doenças relacionadas ao consumo e à produção do tabaco, no ano de 2005, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, incentivada pela Organização Mundial da Saúde-OMS, o primeiro Tratado Internacional de saúde pública, o qual recebeu o nome de Convenção Quadro de Controle do Tabaco (CQCT).

A Convenção Quadro é considerada um importante marco histórico para a saúde a nível mundial. As ações no cenário do tabagismo e produção do tabaco abrangem a propaganda, publicidade, patrocínio, advertências sanitárias, tabagismo passivo, tratamento de fumantes, comércio ilegal e preços e impostos. (OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO, s/d).

Segundo o Observatório da política nacional de controle do tabaco, cada ação que integra a política integra programas específicos:

> • Programa Nacional de Controle do Tabagismo: inclui a promoção de ambientes livres de fumo e a implantação de projetos para a cessação de fumar na rede do SUS. Busca promover a interação entre as áreas de saúde e educação nos estados, municípios e em nível federal.
> • Regulação e fiscalização dos derivados de tabaco: as ações de implementação e fiscalização do tabagismo em recintos coletivos, de restrição da propaganda e regulamentação das embalagens estão, desde 1999, sob a coordenação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), sendo implementadas em parceria com a rede de vigilância sanitária do SUS.
> • Vigilância epidemiológica: a realização de inquéritos periódicos mais aprofundados sobre tabagismo entre jovens e grandes inquéritos nacionais em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a Pesquisa Especial de Tabagismo (Petab) e a Pesquisa Nacional sobre Saúde do Escolar (Pense), tem permitido visualizar a situação do tabagismo no Brasil e seu impacto sobre a saúde, oferecendo subsídios para orientar a Política Nacional de Controle do Tabaco.
> • Programa Nacional de Diversificação da Produção em Áreas Cultivadas com Tabaco: desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem grande importância política, pois sua criação foi condicionante para a ratificação da Convenção-Quadro no Congresso Nacional.
> • Inclusão dos princípios da CQCT na Política Nacional sobre Drogas: a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (SENAD), que faz parte da CONICQ, inclui o tema tabagismo nas suas ações educativas, de divulgação e comunicação e nas pesquisas sistemáticas que desenvolve para monitorar o consumo de drogas lícitas e ilícitas.
> • Política de preços e impostos para o setor fumo: coordenada pelo Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal, vem sendo alinhada paulatinamente aos objetivos da CQCT por meio de sucessivos ajustes nos impostos sobre cigarros.
> • Combate ao mercado ilegal de produtos de tabaco: é conduzida pelos Ministérios da Fazenda e da Justiça como parte dos projetos estratégicos de combate à pirataria (OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO, s/d).
> .

Segundo Boeira e Johns (2007, p.11), o Brasil liderou todo o processo de negociação do texto da Convenção-Quadro o qual ocorreu entre os anos de 1999 e 2003 sendo adotado por todos os 192 Estados Membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), “embora tenha sido um dos últimos a ratificá-lo, em outubro de 2005, em face das pressões contrárias de empresas do setor sobre parlamentares e governadores”.

Cada esfera governamental possui o compromisso de elaborar suas estratégias e políticas locais para a minimização dos impactos causados pelo tabagismo e riscos relacionados à fumicultura. Também, comprometem-se a reduzir a oferta de produtos do tabaco a fim de diminuir a demanda por esses produtos, responsabilidade civil atrelada à cooperação judicial. Esses compromissos devem estar em consonância com o cuidado ao meio ambiente e cooperação técnica, científica e intercâmbio de informações, caracterizada por pesquisas regionais e programas de vigilância do tabaco (BIOLCHI, 2005).

Os pressupostos que norteiam a necessidade de diversificação nas áreas de cultivo do tabaco precisam ser vistos como um desafio conjunto e de alta complexidade. Dentre eles estão o respeito às dinâmicas e costumes locais e consciência de que a mudança é lenta, juntamente com as dificuldades advindas com o sistema de produção do tabaco como o individualismo, o desconhecimento de sistemas de cooperação entre agricultores que podem ser mais rentáveis, a forte dependência das empresas fumageiras, estrutura fundiária, falta de investimentos na estrutura produtiva, alto índice de endividamento junto a bancos e às próprias empresas fumageiras, entre outras tantas particularidades que envolvem o pequeno produtor rural e o sistema integrado de produção com as multinacionais.

O uso de agrotóxicos nas lavouras de fumo e suas consequências são tema de relatórios emitidos pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN[15], e, destaque em edições da Associação Brasileira de Saúde Coletiva- ABRASCO, com casos de intoxicação aguda e crônica, como dores de cabeça, tontura, depressão, irritabilidade, vômitos; neuropatias e distúrbios psicológicos como depressão e tentativas de suicídios (ABRASCO, 2015 p. 490). O SINAN possui o objetivo de agrupar os dados gerados pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica, nas esferas municipais, estaduais e federais, a fim de dar apoio às investigações das doenças ou agravos, para eventuais medidas de prevenção e controle.

Apesar da pressão contrária para um acordo que busque alternativas para a redução do tabagismo e a patologias ligadas à produção do tabaco, desde 1993, no Brasil, o SINAN vem sendo implementado “de forma heterogênea nas unidades federadas e municípios, não havendo uma coordenação e acompanhamento por parte

[15] Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net). Disponível em:<http://portalsinan.saude.gov.br/sinan-net>

dos gestores de saúde, nas três esferas de governo (BRASIL, 2017)". Em 1998, o Centro Nacional de Epidemiologia – Cenepi retomou os trabalhos em relação à implementação do SINAN por meio da Portaria Funasa/MS n.º 073 de 9/3/98, tornando assim, obrigatório o lançamento dos dados referentes a intoxicações exógenas em um novo software, passando em 2003 para a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) a responsabilidade de fiscalizar e garantir o funcionamento do sistema (BRASIL, 2017).

Em Rio Azul, o SINAN é alimentado pelos profissionais do Sistema Único de Saúde-SUS, lotados no Setor de Epidemiologia do Município, esses dados são provenientes de notificações realizadas por profissionais das Unidades Básicas de Saúde e também do Hospital de Caridade São Francisco de Assis e digitadas e investigadas pelo Setor de Epidemiologia Municipal, emitida a Comunicação de Acidente de Trabalho, quando se tratar de trabalhador. Porém, segundo Prestupa (2017), Técnica em Enfermagem do Setor de Epidemiologia,

> *[...] apesar dessa rotina definida muitos casos atendidos não são registrados havendo um grande número de Subnotificações prejudicando a obtenção de um banco de dados real da situação do Município, fato que não é específico de um agravo ou doença, mas que abrange as notificações de maneira gera*[16].

Ou seja, há registros de intoxicações e demais notificações como acidentes de trabalho que não são notificadas, mas que, posteriormente, os agentes responsáveis tomam conhecimento no dia-a-dia da unidade de saúde, as quais são chamadas de subnotificações. Apesar da não completa notificação no sistema, os números de intoxicações no município são alarmantes, representados nos quadros 5 e 6..

Os problemas de saúde causados pelo trabalho com o fumo são diversos, principalmente, pelo fato do esforço físico, trabalho pouco mecanizado e poucas horas de sono. Junto a isso, estão os agrotóxicos, não apenas no momento da aplicação na lavoura, mas o efeito que causa durante o manuseio, contato com a pele e inalação. Para Bonato (2007, p. 29)

> Os agrotóxicos podem causar determinados tipos de intoxicações no organismo humano. Vários fatores podem contribuir na determinação das intoxicações, dentre eles as características químicas e toxicológicas do produto, fatores do indivíduo exposto, condições de exposição e condições gerais de trabalho. As intoxicações podem ser

[16] Informações coletadas a partir do e-mail da equipe de epidemiologia de Rio Azul, em 18/07/2017.

> agudas (quando os sintomas surgem rapidamente), subagudas ou crônicas (caracterizada pela manifestação tardia).

Segundo Bonato (2007), a Lei Federal nº 7.802/89 modificou a nomenclatura de "defensivo agrícola" para venenos agrícolas, por conta da grande mobilização da sociedade, a fim de dar notoriedade a periculosidade da utilização de tais insumos para a saúde humana e do meio ambiente em geral.

Quadro 5 - Casos de notificações por intoxicação exógena- Rio Azul

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Tentativa de suicídio	2	2	0	2	9	2	3	19	12	8	5	64
Folha verde de tabaco	0	8	0	1	3	2	0	3	2	1	5	25
Abuso de substancias	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Metal pesado	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Acidental por agrotóxicos	2	0	1	2	2	**17**	6	0	2	2	3	37
Ingestão de alimentos	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Planta tóxica	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Acidente com medicamento	0	0	0	0	0	2	2	0	1	0	2	7
Tentativa de aborto	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1

Fonte: SINAN Net Rio Azul (2017).

As notificações não são exclusivas de pacientes que possuem contato com a fumicultura ou com os agrotóxicos utilizados nela. Todo agravo causado por intoxicações exógenas precisam ser notificados. A Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016 trata da Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. No Art. 4º dispõe sobre a obrigatoriedade e tempo para se realizar a notificação, a qual deve ser realizada pelo meio mais rápido e em até 24 horas após o primeiro atendimento ao paciente (BRASIL, 2016).

O quadro 5 apresenta os tipos de notificações que chegam até o Setor de Epidemiologia Municipal. Percebe-se que, diretamente ligada à produção de tabaco, está a intoxicação causada pela "folha verde de tabaco". Adquirida em contato direto da

folha do fumo úmida com a pele durante a colheita, ocorrendo a absorção da nicotina pelos poros da pele. Segundo Riquinho, Hennington (2014, p. 4801) “A planta do tabaco pronta para a colheita atinge pelo menos a altura de 1 metro e 20 centímetros cercando o corpo do trabalhador. Os agricultores colhem o tabaco, quebrando as folhas do caule e armazenando-as sob o braço”.

A doença da folha verde foi identificada no Brasil apenas em 2007 e, provoca náuseas, vômitos, tontura, fraqueza e cefaleia em não-fumantes. Os fumantes não são tão afetados por conta de uma tolerância desenvolvida pelo organismo chamada de taquifilaxia (PIOVEZAN et al, 2013).

A exposição do trabalhador a diversos produtos, de maneira intensa, não necessariamente ao longo de anos, pode acarretar em um quadro clínico difícil de ser diagnosticado e facilmente confundível, levando a erros de diagnósticos. Um exemplo é o uso dos organofosforados, vulgarmente conhecidos como inseticidas, muito utilizados em lavouras para afastar pragas durante o cultivo, que pode levar a uma ação neurotóxica retardada e causar paralisia (BONATO, 2007).

A orientação na aplicação de qualquer tipo de agente químico nas lavouras prescreve a utilização correta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), recomendado também pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), também, são reforçadas as recomendações de horário do dia, condições climáticas e duração do tempo de aplicação ou manuseio intercalado com outras atividades ou dividido com outros trabalhadores (ANVISA, 2011).

Há pesquisas que relacionam outras patologias ao contato com agrotóxicos e as reações químicas que ocorrem no sistema nervoso humano.

> Após a exposição, estes agrotóxicos são absorvidos por tecidos, especificamente adiposo e nervoso, e rapidamente sofrem reações químicas, sendo biotransformados em compostos altamente tóxicos para o organismo, que inibem ou alteram a atividade enzimática. Pertinente ao sistema nervoso central, algumas enzimas sofrem alterações provocando distúrbios neurocomportamentais, como ataxia, tremores, vertigens, convulsões, coma, ansiedade, confusão, irritabilidade, falhas de memória e dificuldade de concentração, além de depressão (PIOVEZAN et al. 2013, p. 2).

Nesta perspectiva, a depressão é uma anomalia nos neurotransmissores que são responsáveis pela produção de hormônios de prazer, bem-estar e conforto, como a serotonina e endorfina, os autores complementam “Com a depressão a qualidade de

vida é comprometida, gerando pensamentos de desesperança, decréscimo da autoestima e a sensação de incapacidade da resolução de problemas, que podem culminar em atitudes suicidas" (PIOVEZAN et al. 2013, p. 2).

Segundo Piovezan et al. (2013), pode-se aproximar a causa do suicídio com a depressão de trabalhadores da fumicultura. As causas que contribuem são a baixa remuneração e a carga excessiva de trabalho, juntamente com as preocupações referentes à colheita que precisa ser realizada no tempo correto independente das condições climáticas, caso contrário, significa prejuízo; as especificidades dos contratos com as empresas fumageiras e as dívidas advindas destes, além da toxidade causada pelos agrotóxicos e agravamentos de patologias neurológicas.

Quadro 6 - Casos de tentativa de suicídio por intoxicação exógena- Rio Azul

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Tentativa	1	2	0	2	9	2	3	7	11	7	5	49
Óbito	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	5

Fonte: SINAN Net Rio Azul (2017).

O quadro 6, mostra que de 2007 a maio de 2017 ocorreram 49 tentativas de suicídio e, infelizmente 5 óbitos relacionados, em Rio Azul e região. O problema exacerbado causado pelo cultivo em grande escala do tabaco não traz problemas apenas para os trabalhadores em idade laboral. A fumicultura é uma prática familiar, que exige trabalhos manuais envolvendo assim, toda a família, inclusive crianças e adolescentes para a melhor "otimização" da força-de-trabalho familiar. No Boletim ABRASCO, além dos problemas de saúde, constataram-se em Rio Azul o uso ilegal de força-de-trabalho infantil, segundo o documento, "devido à baixa renda obtida nesta produção, que inviabiliza a contratação de mão de obra, são os filhos dos próprios produtores que começam a ajudar os pais" (ABRASCO, p. 490, 2015). O trabalho infantil na fumicultura é visto de forma naturalizada, pois, para grande parte dos pais, o trabalho na infância é educativo, ajuda a construir bons valores.

No quadro 5 pode-se perceber que o ano de 2012 teve um índice de intoxicação acidental por agrotóxico bastante alto em comparação com os outros anos, isso ocorre por conta de uma pesquisa desenvolvida no município naquele ano. A pesquisa foi resultado do projeto elaborado pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva – NESC da Universidade Federal do Paraná-UFPR e o Centro Estadual de Saúde do Trabalhador -

CEST, da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA, aprovado e financiado pelo PPSUS 2008/2009, como uma das 14 ações traçadas pelo documento elaborado pela SESA "Vigilância das Populações Expostas à Agrotóxicos" como parte das ações do Ministério da Saúde e divulgada pelo Protocolo de Avaliação das Intoxicações Crônicas por Agrotóxicos, da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

A pesquisa que compõe o Protocolo intitulada "Investigação dos Processos de Contaminantes Químicos e seus Impactos na Saúde da População e Trabalhadores Expostos no Paraná", Rio Azul foi escolhido no eixo de estudo de maior exposição a agrotóxicos na fumicultura, pois, é o maior produtor de fumo do estado. Após a elaboração do Protocolo Clínico para Avaliação de Trabalhadores Expostos a Agrotóxicos no Paraná, coordenado pela Dra. Heloisa Pacheco-Ferreira, foi aplicado nos municípios de Rio Azul, nas Unidades de PSF Rurais Espigão Azul e Sede Alvorada, em Cascavel, sob orientação de profissionais da área, como a médica Lilimar Regina N. Mori, da 10ª Regional de Saúde e, a professora do curso de Medicina da Unioeste, Phallcha Luízar Obregón (SESA, 2013).

A pesquisa levou em consideração a intoxicação crônica, caracterizada pelo surgimento tardio, após meses ou anos, por exposição pequena ou moderada a agrotóxicos, causando danos muitas vezes irreversíveis. Além dos dados clínicos, a pesquisa considerou dados paralelos na análise do problema:

> [...] nas abordagens relativas às intoxicações por agrotóxicos, é necessário levar em conta tanto dados mais diretamente ligados aos "estilos de vida" dos pacientes, bem como os dados relativos a políticas de produção, processos de trabalho e formas de organização dos trabalhadores e empresas. Sobre estes, por sua vez, é preciso considerar aspectos ligados à institucionalização da sociedade de mercado, visto que esses exercem um grande potencial de determinação sobre as demais dimensões da vida humana (SESA, 2013, p. 15).

No período médio de 10 anos de exposição ocupacional a agrotóxicos, foram constatadas três manifestações comuns a esse tipo de exposição, que são a perda auditiva, polineuropatia e transtornos psiquiátricos menores (SESA, 2015). Os detalhes da pesquisa que embasou o Protocolo de Avaliação das Intoxicações Crônicas por Agrotóxicos foram publicados na revista Saúde em Debate número 113 de 2017, com o título de "Intoxicação crônica por agrotóxicos em Fumicultores" entre os dados colhidos

nas diferentes etapas da pesquisa, dos 46 adultos avaliados na segunda etapa da pesquisa, 20 tiveram confirmada a intoxicação crônica por agrotóxicos, destes:

> [...] transtornos psiquiátricos menores (90%), perda auditiva neurosensorial (15%) e polineuropatia tardia induzida por organofosforados (10%) [...] intoxicação crônica e a história de intoxicação aguda no passado [...] MURAKAMI, et al. (2017, p. 573).

No período de 10 anos, de 2007 a 2017, 49 tentativas de suicídios notificadas pelo SINAN em Rio Azul, desses, 5 mortes. O período de aumento de incidências de suicídios e intoxicações por agrotóxicos é reflexo de um aumento no uso de agrotóxicos em nível estadual. No Paraná, em 2008, eram utilizados cerca de 19,5 milhões de quilos de agrotóxicos, já em 2011 eram 96,1 milhões de quilos. Esses dados foram divulgados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social- IPARDES, em 2013, sendo que em 2011, eram utilizados 9 quilos de produto por hectare, principalmente nas lavouras onde as culturas que predominam são de soja e milho (IPARDES, 2013).

Aliado à exposição contínua a agrotóxicos, Murakami et al. (2017) indicam que o Sistema Integrado de produção do tabaco pode até garantir a compra do produto final, porém, obriga o agricultor a realizar um processo de trabalho pré-determinado pela empresa com pouca autonomia para realizar uma classificação de seu produto a busca pelo melhor preço para a venda. Desse modo, a empresa fumageira com quem o agricultor firma o contrato é quem decide como se deve trabalhar e quanto vai pagar pelo produto final.

Segundo Almeida et al. (s/d), a falta de informações sistematizadas acerca dos malefícios dos agrotóxicos é uma grande aliada para a expansão e consolidação dos negócios em nível internacional. Causando as subnotificações juntamente com a desinformação e venda e uso muitas vezes indiscriminado. Os autores ressaltam que essa discussão não está restrita à fumicultura, mas também, atrelada às demais culturas de subsistências, contaminação do meio ambiente e à população que consome os alimentos.

Rio Azul teve preocupação com a questão do uso inadequado de agrotóxicos em duas ocasiões, a primeira em 1989, colocando em forma de Lei a necessidade de controle pela prefeitura dos agrotóxicos comercializados na cidade. Em 2002, a Lei relacionada a lavouras nº 191 de 2002, que proibiu a comercialização e produção de sementes transgênicas no município, conforme o quadro 7:

Quadro 7 - Leis municipais referentes a agrotóxicos e sementes transgênicas- comercialização e produção- Rio Azul

ANO	Nº DA LEI	SÚMULA
1989	17	Obriga as casas que comercializam agrotóxicos para lavoura a fornecer uma via de nota fiscal ou relação de venda à Prefeitura.
2002	191	Proíbe a produção e comercialização de sementes e produtos geneticamente modificados transgênicos.

As leis do quadro 7 partiram de uma preocupação do município em relação às políticas ainda não definidas, em âmbito federal, a respeito de temas como o controle do uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. Essas leis são consideradas "leis mortas",[17] pois, na prática, nunca foram aplicadas por conta das leis federais acabarem sobrepondo-as, já que, eram temas considerados novos em discussões do interesse público e sem uma legislação federal totalmente adaptada. A Lei nº 17/1989 teve a intenção de fiscalizar a venda de agrotóxicos dentro do município, uma vez que a Lei federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989 trata da obrigatoriedade de uma fiscalização municipal a respeito do tema:

> Art. 4º As pessoas físicas e jurídicas que sejam prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos, seus componentes e afins, ou que os produzam, importem, exportem ou comercializem, ficam obrigadas a promover os seus registros nos órgãos competentes, do Estado ou do Município, atendidas as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis que atuam nas áreas da saúde, do meio ambiente e da agricultura (BRASIL, 1989).

A Lei 191/2002 é reflexo de todo processo judicial por qual a liberação do uso da soja transgênica passou em âmbito federal. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2003), as discussões sobre o cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, liberação e descarte de organismos geneticamente modificados (transgênicos) iniciaram em 1995, com a Lei de Biossegurança nº 8.974, autorizando a criação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e a autorização para realização de testes de campo com soja transgênica em 1997. Em 1998, a empresa norte-americana Monsanto, detentora da patente da soja Roundup Ready (RR), tolerante ao herbicida glifosato, pede a CTNBio autorização para plantio

[17] Informações coletadas a partir do e-mail do Secretário Executivo- Assessor Técnico Legislativo/Parlamentar da Câmara Municipal de Rio Azul/PR, José Augusto Gueltes, em 20/10/2017.

comercial, porém, tem sua solicitação negada em favor do pedido realizado pelo Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) e Greenpeace. Em 1998, por meio da Instrução Normativa Nº 18, fica isenta de avaliação prévia da CNTBio o uso de cultivares da soja RR, mas exige que haja um monitoramento científico por parte da Monsanto e supervisionados por técnicos da Comissão, esse fator proporcionou o registro de cinco cultivares de soja RR no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2003).

Porém, em 1999 FOI retomada a ação judicial iniciada pelo IDEC e Greenpeace por parte do IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, pedindo que haja uma apresentação de Estudos de Impacto Ambiental EIA- RIMA. com isso, em junho de 2000 foi concedida a liminar impedindo a comercialização da soja RR até o governo apresentar normas definidas sobre a rotulagem, comercialização, normas de segurança e mais detalhes sobre o impacto ambiental. Apenas o cultivo para fins científicos ficaram autorizados. Em 2002, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, obrigou que a documentação submetida para avaliação da CTNBio para uso de qualquer organismo geneticamente modificado fosse composta de um licenciamento ambiental e o EIA-RIMA. No ano de 2003, após denuncias e apreensões de plantios clandestinos, o Governo Federal autorizou o plantio de sementes transgênicas e exige a assinatura de um termo de compromisso por parte dos agricultores que visa garantir o cumprimento das regras exigidas pelo Governo.

Porém, as Leis que vão na contra mão de uma gestão mais sustentável e preocupada com as questões relacionadas aos transgênicos e controle de agrotóxicos utilizados no município são superficiais diante da colaboração das Leis federais que tratam do tema. Também, houve grande auxílio por parte do município para a vinda e garantia de permanência de empresas fumageiras de capital estrangeiro:

Quadro 8 - Leis municipais referentes á doação de terrenos do município para a instalação de empresas fumageiras- Rio Azul

ANO	Nº DA LEI	SÚMULA
1991	69	Autoriza o executivo a doar a Rio Grande Tabacalera S.A., uma área de terras com 10.000,00 m² para a implantação de uma unidade de produção e comercialização de produtos.
1991	83	Autoriza o Executivo a adquirir e a doar a Meridional de Tabacos Ltda. uma área de 1.890,00 m² situada no prolongamento da Avenida Manoel Ribas, de propriedade de Miguel Pedro Abib.

Na relação público-privado, as grandes empresas são beneficiadas. O quadro 8 reforça a ideia do Estado enquanto garantidor das condições materiais para que as empresas se consolidem. A década de 1990 foi marcada por ações prescritas pela agenda liberal dos organismos internacionais. A monopolização e entrada forçada de sementes transgênicas no país, mesmo sem o total conhecimento dos seus riscos por parte da população em geral juntamente com a doação de terras para instalação de empresas que fazem parte de um conglomerado internacional de outras empresas e segmentos diversos é um mecanismo de facilitação para efetivar a reforma, segundo as diretrizes da reforma, "O programa de privatizações reflete a conscientização da gravidade da crise fiscal e da correlata limitação da capacidade do Estado [...]" (BRASIL, 1995, p. 13). Neste caso, é perceptível a materialização das propostas da agenda, em que com recursos públicos, foram adquiridos terrenos e doados a duas grandes empresas para instalarem-se e realizarem seus contratos de compra e assistência para a produção de tabaco. Mostra que o poder público municipal concorda que "[...] Através desse programa transfere-se para o setor privado a tarefa da produção que, em princípio, este realiza de forma mais eficiente" (BRASIL, 1995, p. 13).

O município de Rio Azul teve sua origem e povoamento marcados pelo extrativismo da erva-mate e vinda de imigrantes europeus que trouxeram seus costumes e organização societária de maneira bastante forte, ainda perceptível na relação com a fé, no biotipo da população rioazulense (caucasiano) e na organização dos agricultores em faxinais, muito embora não mais existam localidades no interior do município que possuam características puramente faxinalenses, pelo fato da inserção da fumicultura e outras monoculturas nas atividades como forma de sustento, deixando as antigas ocupações apenas como complementação de renda, como o extrativismo da erva-mate e a coleta e venda do pinhão e, a principal característica dos faxinais, a criação de animais soltos de maneira comunitária, já é considerada uma prática bastante rara pelo fato da monocultura estar presente em praticamente toda área rural.

Com a chegada da "opção" de produzir fumo com a garantia de compra do produto por parte da Souza Cruz, o modo de vida comunitário que visava o manejo das florestas de forma a garantir sua existência e manutenção, aliada à produção de alimentos e uso de sementes crioulas se modificaram profundamente. A lógica antes firmada na relação com a natureza e com os demais indivíduos deu lugar ao

individualismo, oriundo dos modos capitalistas de produção que, no caso da fumicultura, não deixa o lucro em poder do dono da terra e da força-de-trabalho (pequeno agricultor), e sim para um conglomerado de empresas ligadas a cadeia produtiva do tabaco, as quais lucram com a necessidade do agricultor em adquirir os materiais necessários para a produção e com o preço na venda, estipuladas pelo mercado. Essas amarras materializam-se nos contratos de compra e venda de fumo, firmados entre os agricultores e as fumageiras, o qual chega até o agricultor pronto, com espaço apenas para preenchimento dos dados pessoais e quantidade de pés e área de cultivo, sem espaço para o agricultor opinar nas clausulas, tudo feito pelo orientador, o qual possui livre acesso à propriedade após a assinatura do contrato.

A empresa ganha assim, a legitimidade de adentrar além das casas dos produtores "integrados". Ganha espaço para coordenar ações que deveriam ser do Estado, como é o caso da jornada escolar ampliada, tema do convênio analisado neste trabalho. A submissão dos fumicultores à empresa é mascarada e passa por muitos despercebida, como se a relação do trabalho no campo e a empresa fosse algo natural e, que o contrato firmado entre fumicultor e empresa fosse uma maneira de ajuda ao agricultor e, a presença da empresa na escola fosse mais uma maneira de estender os "benefícios" às famílias, dessa vez, para as crianças. As características que levam as empresas a investirem em educação será discutido no terceiro capítulo.

Segundo Franz e Schinitzler (1999), o pacote tecnológico "disponibilizado" para o fumicultor inclui além de assistência técnica e sementes, os agrotóxicos que serão necessários durante o cultivo no ato da assinatura do contrato, ou seja, antes do agricultor semear o fumo já se sabem os agrotóxicos e suas quantidades que serão utilizadas em cada etapa, uma vez que o representante que leva o contrato até o agricultor não se trata de um Engenheiro Agrônomo, portanto, o receituário é o mesmo indicado para todos os fumicultores, baseado num grupo pré-estipulado de agrotóxicos.

Como indicado neste trabalho, os pacientes notificados por intoxicações exógenas no SINAN são, em sua maioria, resultado do contato com os agrotóxicos na agricultura e também da doença da folha verde, sendo esta ligada à etapa da colheita do fumo. As subnotificações de intoxicações são tema de preocupação dos profissionais da saúde de Rio Azul, uma vez que o controle e um número real desse problema são inviabilizados, pois, quando ocorre a intoxicação por conta do contato com o fumo com orvalho (doença da folha verde) geralmente acontece de apenas um integrante da família

procurar apoio na unidade de saúde, assim, os demais familiares que não receberam atendimento utilizam os mesmos medicamentos do paciente notificado. Esse fator pode ser melhor analisado pela pesquisa realizada pela UFPR, em 2012, em Rio Azul, em que há um aumento significativo das notificações no sistema por conta das famílias de fumicultores que foram acompanhadas durante a pesquisa.

Percebeu-se a omissão por parte do poder público municipal no que se refere à condição de trabalho dos agricultores são submetidos pelas empresas fumageiras e sobre os casos de intoxicações registrados pela área da saúde. Não há uma política pública efetiva por parte do município que garanta apoio ao agricultor caso este opte por diversificar ou produzir outra cultura, apenas os programas Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA que são programas federais.

Entende-se que Rio Azul possui um problema estrutural em relação à cadeia produtiva do tabaco. A cultura que leva os agricultores a optar todos os anos pelo plantio integrado, a falta de acesso a análises referentes aos problemas ligados à produção do tabaco e opções dignas de mudança impedem que o agricultor saia da condição servil da qual se encontra, restando amparar-se na única cultura que, na prática, paga seu trator e garante uma renda para passar o ano, o tabaco.

Os dados expressos neste capítulo referentes à história, desenvolvimento econômico e especificidades da fumicultura remetem-se à necessidade fundamental para a análise que nos propomos. A abertura política do Brasil ao capital estrangeiro prescrita nos anos 1990 sinalizou o caminho pelo qual as políticas de Estado enveredaram-se. A produção massiva de *commodities* como o tabaco e a falta de incentivo interno para produção de outras culturas e beneficiamento daquilo que é produzido internamente é proposital. As doações de terrenos públicos a corporações internacionais materializam o novo papel do Estado: servir ao capital internacional.

Os empregos locais são dependentes dessa lógica. No campo, a opção que se tem está na fumicultura, sem qualquer questionamento por parte do poder público, mesmo existindo pesquisas e dados apontando para as mazelas sociais e na saúde resultantes da cultura do tabaco. Os índices de intoxicações, tentativas de suicídio e suicídios são preocupantes, principalmente quando possuem os casos de subnotificações, alargando a margem de periculosidade do uso dos agrotóxicos na agricultura.

Os modos de vida comunitários perdem seus sentidos diante da necessidade de competitividade instalada pela empresa fumageira, dedicação exclusiva para o plantio, pulverizações, colheitas, secagem que exige cuidados durante a noite e corte e armazenagem de lenha para a estufa e, preparo dos fardos para a venda. Exigindo do agricultor um esforço descomunal durante toda a safra. Enquanto o valor do produto fica a cargo das bolsas de valores internacionais, não cabendo ao produtor estipular o preço do seu produto, aquele produtor que possui sua terra, equipamentos e habilidades para lidar com a terra é reduzido a um colaborador fabril, que vende sua força-de-trabalho num contexto de extrema alienação, pois, está exposto a acidentes e problemas de saúde muito mais que um funcionário que trabalha dentro de uma empresa, pois, não possui horário fixo para trabalhar, deve cuidar de sua safra durante o dia e a noite, está exposto a agrotóxicos sem supervisão adequada, na colheita, está sujeito à intoxicação da folha verde, em que a seiva da folha do tabaco entra em contato com os poros da pele, causando intoxicação imediata, durante a classificação do tabaco já seco, realiza trabalho braçal para o carregamento de grampos de fumo na carreta/carroça e depois na estufa, inala a poeira das folhas secas durante horas na fase de preparação para a venda e, expõe crianças e adolescentes ao trabalho infantil, pelo fato da fumicultura estar inserida no contexto da agricultura familiar.

Essas particularidades da fumicultura expressam o grau de periculosidade do trabalhador desse ramo. As jornadas exaustivas são “recompensadas” na venda do produto, com o recebimento de valores consideráveis, mas, que se descontadas as dívidas junto à empresa, demais despesas na safra, lenha e horas de trabalho não cobre os gastos, por isso, um novo contrato é assinado e a promessa de lucro na venda é novamente realizada, restando ao trabalhador uma sucessão de promessas e muito trabalho.

CAPÍTULO 2 A EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE RIO AZUL

A necessidade de apresentar a contextualização histórica do município e sua economia, se faz necessário apresentar a trajetória da educação de Rio Azul. A metodologia do capítulo constitui-se na análise dos Projetos Político-Pedagógicos de todas as escolas e CMEIs municipais; entrevistas semi-estruturadas com as primeiras professoras das escolas das comunidades de Faxinal de São Pedro e da comunidade da Vila Nova e; Projeto Político Pedagógico do Projeto Piá. Também, estão disponíveis nos anexos 3, 4 e 5 as Leis referentes aos trâmites na educação no município, no período de 1960 a 2017.

As escolas no município de Rio Azul nascem das mãos dos faxinalenses como obra comunitária. Assim como nas relações com a agricultura, as demandas locais relacionadas à educação eram resolvidas coletivamente com a doação por parte da população de terrenos, materiais e força-de-trabalho para a construção das escolas, móveis e demais objetos necessários.

Essa característica comunitária fazia sentido e era necessária no contexto anterior à chegada da fumicultura, em que os puxirões eram essenciais no preparo, plantio e colheita nas lavouras de todos, formando assim um elo entre as famílias. Com a fumicultura, o contexto foi modificado, priorizando apenas uma cultura e introduzindo um ritmo de trabalho superior exigindo de cada produtor maior dedicação à sua própria lavoura, cortando os laços existentes até então, trazendo para o faxinal um modelo de trabalho individualista e em ritmo industrial. Substituiu a lógica anterior de agricultura familiar e transformou em agronegócio.

Atualmente, estão em funcionamento dezesseis estabelecimentos de ensino regulares mantidos e administrados pela Prefeitura do município de Rio Azul. Dentre elas, quatro são exclusivamente para a Educação Infantil e os demais para anos iniciais do ensino fundamental e Educação Infantil. Dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, existem quatro estabelecimentos administrados pelo governo do estado, dois na área urbana e dois na rural. Também, há no município a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, que conta com 72 alunos, nos diversos Programas de Educação Infantil (Educação Essencial e Pré-escolar), Ensino Fundamental (Educação Especializada) e Educação Profissional (Oficinas Terapêuticas de Horticultura e Jardinagem) (APAE RIO AZUL, 2017).

Conforme o quadro 9, dentre os dezesseis estabelecimentos de ensino mantidos pelo município, cinco estão situados na área urbana, sendo quatro Centros de Educação Municipal Infantil- CMEI's, sendo eles: o Centro Municipal de Educação Infantil Cristo Rei; o Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar II; o Centro Municipal de Educação Infantil Deputado Aníbal Khury e; o Centro Municipal de Educação Infantil Profesora Maria Luiza Gaisler Soares. Também, a Escola Municipal Professora Vanda Hessel, que atende os anos iniciais do ensino fundamental.

Quadro 9 - Escolas e sua localização no município, campo/cidade

Escola	**Localidade (campo/cidade)**
Escola Rural Municipal Modesto Alves	**Campo**
Escola Rural Municipal Antonio José Ribeiro	**Campo**
Escola Rural Municipal Marechal Floriano Peixoto	**Campo**
Escola Rural Municipal Joaquim Vieira	**Campo**
Escola Rural Municipal Santo Antônio	**Campo**
Escola Rural Municipal Dr. Getúlio Vargas	**Campo**
Escola Rural Municipal Francisco Soares	**Campo**
Escola Rural Municipal José Bonifácio	**Campo**
Escola Rural Municipal São João I	**Campo**
Escola Rural Municipal Urquiz Cordeiro	**Campo**
Escola Rural Municipal Professora Anahir de Oliveira Lima	**Campo**
Escola Municipal Professora Vanda Hessel	Cidade
CMEI Pequeno Polegar II	Cidade
CMEI Deputado Aníbal Cury	Cidade
CMEI Cristo Rei	Cidade
CMEI Professora Maria Luiza Gaisler Soares	Cidade

Fonte: Elaborado pela autora.

No interior, são quatro escolas chamadas consolidadas[18], que atendem educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, são elas: Escola Municipal Urquiz Cordeiro; Escola Rural Municipal José Bonifácio; Escola Municipal Dr. Getúlio Vargas; a Escola Municipal Professora Anahir de Oliveira Lima. Essas escolas possuem um professor e uma sala de aula para cada turma. Também situadas no interior, Rio Azul conta com outras sete escolas, essas, são organizadas de maneira multisseriada, em que os alunos do infantil e primeiro e segundo ano frequentam as aulas em uma mesma sala de aula e com um único professor e, o mesmo ocorre com os educandos das turmas de terceiro, quarto e quinto ano. São elas: Escola Rural Municipal Modesto Alves; Escola Rural Municipal Santo Antonio; a Escola Rural Municipal São João I; Escola Rural Municipal Francisco Soares; Escola Rural Municipal Joaquim Vieira; Escola Rural Municipal Antonio José Ribeiro; Escola Rural Municipal Marechal Floriano Peixoto.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A coleta de dados realizada para apresentar o histórico das escolas do município de Rio Azul parte dos registros existentes nos Projetos Político Pedagógicos, escritos a partir de pesquisas realizadas em cada comunidade, embora breves, teve grande empenho na coleta e sistematização do histórico de cada escola[19]. Não há outra fonte sistematizada que descreva a história das escolas, também, não há registros fotográficos antigos da maioria das escolas.

A educação no município de Rio Azul se diferencia de outros municípios pelo fato das escolas estarem situadas em sua maioria no campo. Isso se dá por conta da população camponesa ser maior que a urbana e as gestões municipais manterem as

[18] O movimento conhecido como a nuclearização ou nucleação das escolas teve como objetivo desativar aquelas escolas cujo número de educandos foi julgado insuficiente para mantê-las em funcionamento e redirecionados a estabelecimentos que comportassem educandos de várias comunidades rurais, utilizando a partir daí o transporte de alunos. A nucleação se caracteriza pelo deslocamento de educandos na primeira fase do ensino fundamental de escolas consideradas isoladas e com problemas de infraestrutura para escolas em comunidades vizinhas com escolas em melhores condições. No caso da segunda fase do ensino fundamental os alunos são direcionados para escolas localizadas na cidade. Esse processo gera uma concentração educacional urbana (SOUZA, MARCOCCIA, 2011; RODRIGUES, MARQUES, et al., 2017).

[19] Entrevista concedida à autora por Igleci Popovicz, em 18/10/2017.

escolas nas comunidades considerando também a especificidades de cada comunidade e sua relação com a escola.

A história da educação escolar em Rio Azul se constitui no contexto da ocupação do campo, da consolidação da produção capitalista, portanto, de exploração da classe trabalhadora.

As primeiras experiências escolares em Rio Azul datam do início do século XX que, no Brasil, foi marcado pelo acirramento dos ideais positivitas e liberais manifestados desde a segunda metade do século XIX. Essas correntes de pensamento possuíam pontos comuns, como afirma Ribeiro (1993), como o fim dos privilégios da aristocracia, o Estado e a Igreja passarem a ser instituições independentes e sem contratos políticos, a abolição da escravidão e, o direito à instrução para a mulher, sob a justificativa que dessa maneira desempenharia melhor seu papel de mãe e esposa. Pontos esses que não faziam parte da agenda da camada senhorial do império, constituída por duas facções importantes: a facção ligada a lavouras de cana, tabaco e algodão e, a facção ligada ao cultivo do café, sendo esta responsável pela dominação do aparelho de Estado (RIBEIRO, 1993).

Seguindo essa suposta modernização do pensamento e projeto societário, foram realizadas diversas reformas políticas, principalmente na educação, para atender as demandas das novas formas de produção já firmadas na Europa a partir das Revoluções Industriais há mais de um século. Segundo Romanelli (1978), em meados do século XIX, países mais desenvolvidos já possuíam a preocupação em implantar de forma definitiva uma escola de acesso a todos, regida pelo Estado e gratuita.

Houve mudança nas relações de produção, assim, cada vez mais pessoas migravam para as áreas urbanas e, paralelamente, aumentava a necessidade de acabar com o analfabetismo e dar o mínimo de instrução para essa população, pois, o capitalismo exige maior conhecimento ao maior número de pessoas, seja pelo fato do trabalhador, agora assalariado, concorrer a uma vaga para no mercado de trabalho, seja para que esse mesmo cidadão possa “usufruir” dessa nova possibilidade enquanto consumidor (ROMANELLI, 1978). Outro objetivo da escolarização, não muito explícito, também foi a construção de consensos. A escola, de certa forma, realiza bem este papel, contribuindo para a diminuição de conflitos, quebrando a resistência em relação ao atual status quo da sociedade.

Porém, uma grande fatia da população brasileira, responsável pelo labor nos campos, não via necessidade em adquirir o conhecimento escolar. Havia enormes áreas destinadas à agricultura e vasta necessidade de força de trabalho, aliada a métodos arcaicos que necessitavam de grande número de trabalhadores, portanto, a instrução escolar não era importante para essa população, nem para a elite agrária, que conseguia manter seus poderes em seus "currais eleitorais" por meio do coronelismo. Essa característica do poderio agrário se manteve até o fim da Primeira Guerra Mundial, momento em que as manifestações urbanas demonstram preocupação das classes dominantes (ROMANELLI, 1978, p. 60).

A condição de ignorância e isolamento da população rural impossibilitava qualquer manifestação contrária ao que ocorria no momento, a "modernização" no modo de explorar os trabalhadores rurais fazia com que o país progredisse a partir da política de valorização dos produtos agrícolas internos, principalmente o café, com a ajuda de capital estrangeiro e acumulação dos lucros nas mãos da burguesia estrangeira e da ‘‘camada senhorial’’, chamada de "burguesia agrário-exportadora" brasileira, tornando assim, o Brasil dependente do capital financeiro internacional (RIBEIRO, 1993).

Essa junção possibilitou um equilíbrio nas contas externas, causada pela crise do regime imperial, trazendo para o Brasil o "aparelhamento material e uma sensível ascensão do padrão de vida nacional" com a abertura de grandes portos, ferrovias e usinas de energia elétrica, porém, ao custo de grande parte da população, residente no campo e trabalhadora nas lavouras de café (PRADO JUNIOR, 1962, p. 221 apud Ribeiro, 1993, p. 79).

Juntamente com a dependência financeira, o Brasil logrou um atraso intelectual causado pela tentativa de "imitar" a Europa nas reformas educacionais, causando uma dependência cultural, pois, carregavam em sua essência as velhas soluções para a educação do velho mundo e um atraso considerável em relação a tal. As reformas da época transitavam entre uma educação calcada na influência humanista e clássica e realista ou científica (RIBEIRO, 1993). As reformas educacionais nesse contexto não possuíam a característica de mudança social da estrutura brasileira, portanto, sem preocupação profunda com o abismo social que existia entre a legião de analfabetos e a camada senhorial.

A reforma Benjamin Constant, de 1890, teve como preocupação central o currículo escolar, como forma de contestar a ênfase que a educação até o momento teve nos estudos literários, agregando disciplinas científicas; o Código Epitácio Pessoa, que dentre suas reformas, estipulou para a educação a equiparação dos currículos das instituições privadas de educação com a oficial, dando fim à liberdade de frequência, porém, com a Reforma Rivadávia de 1911, retornou a ideia de desoficialização do ensino, reforçando a liberdade das instituições privadas, inclusive no que se refere à frequência, extinguindo a emissão de diploma para a emissão de um certificado de aproveitamento. Com resultados catastróficos, outra reforma, de Carlos Maximiliano, em 1915, reoficializou o ensino e, criou o vestibular, sendo feito diretamente nas faculdades, e podendo submeter-se aqueles que possuíssem de diploma de conclusão de curso secundário, tornando o ingresso no ensino superior mais dificultoso. Por fim, a reforma que encerra o período da Primeira República é a Reforma João Luís Alves/Rocha Vaz, no contexto da última década desse período e com as transformações sociais e econômicas já citadas candentes, a partir da reforma foi implantado um sistema seriado no ensino secundário com rigorosa fiscalização federal (SAVIANI, 2011).

Porém, apesar dessas seguidas reformas, a preocupação de proporcionar educação para a grande massa popular analfabeta não era o ponto arquimediano a ser discutido nesse período (SAVIANI, 2011).

Como mostra o Quadro 10, desde o início das reformas, não houve melhora significativa para superar o problema do analfabetismo, quando a população aumentava gradativamente e os índices se mantinham, como em 1900 a 1920, com uma taxa de 75% da população total brasileira analfabeta e, segundo Ribeiro (1993), em 1920 a taxa de analfabetismo da população maior de quinze anos era de 65%.

Quadro 10 - Índices de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades

Especificação	1890	1900	1920
Total	14.333.915	17.388.434	30.635.605
Sabem ler e escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357

Não sabem ler e escrever	12.213.356	12.939.753	23.142.248
% de analfabetos	85	75	75

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil, ano II, 1936, p. 43 apud Ribeiro (1993, p. 81).

Segundo Saviani (2011), as reformas educacionais nos estados na década de 1920 foram norteadas pela Reforma Sampaio Dória, do estado de São Paulo. Passou a ser ofertada uma escola obrigatória com duração de dois anos como formação primária, garantindo a alfabetização a todas as crianças em idade escolar, de maneira simples e rápida, porém bastante criticada e não implantada em sua totalidade. Após essa reforma, várias foram as mudanças para a instrução de escolas publicas:

> [...] a ampliação da rede de escolas; o aparelhamento técnico administrativo; a melhoria das condições de funcionamento; a reformulação curricular; o início da profissionalização do magistério; a reorientação das práticas de ensino; e, mais para o final da década, a penetração do ideário escolanovista (SAVIANI, 2011, p. 175).

A falta de preocupação com a construção de uma nova sociedade com menos desigualdades sociais juntamente com as práticas e ideários liberais, transplantaram para a educação brasileira suas formas e consequências, transformando-se num liberalismo educacional, em que o ensino seria público, laico e com garantia de um progresso social e individual, com resultados remanescentes desse sistema societário, gerando o agravamento da desigualdade socioeconômica e cultural nas regiões brasileiras, não garantindo uma continuidade de ação pedagógica, como o caso de São Paulo para as demais regiões (ROMANELLI, 1978). Também é importante considerar que as oligarquias rurais tinham o poder de legislar nas reformas educacionais, de maneira a copiar a educação forjada na Colônia, permanecendo, portanto, a velha educação aristocrática e sem preocupação com a educação popular (ROMANELLI, 1978).

Outras reformas estaduais de importância a serem registradas aqui foram: a reforma no estado do Ceará, em 1922; no estado do Paraná, a reforma de Lusymaco Ferreira da Costa e Prieto por Lourenço Filho Martinez, no ano de 1923; a Reforma de José Augusto no Rio Grande do Norte, em 1924; a reforma baiana no ano de 1925, por Anísio Teixeira. Fechando esse ciclo de reformas, caracterizadas por Saviani (2011)

como “a consolidação das ideias já estabelecidas”, inicia-se outro, com a introdução mais densa de ideais renovadores: a reforma de Francisco Campos e Mário Casassanta, de 1927; a reforma ocorrida no Distrito Federal em 1928, por Fernando de Azevedo; e a pernambucana de Carneiro Leão, no ano de 1928.

No período da Primeira República, ocorreu a criação de universidades, pois havia juntamente com a necessidade de alfabetização da população, a tentativa de criar um governo popular, que, segundo Porto Jr (2003, p. 28)

> [...] a criação de instituições para a formação de professores e da inteligência brasileira constituía um espaço da modernidade, mesmo que tardia. Universidades, faculdades e escolas eram criadas – marca do desejo do progresso. Citamos algumas iniciativas importantes: em 1892, José Francisco da Rocha Pombo propôs a criação de uma universidade no Paraná e, no mesmo ano, Pedro Américo consegue a aprovação para criação de três universidades, uma no Rio de Janeiro (DF), uma em São Paulo (SP) e outra no norte do Brasil (Bahia, Pernambuco ou Pará); em 1895, os deputados Eduardo Ramos e Paulino de Souza Filho propõem a criação de uma universidade; em 1900, de Elysio de Carvalho é a idéia da “Universidade Popular”; em 1909, a Universidade de Manaus10 é criada pela iniciativa de grupos extrativistas privados; em 1912, com o apoio da Lei Rivadávia, fundou-se a Universidade do Paraná; em 1915, deu-se a Reforma Maximiliano; em 1920, o decreto n.º 11.530, apresentado por Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, declarou instituída a Universidade do Rio de Janeiro.

Nesse contexto de reformas emergem nas cidades estabelecimentos industriais, representando a oficialização de dois grupos que caracterizam intimamente o capitalismo: a burguesia industrial, composta pela classe dominante, inclusive fazendeiros, que se colocavam em uma relação de dominação com o grupo dos operários em relação à força-de-trabalho (RIBEIRO, 1993).

No período do governo Vargas (1930-1945)[20] houve a preocupação de estruturar o ensino de modo que existisse um sistema nacional de educação, não efetivada no Brasil até então. Apesar de diversas instabilidades no âmbito político, algumas reformas educacionais foram realizadas naquele período (RIBEIRO, 1993). Como primeira

[20] O período de 1937-1945, conhecido como a ditadura do Estado Novo possibilitou a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo por meio de um golpe de Estado, no qual dissolvera a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais (Codato, 2013).

medida do Governo Provisório foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, dirigido por Francisco Campos e, teve como primeiras medidas a adesão a seis decretos:

> a)Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação; b) Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota regime universitário;
> c) Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
> d) Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário;
> e) Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, que estabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas;
> f) Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providencias;
> g) Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário (SAVIANI, 2011, p. 195196).

No estado do Paraná, na década de 1920, eram perceptíveis as características nacionais mantidas pelos imigrantes em suas colônias, pois, conservavam seus idiomas, comemorações e modos de trabalhar, esse fenômeno de conservação e manutenção dos hábitos trazidos da Europa não se dava apenas pelo isolamento ao idioma e às tradições, mas, sobretudo pela falta de escolas públicas que garantissem o contato com o português e à "cultura brasileira", ficando esta por conta de congregações religiosas de seus países de origem, perdurando assim, até a Primeira Guerra Mundial (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001).

No período do governo de Lupion, em 1947, houve uma política de convênios firmados entre o Governo do Estado e os municípios para a construção de 500 escolas primárias, assim como a formação de professores em sua própria região, com a intenção de evitar a evasão escolar (TRINDADE, ANDREAZZA, 2001). O número de escolas normais aumentou significativamente em 1949, quando eram 540 em todo território nacional (ROMANELLI, 1978). Essa política é percebida nos históricos das escolas rioazulenses, pois algumas foram criadas na década de 1930 e receberam novos prédios na década de 1950, ou foram criadas já no contexto dessa política.

É nesse contexto que as primeiras escolas foram fundadas na cidade Rio Azul/PR. Podemos perceber que no histórico das escolas a preocupação por uma educação escolar vinha sempre dos membros de cada comunidade e a escola acabara

por ser construída com a ajuda de doações de materiais e força de trabalho em terrenos cedidos ou doados, tendo auxílio do governo, anos após a sua construção e funcionamento. A seguir, apresentamos o conjunto das escolas municipais de Rio Azul.

Escola Rural Municipal Modesto Alves

A primeira escola foi a Escola Rural Municipal Modesto Alves, na localidade de Água Quente dos Meiras, no ano de 1921. Que recebeu esse nome como homenagem ao morador de mais idade dessa localidade. Foi construída em propriedade particular, cedida pelo Sr. Manoel Rocha, que desempenhava o papel de professor particular. Em 1927, o Sr. Eloi passou a lecionar na pequena escola, logo depois, o Sr. Olímpio e o Sr. Miguel (RIO AZUL, 2016a).

No ano de 1944, na gestão do prefeito municipal Vicente Bufren (1944-1946) foi realizada a contratação de profissionais pela prefeitura, sendo assumido o cargo pelas professoras Nicia Simer e Conceição Alves de Lara, que lecionavam para um total de 90 alunos. Mais tarde, a professora Germina de Lara Pelepka assumira (RIO AZUL, 2016a).

A escola passou por adequações estruturais no final da década de 1950, durante o mandato do deputado estadual João Mansur, quando foi solicitada uma verba para a construção de um novo prédio. A verba foi concedida e o novo prédio passou a contar com duas salas de aula e uma cozinha, na propriedade de Pedro Fusverk, onde se situa até os dias de hoje. A professora Antonia Fusverki Martins passou a assumir a coordenação em 1960. Também trabalharam nessa escola e são lembrados nos documentos, as professoras Cecília Ruvienski Remes, Maria Duda, Ilza Fusverki e, o professor Alceu Fusverk. Hoje, a escola atende os níveis de Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, com um total de 26 alunos matriculados em 2017 e funcionando em regime seriado com turmas multisseriadas, contando com duas salas de aula. A direção é de responsabilidade da secretária de educação, Igleci Popovicz[21] (RIO AZUL, 2016a).

[21] As escolas de pequeno porte não tem direção própria, por isso são submetidas à Secretaria de Educação.

Figura 3 - Escola Rural Municipal Modesto Alves

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação de Rio Azul, 2016.

Escola Rural Municipal Antonio José Ribeiro

No ano de 1928, na comunidade de Taquari, interior do município, foi fundada a Escola Rural Municipal Antonio José Ribeiro. A comunidade de Taquari foi fundada no ano de 1900 e recebeu esse nome pelo fato de na época de seu povoamento haver grande quantidade de uma planta nativa chamada taquara em suas matas (RIO AZUL, 2016 b).

A escola foi construída na gestão do prefeito Adelermo Camargo[22], que, por intermédio do governo do estado do Paraná conseguiu verba para a construção do prédio. O primeiro professor foi Eurico David Ribas, o qual lecionou durante vinte e

[22] Adelino de Camargo foi eleito prefeito no período de 1928-1932, mas renunciou ao cargo em 01/07/1930, sendo substituído por Elizário Camargo de Mello.

quatro anos. A primeira diretoria da escola foi organizada quarenta anos após sua criação, no ano de 1968, tendo como presidente Izaltino Ribeiro (RIO AZUL, 2016b).

Em 1987, durante a gestão do Prefeito Ansenor Valentin Girardi a escola passou por ampliações e reparos, a partir de um convênio entre a Prefeitura de Rio Azul e o Ministério da Educação-MEC, assim foi construído um novo prédio escolar, no terreno cedido por Manoel Tomaz de Andrade, com 1.178 metros quadrados, contando com duas salas de aula, cozinha, banheiros lavatório e pátio murado. Essa estrutura é a mesma até hoje. Atualmente, a Escola Rural Municipal Antonio José Ribeiro atende a Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental e, em 2017, 30 alunos estudam no período vespertino (RIO AZUL, 2016b).

Figura 4 - Escola Rural Municipal Antonio José Ribeiro

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação, 2016.

Escola Rural Municipal Marechal Floriano Peixoto

No ano de 1932 iniciaram-se as atividades escolares na comunidade de Marumbi dos Ribeiros, em uma casa construída por Miguel Kindiere, o qual também foi o

primeiro professor. A primeira diretoria foi instaurada em 1940, por Aline Dambrank, que também assumiu a regência nessa época (RIO AZUL, 2016c).

O primeiro prédio escolar foi construído em 1950, quando recebeu o nome de Escola Rural Municipal Marechal Floriano Peixoto que prevalece até os dias de hoje. O atual prédio foi construído em 2004, na gestão do prefeito Vicente Solda, conta com duas salas de aula, banheiros e cozinha. Funciona em regime seriado com turmas multisseriadas e atende a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, num total de 38 educandos (RIO AZUL, 2016c).

Figura 5 - Escola Rural Municipal Marechal Floriano Peixoto

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação, 2016**.**

Escola Municipal Vanda Hessel

A Escola Municipal Vanda Hessel está localizada na área central do município de Rio Azul. Não foi localizada uma documentação que trata exatamente da criação da escola. No ano de 1938, essa instituição tinha o nome de Casa Escolar de Rio Azul e Maria Tereza Cardoso era diretora na época. A primeira professora foi Maria Tito Ribeiro. Em 1940 recebeu o nome de Grupo Escolar de Rio Azul e teve como diretores: Alceu Picanço, em 1940; José Moscaleski, em 1941; Lídia Kubiaki, em 1942; Hélio

Nauman, em 1943 e, Guisélia Sobanski, em 1944 a qual exerceu o cargo de diretora do grupo até 1949 (RIO AZUL, 2016d).

O grupo escolar mudou de endereço no ano de 1945, sendo à rua Cafiero Corsi o novo endereço, juntamente com a Escola Normal Regional[23] e o Ginásio Estadual Dr. Chafic Cury, todos funcionando no mesmo prédio. A direção do grupo escolar passou para Wanda Gaioski em 1950 e, Waldereza Nerone Pallú em 1952, a qual ficou na direção por 27 anos (RIO AZUL, 2016d).

O Grupo Escolar de Rio Azul passou a chamar-se Grupo Escolar Dr. Afonso Alves de Camargo no ano de 1956. Após Waldereza Nerone Pallú, a direção passou por Ezilda Kloda Wzorek em 1980; Dilma Pallú Albini, em 1983; Ezilda Kloda Wzorek, em 1988 e, Maria Lucas Wilczek, em 1989 (RIO AZUL, 2016d).

No ano de 1992, passou a ser administrada pela prefeitura municipal e a chama-se, definitivamente, como Escola Municipal Professora Vanda Hessel, em homenagem à primeira normalista da cidade de Rio Azul, que se formou pelo Instituto de Educação de Curitiba e trabalhou em Rio Azul em 1944, que também realizava inspeção das escolas do município. Vanda Hessel (1915-1970) era natural do estado de Santa Catarina e foi casada com Bronislau Hessel (RIO AZUL, 2016d).

Em 1993 e 1998 o nome da escola mudou novamente, para Escola Municipal Professora Vanda Hessel-Ensino Pré Escolar e de 1º Grau e, Escola Municipal Professora Vanda Hessel; -Educação Infantil e Ensino Fundamental, respectivamente. A direção da escola passou por Lindamir de Fátima Pedrozo, em 1994; Alda Inês Móres Przysiez, 1997; Irene Borba de Oliveira Franco, em 1999; Dulcineia Capelari Silveira, em 2001; Marcos Duda, em 2005; Rosangela de Lurdes Herbst Pissaia, em 2012 e, Irene Borba Cordeiro, em 2015 (RIO AZUL, 2016d).

No ano de 2002, a escola ganhou um espaço próprio, adquirido pela prefeitura municipal, na Avenida Manoel Ribas, no centro da cidade, onde se situa até hoje. Em 2017, o diretor foi o professor Edson José de Oliveira (RIO AZUL, 2016d).

A Prova Brasil, a qual mede o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB, até o ano de 2016 era feita apenas na Escola Municipal Vanda Hessel, que alcançou as notas 5.1 em 2009, 5.2 em 2011 e, 4.9 em 2013, com projeção estimada em

[23] A Escola Normal Regional funcionou de 1950 a 1967.

5.5 em 2017. No ano de 2017, a Prova Brasil passou a ser feita em todas as escolas municipais[24].

Hoje a escola possui 25 salas de aula do 1º ao 5º ano no período da manhã e tarde. Uma Sala de Recursos Multifuncional Séries Iniciais Deficiente Visual, uma Sala de Recursos Multifuncional Surdez, três Salas de Recursos Multifuncional – Tipo I, duas classes de apoio e, uma classe de Educação de Jovens e Adultos- EJA. Em 2017, possuia um total de 538 alunos matriculados do 1º ao 5º ano dos anos iniciais (RIO AZUL, 2016d).

Figura 6 - Escola Municipal Vanda Hessel

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação, 2016.

Escola Rural Municipal Joaquim Vieira

A Escola Rural Municipal Joaquim Vieira está localizada na comunidade de Porto Soares, o primeiro registro de atividades é do ano de 1940, quando a escola recebeu o nome de Escola Pública de Porto Soares, e tinha como professora na época Idesville Ataíde de Andrigueto. Antes desse período, sabe-se que a professora responsável era Maria Trivisan, da cidade de São Mateus do Sul. Foi construída por

[24] Entrevista concedida a autora por Igleci Popovicz em 23/10/2017.

Domingos Soares da Silva e Antonio Soares. Em 1964 foi construído um novo prédio, em terreno doado por Manoel Batista e recebeu o nome de Joaquim Vieira, como homenagem a um dos homens que desbravou as matas da localidade. A primeira diretoria era composta por Adão P. Ferreira, Alexandre Dembeski, Julio Gnatkoski (RIO AZUL, 2016e).

Hoje a escola conta com duas salas de aula, cozinha e banheiro. Atende a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, um total de 53 alunos matriculados em regime seriado com turmas multisseriadas (RIO AZUL, 2016e).

Figura 7 - Escola Rural Municipal Joaquim Vieira

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação 2016.

Escola Rural Municipal Santo Antonio

A Escola Rural Municipal Santo Antonio está localizada na comunidade de Barra da Cachoeira. No ano de 1941 os moradores da comunidade se reuniram para a construção do primeiro prédio escolar em um terreno doado por José Bucco, com madeiras doadas pela comunidade e dinheiro arrecadado em eventos festivos. Além de sala de aula, a escola contava com um espaço para acomodar uma professora caso houvesse necessidade de passar a noite na escola. Recebeu o nome de Escola Isolada Santa Terezinha (RIO AZUL, 2016f).

A primeira equipe a compor a direção escolar era formada por Reinaldo Bucco, Francisco Zem, José Bucco e Verônica Zem. A primeira professora a lecionar nessa escola foi Maria Munys, a qual foi substituída por Alvina Billau Santos, Nair Vieira, Ladislau Hryncz, Rosália Stanislavz, Brasiliana Pinto Soares, Ana Bora Cequinel (RIO AZUL, 2016f).

A escola mudou de lugar no ano de 1959, sendo instalada no terreno doado por Pedro Bucco. A antiga escola passou a ser a casa onde a professora morava. Em 1964, a diretoria da escola juntamente com a comunidade alterou o nome da escola para Escola Rural Municipal Santo Antonio. Em 1995, outro prédio foi construído, no terreno de Adão Chochel. No ano de 2009, a Escola Rural Municipal Duque de Caxias foi agregada à Escola Rural Municipal Santo Antônio (RIO AZUL, 2016f).

Em 2013 iniciou a construção de um prédio novo, com verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE. Nesse prédio serão nuclearizadas a Escola Rural Municipal São João I, localizada na Cachoeira dos Paulistas e a Escola Rural Municipal Modesto Alves, de Água Quente dos Meiras. O novo prédio conta com seis salas de aula. Em 2017, escola possui 34 alunos matriculados, em regime seriado com turmas multisseriadas, atendendo a educação infantil e anos iniciais em três salas de aula (RIO AZUL, 2016f).

A nova escola receberá além dos 34 educandos já matriculados, 26 da Escola Rural Municipal Modesto Alves, da Água Quente dos Meiras e 35 educandos da Escola Rural Municipal São João I, da Cachoeira dos Paulistas, totalizando cerca de 91 alunos. Segundo depoimento de uma mãe de estudante[25] de uma escola do campo, o fechamento das escolas é visto como um problema. Os principais motivos são a distância, pois, segundo ela, se alguma criança ficar doente e precisar buscar fica bastante complicado; a má condição das estradas; a falta de transporte específico para essa nova linha que, terão que utilizar o mesmo ônibus que traz as crianças dos colégios estaduais do centro da cidade, fazendo assim, com que as crianças tenham que almoçar e sair de suas casas mais cedo e voltar mais tarde, pois, a linha que o ônibus terá que realizar aumentará significativamente.

[25] Depoimento colhido pela autora em 26/10/2017.

Figura 8 - Escola Rural Municipal Santo Antonio

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação, 2016.

Figura 9 - Futuras Instalações da Escola Rural Municipal Santo Antonio

Fonte: Acervo da autora 26/10/2017.

Escola Rural Municipal Getúlio Vargas

No início de 1941 a comunidade de Rio Azul de Cima iniciou a construção de sua primeira escola. Com doações de madeiras e forca-de-trabalho da comunidade, no mesmo ano a escola ficou pronta, recebendo o nome de Escola Dr. Getúlio Vargas, em homenagem ao Presidente da República na época. A primeira professora foi Maria Stacheski, que também assumiu o cargo de diretora. A primeira direção era composta por Floriano Debach, Emílio Ferreira dos Santos, Feliciano Domingues, João Procek, João Duda, André Duda, Valdemar Cordeiro, Jorge Cordeiro, Albino Valenga e Francisco Kochinski. Esse prédio foi utilizado durante dezoito anos (RIO AZUL, 2016g).

No ano de 1959, por meio da Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado do Paraná, no governo de Moyses Lupion, foi construído um novo prédio, no terreno doado por Miguel Duda, que recebera o nome de "Escritório B". A obra foi inaugurada em 1961. O terreno onde ficava a antiga escola foi vendido e a sociedade que construiu a escola dissolvida. O dinheiro da venda do terreno foi doado para a construção de uma capela na mesma comunidade (RIO AZUL, 2016g).

Devido ao grande número de educandos, no ano de 1972 foi construída no mesmo terreno outra escola, que recebeu o nome de Escola Castela Branco e que foi desativada em 1995 dando espaço para uma escola consolidada[26] (RIO AZUL, 2016g).

No ano de 1996 a escola de madeira deu lugar a um prédio novo, de alvenaria e em 1999, passou a se chamar oficialmente Escola Rural Municipal Dr. Getúlio Vargas. Em 2017, a escola atende a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental em cinco salas de aula e, no ano de 2017 possuía56 alunos matriculados (RIO AZUL, 2016g).

[26] Para Pastorio (2015) foi o movimento de fechamento de escolas isoladas/multisseriadas e com intenção a municipalizar o ensino, com o argumento de melhoria do ensino na zona rural e gerar oportunidades iguais no campo e na cidade.

Figura 10 - Escola Rural Municipal Dr. Getulio Vargas

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação.

Escola Rural Municipal Francisco Soares

O primeiro espaço destinado à educação escolar na comunidade de Vila Nova foi a casa de Gabriel Vieira França, que contratou um professor para dar aulas particulares durante o dia todo, porém, a maioria dos moradores não tinha condições de pagar por aulas particulares. A comunidade se organizou e Francisco Soares Sobrinho e Pedro Pissaia fizeram frente aos trabalhos, com doações e festas na comunidade. Simão Kulis construiu os móveis necessários para uma escola, como carteiras, quadro, mesa e armário (RIO AZUL, 2016h).

As aulas tiveram início em 1944, na residência de Pedro Pissaia, a professora era Julieta Miqueta, que lecionou até o ano de 1947 e hospedava-se na casa de Francisco Soares Sobrinho. No ano de 1950 foi construído, com recursos públicos, um novo prédio escolar, porém, ficou fechado durante 9 anos. O motivo[27] é que a professora da época, Verônica Korobinski Pissaia, preferia lecionar em sua própria casa e, em 1959

[27] Entrevista concedida a autora por Leandrina Petreski Plodoviski, professora aposentada, em 23/10/2017.

passou a ser utilizado como capela (RIO AZUL, 2016h). Após 11 anos funcionando como capela, o espaço passou a ser utilizado também como escola, em agosto de 1961.

A partir dessa época[28], o prédio foi usado para as duas finalidades: como escola durante a semana e capela para celebração de cultos e missas em outros horários. Quando chegava o dia da celebração a professora era quem retirava as carteiras e arrumava os bancos e o altar. Depois da celebração, limpava e organizava o ambiente para ser utilizado novamente como sala de aula.

A partir de 1965, a comunidade fazia reuniões registradas em ata para tirar erva-mate produzida no local onde funcionava a escola para a compra de material escolar. Quando acabava a merenda, a professora fazia campanha do milho e levava de carroça até a cidade para fazer o fubá para, posteriormente servir de merenda para as crianças[29]. Esses fatos demonstram que as escolas na época eram mais resultado do trabalho da comunidade do que de fato político.

No ano de 1999, com recursos da prefeitura, a comunidade de Vila Nova recebeu uma nova escola, construída de alvenaria com o nome de Escola Rural Municipal Francisco Soares, em homenagem ao patrono da escola. Atualmente a escola atende os níveis de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, possui 02 salas de aula e 44 educandos matriculados em 2017 e as turmas são multisseriadas (RIO AZUL, 2016h).

[28] Entrevista concedida a autora por Leandrina Petreski Plodoviski, professora aposentada, em 23/10/2017.
[29] Entrevista concedida a autora por Leandrina Petreski Plodoviski, professora aposentada, em 23/10/2017.

Figura 11 - Escola Rural Municipal Francisco Soares

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação, 2016.

Centro municipal de Educação Infantil Aníbal Khury

O primeiro estabelecimento de educação infantil no município de Rio Azul foi criado em 1918, pelo fato das mães precisarem deixar seus filhos sob cuidados enquanto participavam do clube de mães, na época, administrado pela Associação de Proteção à Maternidade e Infância- APMI. O clube de mães não era um incentivo do poder público e as crianças eram atendidas no salão paroquial da igreja católica no centro da cidade, a iniciativa foi denominada de Creche Casulo (RIO AZUL, 2016i).

Em 1983, a APMI firmou um convênio com o órgão assistencial da época, Legião Brasileira de Assistência- LBA, do governo federal. No ano de 1998, a Creche Casulo passou a ser assistida pela prefeitura e recebeu verbas para continuar a atender as crianças. Em 18 de maio de 2000, a creche recebeu o nome de Creche Municipal Deputado Aníbal Cury em razão da inauguração de um novo prédio, em 2001, e oficialmente inaugurada em novo endereço, em 2004, na Vila Abib, onde se situa até hoje com o nome de Centro Municipal de Educação Infantil Aníbal Cury (RIO AZUL, 2016i).

Em 2017, a estrutura do CMEI contava com secretaria, sala para os professores, 6 salas de aula sendo 4 com banheiros próprios, cozinha, refeitório, almoxarifado, dispensa, lactário, lavanderia, banheiro para funcionários e área externa com parque. No ano de 2017 havia 120 alunos matriculados de 1 a 5 anos de idade, organizados em turmas de acordo com a faixa etária, do infantil I ao infantil IV (RIO AZUL, 2016i).

Figura 12 - Centro Municipal Infantil Aníbal Khury

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação, 2016.

Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar II

Outro estabelecimento escolar de atendimento à educação infantil a iniciar os trabalhos na época foi o Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar II, antigo Pré Escolar Pequeno Polegar II, que funcionava juntamente ao Colégio Ucraniano Nossa Senhora de Fátima e teve como primeira professora Leonice de Fátima Veronez Przybycz. Não há registros da data em que o Pré Escolar começou o atendimento (RIO AZUL, 2016j).

No ano de 1987 ganhou sede própria e funcionou até 2008, quando foram realizadas reformas no prédio e as aulas foram transferidas para o Centro de Catequese

cedido pela Igreja Ucraniana de Rio Azul até maio daquele ano. Após, as aulas voltaram ao antigo prédio, no aguardo da construção de um novo. Na madrugada de 24 de maio de 2008 um incêndio, de causa desconhecida, destruiu completamente o estabelecimento, houve perdas de todos os materiais, documentos e estrutura física da escola. As aulas voltaram no dia 3 de junho na Biblioteca Municipal até a construção do novo prédio (RIO AZUL, 2016j).

O novo prédio foi construído ao lado do antigo, em terreno doado por Estanislau Surmacz. Em 2013, contando com apenas uma sala de aula, que foi dividida e atualmente conta com duas salas e atendeu 32 alunos em 2017 (RIO AZUL, 2016 j).

Figura 13 - Centro Municipal De Educação Infantil Pequeno Polegar II

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2016.

Escola Rural Municipal São João I

Na comunidade de Cachoeira dos Paulistas, a primeira escola começou a funcionar em 1936, na propriedade de Serafim Batista de Lima e tinha o nome de Sociedade Escolar Dr. João Pessoa, em homenagem ao vice-presidente de Getúlio Vargas. Um novo prédio de alvenaria foi construído em 1988 e recebeu o nome de Escola São João e, em abril de 2009, a Escola Rural Municipal Perpétuo Socorro, pertencente à comunidade de Água Quente dos Domingues unificou-se e passou a se

chamar Escola Rural Municipal São João I. Hoje a escola atende a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, com 35 alunos matriculados em 2017 em turmas multisseriadas (RIO AZUL, 2016k). Essa escola será fechada assim que o novo espaço fique pronto, na comunidade da Barra da Cachoeira, à 5 quilômetros de distância do atual prédio.

Figura 14 - Escola Rural Municipal São João I

Fonte: Secretaria Municipal de educação, 2016.

A comunidade de Marumbi dos Elias, assim como as demais localidades interioranas do município, teve sua primeira escola construída com muito esforço por moradores da comunidade, em terreno doado pelo morador Urquiz Augusto Cordeiro. Recebeu o nome de Escola São José, sem data acertada. No ano de 1955, por intermédio do Deputado Chafic Cury, foram angariadas verbas para a construção de um novo prédio escolar, com o nome de Escola São José II que funcionou durante 28 anos, até o ano de 1989 e, a primeira professora foi Leonor Knault (RIO AZUL, 2016 l).

Em 1990 o nome foi alterado para Escola Consolidada Urquiz Cordeiro e, em 2012 o prédio foi doado ao governo do estado e atualmente trabalha em conjunto a Escola Estadual Miguel Dussanoski- Ensino Fundamental. Atualmente o nome é Escola

Municipal Urquiz Cordeiro e 112 alunos estavam matriculados em 2017, entre os níveis de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental (RIO AZUL, 2016l).

Figura 15 - Escola Municipal Urquiz Cordeiro

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação, 2016.

Escola Municipal Professora Anahir de Oliveira Lima

Em 1993, na comunidade de Invernada foi inaugurada a Escola Municipal Professora Anahir de Oliveira Lima. Foram integradas a ela a Escola São João II as escolas das comunidade de Rio Azul dos Soares, Palmeirinha e Barra do Rio Azul vieram (RIO AZUL, 2016m).

No ano de 2004 o prédio foi doado para o estado para que pudesse, no mesmo prédio, oferecer além da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, os anos finais, assim, a Escola Professora Anahir atendia da educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental. Em 2016, foi iniciada a construção de uma nova escola com seis salas de aula. Em 2017, a escola atendeu 91 crianças da rede municipal (RIO AZUL, 2016m).

Figura 16 - Escola Municipal Professora Anahir De Oliveira Lima

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação, 2016.

Centro de Educação Infantil Cristo Rei

Com o aumento da necessidade da população rioazulense e a distância de alguns bairros da cidade até os Centros Municipais de Educação Infantil, em 2001 foi construído o Centro de Educação Infantil Cristo Rei, na Vila Cristo Rei, que oferece atendimento a crianças de 3 a 5 anos de idade e no seu quadro de funcionários conta com uma professora e uma auxiliar de serviços gerais e atende 13 alunos (RIO AZUL, 2016n).

Figura 17 - Centro Municipal de Educação Infantil Cristo Rei

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação, 2016.

Centro de Educação Infantil Professora Maria Luiza Gaisler Soares

Em 2015 foi inaugurado o Centro de Educação Infantil Professora Maria Luiza Gaisler Soares, na Vila Diva, com o propósito de atender um maior número de crianças da Vila Diva, Vila Abib e Centro da cidade. O nome foi escolhido como homenagem a Maria Luiza Gaisler Soares, professora rioazulense que dedicou sua carreira no magistério atuando sempre na 1ª série, de 1972 a 1990. O CMEI atende crianças de 1 a 5 anos de idade, num total de 126 crianças em 2017 (RIO AZUL, 2016o).

Figura 18 - Centro Municipal de Educação Infantil Professora Maria Luiza Gaisler Soares

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação, 2016.

Escola Rural Municipal José Bonifácio

A Escola Rural Municipal José Bonifácio está situada na comunidade de Faxinal de São Pedro e atualmente atende além dos educandos locais, das comunidades vizinhas de Faxinal dos Paulas, Palmeirinha e Barra do Rio Azul. A comunidade de Faxinal de São Pedro teve como pioneiro Pedro Alves Cardoso e foi fundada no ano de 1918.

A primeira escola da comunidade possui em sua ata a primeira reunião para oficialização da escola em 04 de abril de 1954 e tinha o nome de Casa Escolar de Faxinal de São Pedro, construída em terreno doado por Boaventura Alves Cardoso, em 04 de abril de 1954, que teve como primeiro presidente da APMF José Alves de Oliveira, e contou com Rosa de Oliveira Batista e Tereza Siqueira Linhares como primeiras professoras na época (RIO AZUL, 2016 p).

Em 07 de agosto de 1955 foi realizada a inauguração desta Casa Escolar e, em 1967, ocorreu nova inauguração do prédio com o nome de José Bonifácio. Em 02 de abril de 2000 foi inaugurado um novo prédio com duas salas de aula, uma cozinha e dois banheiros e, em 24 de junho de 2007, foram inauguradas mais três salas de aula, uma cozinha e uma sala para a secretaria (RIO AZUL, 2016p). Três escolas foram

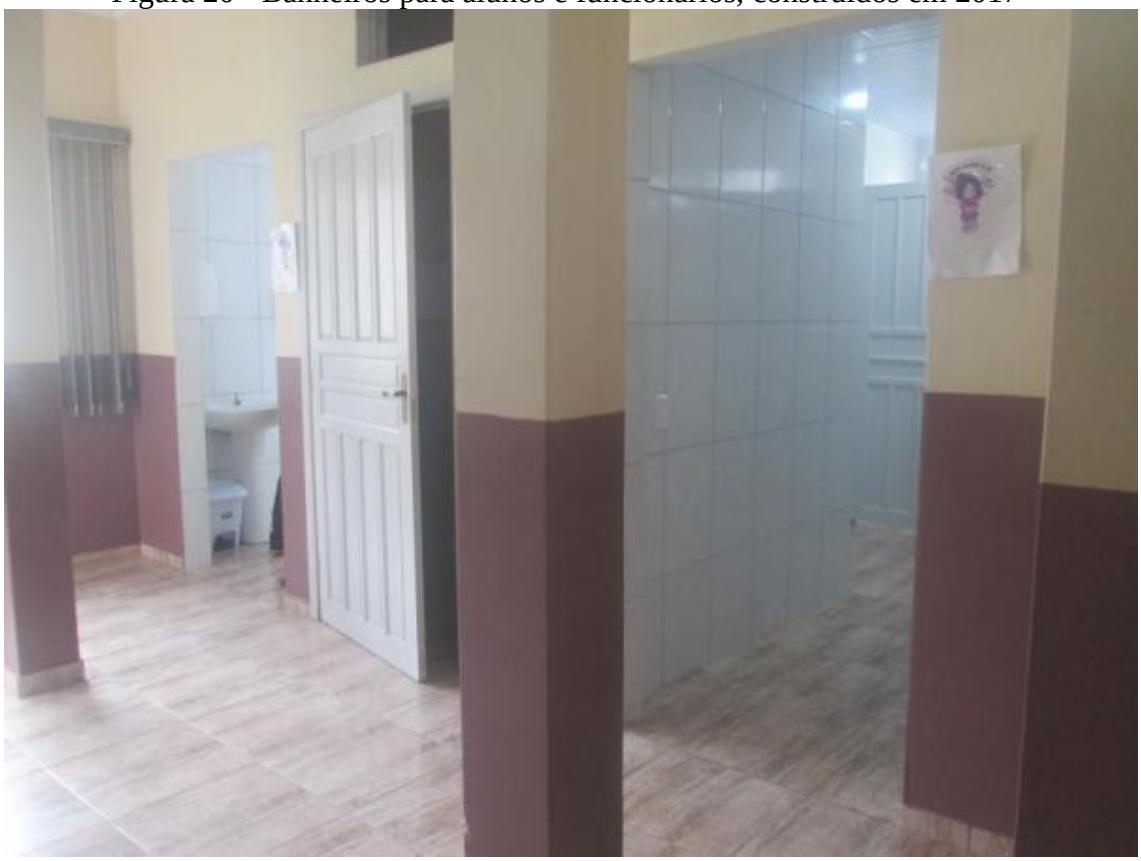
consolidadas, Santa Ana (2013) e São José I (2001) ambas da comunidade de Faxinal dos Paulas e, São Roque (2003), na comunidade de Barra do Rio Azul. O transporte dos educandos é mantido pela prefeitura municipal e passa pelas comunidades de Faxinal de São Pedro, Faxinal dos Paulas, Palmeirinha e Barra do Rio Azul[30].

Figura 19 - Inauguração do novo prédio da Escola Rural Municipal José Bonifácio, em 02 de abril de 1967

Fonte: Acervo de Rosa de Oliveira Batista.

[30] Entrevista concedida a autora por Licelma Aparecida Pedrozo de Oliveira, em 10/10/2017.

Figura 20 - Banheiros para alunos e funcionários, construídos em 2017



Fonte: Acervo da autora.

Figura 21 - Refeitório

Fonte: Acervo da autora.

Figura 22 - Lavatórios e bebedouro do refeitório

Fonte: Acervo da autora.

.

Todos os professores da escola, assim como de toda a rede municipal de ensino, possuem 4 horas-atividade semanais, destinadas a organização dos conteúdos que serão ministrados. O Quadro 11 apresenta a formação da equipe docente da escola, sendo que, todos os profissionais da educação que assumem turma são contratados por meio de concurso público, em regime de estatutários:

Quadro 11 - Formação da equipe docente escolar

NOME	FORMAÇÃO	ALUNOS QUE ATENDEM
Elizete de Oliveira Strona	Especialização em Educação do Campo	9
Leonilda Boscardin de Oliveira	Magistério	14
Licélma Aparecida Pedrozo de Oliveira	Especialização em Educação do Campo	Direção
Silvia Carraro Kempinski	Ensino Superior- Pedagogia	7
Claudinei Zaboroski	Magistério	Todos (Ensino Religioso, Artes e Recreação com o Infantil IV e V)
Milena Monteiro Alves	Magistério	Todos (Educação Física)
Géssica Karoline de Andrade	Ensino Superior- Pedagogia	19
Ivana Carla Cava Ivanchuk	Ensino Superior- Pedagogia	11
Vilma Gaioski	Magistério	7

Fonte: Elaborado pela autora.

A equipe escolar desenvolve os projetos[31], de *Educação para o Trânsito*; *Datas Comemorativas* na qual cada professora escolhe além das datas comemoradas em feriados, outras que julguem relevantes como o dia do agricultor e dia do livro para serem lembradas em sala e utilizadas para comporem as atividades já desenvolvidas em sala; a *Folha na Escola*[32], na qual os educandos do 4º ano recebem semanalmente exemplares do jornal Folha de Irati, e a partir dele, desenvolvem atividades voltadas a determinados temas, principalmente relacionados à cidade de Rio Azul e demais temas de interesse coletivo, os trabalhos são expostos para toda a escola. A *Estante de*

[31] Entrevista concedida a autora por Licelma Aparecida Pedrozo de Oliveira, em 10/10/2017.

[32] Mais informações: <http://www.folhadeirati.com.br/folha-na-escola>

Histórias é um projeto voltado à valorização do hábito da leitura, em que os educandos têm acesso a diversos tipos de livros e materiais para contação de histórias (máscaras, acessórios, fantoches e fantasias), a estante é doada para escolas e instituições públicas ou sem fins lucrativos através da Lei Rouanet de Incentivo à Cultura, a qual visa que empresas que pagam impostos destinem até 4% deles para esse tipo de iniciativa,

> [...] as estantes podem ser doadas para escolas públicas municipais ou estaduais, bibliotecas públicas, brinquedotecas, hospitais infantis, abrigos e qualquer outra instituição sem fins lucrativos que atenda crianças a faixa etária indicada para o acervo 04 a 10 anos. O patrocinador pode indicar as cidades e escolas que deseja beneficiar em qualquer região do Brasil onde tem interesse em melhorar a qualidade de educação e o hábito da leitura na população (BRASIL, s/d)

A empresa privada que aderiu ao projeto da Estante de Histórias foi a *Alliance One*, com consultoria da VR Projetos, a qual auxilia empresas e pessoas físicas a utilizarem os benefícios das leis de incentivo na área da cultura, educação, saúde e esporte (BRASIL, s/d).

Figura 23 - Estante de histórias

Fonte: Acervo da autora.

Além dos projetos que ocorrem no período da tarde e desenvolvidos por cada turma, a escola conta com o Projeto Buscando Novos Saberes, o qual é nosso objeto de pesquisa e que será melhor explicado no capítulo 4.

Hoje, a escola possui uma estrutura contendo um refeitório, três banheiros, seis salas de aula, secretaria, lavanderia e sala para hora atividade. Possui uma horta e a quadra poliesportiva utilizada localiza-se a 100 metros da escola. Atende da Educação Infantil ao 5º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A escola conta com uma diretora, Licelma Aparecida Pedrozo de Oliveira, que está presente no turno da manhã e da tarde e, duas pedagogas, Edinéia Protz e Luciane Luz Soares, as quais são responsáveis por todas as escolas municipais, exceto os CMEIs, duas funcionárias para

serviços gerai. Funciona no período da manhã, das 9 h às 12 h com o Projeto Buscando Novos Saberes e, no período da tarde, das 12:45 h às 16:45 h com o ensino regular[33].

Figura 24 - Escola Rural Municipal José Bonifácio (2017)

Fonte: Acervo da autora.

Nos dias de muita chuva, o tráfego nas estradas é comprometido e, em alguns dias, o transporte escolar é prejudicado, havendo faltas de alguns alunos.

Antes da nuclearização, ocorrida em 1991, Rio Azul possuía 37 escolas, destas, apenas a Escola Municipal Vanda Hessel localizava-se na área urbana da cidade[34]. O Quadro 12 mostra as escolas que foram fechadas e para qual estabelecimento foram redirecionadas.

[33] Entrevista concedida a autora por Licelma Aparecida Pedrozo de Oliveira, em 10/10/2017.
[34] Entrevista concedida a autora por Igleci Popovicz em 23/10/2017.

Quadro 12 - Escolas municipais- ano de fundação, localidade, níveis e segmentos atendidos, direção e escolas que se integraram

Escola	Fundação	Localidade	Níveis que atende	Segmentos que atende e matrículas[35] em 2017		Direção[36]	Escolas que fecharam e integraram-se e ano
				Educação Infantil	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		
Escola Rural Municipal Modesto Alves	1921	Água Quente dos Meiras	Educação Infantil e Ensino Fundamental	5	21	Igleci Popovicz	ERM Senhor Bom Jesus (1995) ERM Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (2009) ERM Bernardo Nélis (2009)
Escola Rural Municipal Antonio José Ribeiro	1928	Taquari	Educação Infantil e Ensino Fundamental	7	23	Igleci Popovicz	ERM Latino Santini (2009) ERM Santa Lúcia (2011)
Escola Rural Municipal Marechal Floriano	1932	Marumbi dos Ribeiros	Educação Infantil e Ensino Fundamental	7	31	Igleci Popovicz	ERM Serra da Esperança (2004)
Escola Municipal Professora Vanda Hessel	1938	Centro	Ensino Fundamental I, Educação Especial e EJA	*EJA=9 Educação Especial=38	538	Edson José de Oliveira	ERM Manoel Carneiro (2002) ERM Santa Terezinha (2009) ERM Santa Maria (2013) ERM Treze de Maio (2008) ERM São Francisco de Assis (2009)

[35] Detalhes das matrículas em estabelecimentos educacionais em Rio Azul de 1985 a 2016 nos anexos 1 e 2.
[36] A atual secretária de educação Igleci Popovicz é responsável pela direção das escolas de pequeno porte.

Escola Rural Municipal Joaquim Vieira	1940	Porto Soares	Educação Infantil e Ensino Fundamental	21	32	Igleci Popovicz	ERM Osvaldo Cruz (2003) ERM Santa Izabel (2003) ERM Sagrado Coração de Jesus (2010)
Escola Rural Municipal Santo Antonio	1941	Barra da Cachoeira	Educação Infantil e Ensino Fundamental	5	29	Igleci Popovicz	ERM Santa Helena (1998) ERM Duque de Caxias (2009)
Escola Rural Municipal Dr. Getúlio Vargas	1941	Rio Azul de Cima	Educação Infantil e Ensino Fundamental	10	46	Vanderleia Nieckasz Lebid	ERM São João Batista (1996) ERM Marechal Castelo Branco (1995)
Escola Rural Municipal Francisco Soares	1944	Vila Nova	Educação Infantil e Ensino Fundamental	7	37	Igleci Popovicz	ERM Nossa Senhora Aparecida (1997) ERM João Pessoa (2010) ERM Rui Barbosa (2010)
Escola Rural Municipal José Bonifácio	1954	Faxinal de São Pedro	Educação Infantil e Ensino Fundamental	16	61	Licelma Aparecida Pedrozo de Oliveira	ERM São Roque (2003) ERM São José I (2001) ERM Santa Ana (2013)
CMEI Deputado Aníbal Khury	1981	Vila Abib	Educação Infantil	120	-	Doiceli Aparecida Turski	-
CMEI Pequeno Polegar II	1987	Bairro Santa Terezinha	Educação Infantil	32	-	Igleci Popovicz	-
Escola Rural Municipal São João I	1988	Cachoeira dos Paulistas	Educação Infantil e Ensino Fundamental	-	35	Igleci Popovicz	-
Escola Rural Municipal Urquiz Cordeiro	1990	Marumbi dos Elias	Educação Infantil e Ensino Fundamental	35	77	Paula Adriana Majewski	ERE Domingos Carneiro (1991) ERM Santa Ana (2013)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação em 2017.

No ano de 2018 fecharão as escolas Rural Municipal Modesto Alves, da Água Quente dos Meiras e Escola Rural Municipal São João I da Cachoeira dos Paulistas serão integradas no novo prédio escolar da Barra da Cachoeira, interior do município, as duas ficam em torno de 5 quilômetros da nova escola que está sendo construída. Apesar das duas escolas terem uma estrutura limitada para o desenvolvimento das atividades tanto em sala como externas e, serem organizadas em regime multisseriado, com até três turmas na mesma sala, os pais mostraram serem contrários ao fechamento das escolas próximas às suas casas, pois, muitos pais podem levar seus filhos até a escola e, quando fecharem, os alunos terão que utilizar o transporte escolar. O principal argumento é o fato de que a roça em que a família trabalha muitas vezes fica distante de suas residências e que o transporte passará antes do horário de almoço, deixando o trabalho na lavoura pela manhã muitas vezes inviável e também, a falta de um transporte específico para as crianças da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, o qual será realizado com o mesmo ônibus utilizado pelos educandos que estudam na rede estadual de ensino, sem um tutor responsável ou cadeirinhas para as crianças menores, além do horário para voltar para casa ser estendido, causando muito tempo de espera na escola e dentro do ônibus até completar a linha e as crianças chegarem em casa, causando a preocupação dos pais com a segurança e a alimentação das crianças.

O artigo 28 da LDB prevê as condições necessárias para o fechamento de escolas do campo:

> Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (BRASIL, 1996, p. 22).

Para ocorrer o fechamento das escolas rurais Modesto Alves e São João I houve uma reunião com a comunidade, mas, não há uma ata ou descrição que aponte como a sugestão de fechamento foi recebida pelas comunidades em que as escolas estão inseridas. Percebeu-se no contato com a comunidade que o fechamento das escolas trará modificações na rotina de algumas famílias, as quais terão que alterar a rotina da família e do educando, principalmente no que se refere ao deslocamento até a nova escola.

A escola presente no campo é vista pela população de maneira bastante positiva e representa a importância da educação escolar para aquela população por parte do

poder público, a qual sempre foi considerada desnecessária nesse contexto e negada à grande parte da população camponesa brasileira. Uma escola no campo é sinônimo de valorização e perpetuação das práticas e costumes locais, trazendo vida e renovação para a comunidade a partir das atividades desenvolvidas no espaço escolar como as apresentações e comemorações envolvendo a comunidade. Quando fecha uma escola no campo, as crianças que ali residem perdem seu direito de estudar onde vivem e acabam sendo prejudicadas por conta das especificidades da vida no campo, como o difícil deslocamento, o clima e, interferindo nas atividades fundamentais do camponês.

O Quadro 13 mostra a evolução das matrículas[37] na rede municipal de ensino de Rio Azul. Indica a quantidade de educandos e total de turmas em que os alunos estavam distribuídos nos anos de 2011 a 2014. Os anos em que as escolas não possuem dados ocorrem pelo motivo do fechamento das mesmas e redirecionamento dos educandos para outras escolas. No ano de 2015, a rede municipal de ensino era responsável por 53,3% das matrículas do município, com um total de 2.148 educandos. Em 2017, o município era responsável pelo atendimento de um total de 1.434 educandos, destes, 291 matriculados na educação infantil I, II, III, IV e V e, 1.134 nos anos iniciais do ensino fundamental.

Quadro 13 - Evolução das matrículas na rede municipal de ensino por alunos (al) e quantidade de turmas (tu) (2010-2014)

Escolas municipais	**2010**		**2011**		**2012**		**2013**		**2014**	
	AL	**TU**	**AL**	**TU**	**AL**	**TU**	**AL**	**TU**	**AL**	**TU**
Antonio José Ribeiro	43	3	53	2	54	2	49	4	39	4
Caramuru	20	3	12	2	12	2	-	-	-	-
Francisco Soares	39	3	42	2	47	2	43	2	38	2
Joaquim Vieira	40	3	36	2	36	2	43	2	41	3
Marechal F. Peixoto	44	3	33	2	32	2	33	3	35	3
Modesto Alves	35	3	36	2	33	2	35	2	25	2
Santa Ana	15	3	18	2	15	2	-	-	-	-
Santa Lúcia	14	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Maria	15	2	16	2	15	2	-	-	-	-
Santo Antonio	28	3	31	2	37	2	31	2	26	2
São João l	40	3	39	2	32	2	30	3	22	3
Anahir de Oliv. Lima	111	5	103	5	97	5	98	5	85	5
Getúlio Vargas	43	5	50	5	48	5	46	5	46	4
José Bonifácio	61	5	48	5	37	5	63	5	56	5
Urquiz Cordeiro	102	6	87	5	83	5	91	5	81	5

[37] Sistematização das matrículas em estabelecimentos educacionais de Rio Azul de 1985 a 2016 no anexo 1, quadro 21.

Vanda Hessel	663	30	652	31	690	32	681	33	663	35

Fonte: Plano Municipal de Educação, 2015.

Todas as escolas possuem no currículo as disciplinas de Artes, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática. A Escola Municipal Vanda Hessel, Escola Rural Municipal Dr.Getúlio Vargas e Escola Rural Municipal Urquiz Cordeiro possuem além dessas disciplinas o ensino de Língua Estrangeira- Inglês. As demais escolas municipais não contam com essa disciplina no currículo por falta de professor habilitado[38]. As avaliações dos educandos da Educação Infantil são realizadas de acordo com o desenvolvimento intelectual e psicomotor, registradas parecer descritivo da professora regente da turma, assim como o 1º, 2º e 3º anos, já o 4º e 5º anos são avaliados através de atividades avaliativas com nota, sendo esta o elemento determinante na aprovação do aluno.

No município, os livros didáticos que são fornecidos para as escolas que se situam no campo são da coleção Girassol- saberes e fazeres do campo, distribuídos às escolas por meio do Programa Nacional do Livro Didático- PNLD, produzidos com a intenção de ajudar nos conteúdos trabalhados nas escolas do campo. Porém, é um livro distribuído para todas as escolas do Brasil, desconsiderando totalmente a realidade e especificidades de cada região. Também, não há um esforço da parte da Secretaria de Educação em produzir materiais de apoio para trabalhar nessas escolas, considerando que são a maioria e, o trabalho desenvolvido pelas famílias dos educandos é a monocultura do fumo que, está imersa em uma situação de servidão às empresas fumageiras e relacionado a índices de intoxicação e suicídio. Não havendo assim, no âmbito escolar, uma discussão efetiva sobre a valorização do trabalho camponês e do trabalho associado à problematização da produção do tabaco.

No que se refere ao Quadro Pessoal Permanente do Magistério Municipal, são estipulados níveis e referências, da seguinte maneira:

> I - A carreira dos Profissionais da Educação é composta por 04 (quatro) Níveis, assim designados: Nível A, Nível B, Nível C e Nível D, aos quais estão associados critérios de formação, habilitação e titulação; II - Para a promoção entre os Níveis obedecer-se-á aos percentuais: o Nível B é igual ao Nível A, acrescido de 10% (dez por cento) e o Nível C é igual ao Nível B, acrescido de 7% (sete por

[38] Informações coletadas através de e-mail da secretária Municipal de Educação Igleci Popovicz, em 12/11/2017.

> cento) e o Nível D é igual ao Nível C, acrescido de 5% (cinco por cento); III - Cada um dos Níveis descritos no inciso I, deste artigo é composto de 12 (doze) Referências designadas pelos números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, associadas a critérios de avaliação de desempenho e a participação em programas de desenvolvimento para a carreira; IV - Para a progressão entre as Referências em um mesmo Nível, será mantido o percentual de 2% (dois por cento) entre uma Referência e outra, de modo que a Referência 2 de cada Nível corresponderá ao valor da Referência 1, acrescido de 2% (dois por cento), e assim sucessivamente até a Referência12. Art. 10- A Descrição dos Cargos do Quadro da Rede Pública Municipal de Ensino está especificada no Anexo VI, da presente Lei (RIO AZUL 2017, p. 1).

A promoção por habilitação de um nível para outro se dá do Professor de nível A para o B os que obtiverem Licenciatura Plena, do nível B para o C, para o Professor de Nível B, que obtiver curso de pós-graduação *lato-sensu*, Especialização, na área de atuação e carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas e, promoção do nível C para o D, aqueles profissionais que obtiverem curso de especialização *strictu-sensu* (mestrado) (RIO AZUL, 2014).

Tabela 1 - Tabela de salários para o magistério, referente à carga horária de 20 horas semanais

Nível	REFERÊNCIA											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A	1.245,50	1.270,41	1.295,81	1.321,73	1.348,17	1.375,14	1.402,64	1.430,68	1.459,30	1.488,48	1.518,24	1.548,62
B	1.370,05	1.397,43	1.425,39	1.453,90	1.482,99	1.512,64	1.542,89	1.573,74	1.605,22	1.637,33	1.670,08	1.703,48
C	1.465,95	1.495,26	1.525,18	1.555,68	1.586,80	1.618,54	1.650,90	1.683,92	1.717,60	1.751,95	1.787,00	1.822,73
D	1.539,24	1.570,02	1.601,45	1.633,47	1.666,14	1.699,45	1.733,44	1.768,12	1.803,47	1.839,55	1.876,34	1.913,87

Fonte: RIO AZUL, 2017.

Em Rio Azul, a educação no interior na década de 1940 e 1950[39] se dava por uma professora indicada pela comunidade, não necessariamente com formação na área, mas que soubesse os conhecimentos elementares para serem repassados lecionava em residências cedidas para esse fim ou em paióis de armazenagem de materiais agrícolas

[39] Entrevista concedida a autora por Rosa Batista de Oliveira, primeira professora do Grupo Escolar Faxinal de São Pedro atual Escola Rural José Bonifácio em 20/09/2017.

ara crianças de diversas idades também a merenda e limpeza da escola eram por conta da própria professora. Na comunidade de Faxinal de São Pedro, a partir da década de 1960 teve maior preocupação do poder público municipal em relação ao espaço destinada para as aulas e foi construído um prédio escolar, porém, com turma multisseriada. Hoje existem sete escolas multisseriadas, onde chegam a ficar até três turmas na mesma sala com apenas uma professora, porém, as tarefas como merenda e limpeza são realizadas por funcionários com essas funções.

O município de Rio Azul possui outro projeto que tem como finalidade a erradicação do trabalho infantil, este, não está sob responsabilidade da Secretaria de Educação e, está vinculado ao Programa de Erradicação do trabalho Infantil-PETI, que é destinado ao atendimento de crianças que estão na zona de risco estipulada pelo programa federal Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que faz parte do programa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este projeto é chamado "Projeto Piá" e, funciona em um estabelecimento da prefeitura próximo ao centro da cidade, atendendo um total de 110 crianças nos turnos matutino e vespertino, de idades entre 5 e 12 anos, tanto da zona rural quanto urbana (RIO AZUL, 2011).

O Projeto Piá oferece as seguintes oficinas: apoio escolar; papo de criança; fábrica de brinquedos; mundo da imaginação; tele-educação; a hora do conto; construindo a cidadania; ciranda da música; pintando o sete; ciranda do teatro; dinâmicas esportivas; cantinho da brincadeira; o som da alegria; a magia da música; sonho de anjo; carrossel da dança; jogos de cooperação; clube dos visitantes; visitas educativas e, passeios recreativos, além de servir todas as refeições para as crianças que frequentam o projeto (RIO AZUL, 2011).

Também há em Rio Azul um projeto em parceria com o Clube Atlético Paranaense e algumas empresas privadas, chamado de Escolinha Furacão em que os meninos que estudam nas escolas municipais Vanda Hessel e José Bonifácio participam de treinos uma vez por semana com orientação de um educador físico. Este projeto está vinculado ao trabalho realizado pelo clube nas categorias de base. Além dos treinos, os meninos receberam um uniforme contendo camisa, bermuda e meias. Os requisitos para participar da escolinha é ter um bom desempenho e assiduidade escolar e apresentar um bom comportamento no ambiente familiar.

A Secretaria de Educação de Rio Azul[40] é responsável pelos marcos regulatórios de funcionamento das escolas do município, o qual é subordinado do Núcleo Regional de Educação de Irati, por esse motivo, as escolas, quando iniciam o funcionamento, recebem a nomenclatura rural e do campo estipulado pela Secretaria de Estado da Educação- SEED, esse é o motivo indicado pela secretária de educação do município, Igleci Popovicz, das escolas presentes no campo apresentarem a expressão "rural" no nome. Apesar de toda a discussão sobre a diferença entre a utilização dos termos "rural" e do "campo", as escolas continuam com a expressão "rural" em suas identificações.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, não há alusão sobre a necessidade de alteração da nomenclatura das escolas da área rural, porém, há na Lei a abertura para cada localidade organizar os conteúdos, o calendário escolar e demais adequações ao trabalho na área rural:

> Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 21).

A expressão "educação rural" está historicamente ligada à educação oferecida na área rural com formato e finalidade igual ou inferior à educação oferecida na área urbana, ou seja, não há nessa modalidade, a intenção pedagógica de oferecer à população do campo uma análise sobre sua condição e projeção do futuro, se restringindo a conteúdos básicos como a leitura, escrita e operações matemáticas (RIBEIRO, p 295). Analisando a educação no contexto capitalista, compreendemos que tanto a escola rural como a urbana possui o intuito de formar força-de-trabalho para a indústria, assim como utiliza-se de linguagens e costumes a ela relacionados.

> Sendo assim, a escola não incorpora questões relacionadas ao trabalho produtivo, seja porque, no caso, o trabalho agrícola é excluído de suas preocupações, seja porque sua natureza não é a de formar para um trabalho concreto, uma vez que a existência do desemprego não

[40] Entrevista concedida a autora por Igleci Popovicz, em 23/10/2017.

> garante este ou aquele trabalho para quem estuda (RIBEIRO, 2012, p 296).

A educação do campo surge na necessidade de romper com o paradigma da educação rural, com a necessidade de integrar a vida camponesa nos processos educativos, justamente pela aproximação do educando com o trabalho no campo, sendo este, um aspecto natural da relação do homem com a agricultura nesse contexto, assim, a educação do campo:

> [...] recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais, pelos vínculos com novas formas de produção, com o trabalho associado livre, com outros valores e compromissos políticos, com lutas sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesses processo (RIBEIRO, 2012, p. 295).

A essência da educação do campo é inseparável das questões que envolvem o trabalho, suas práticas, costumes, conhecimentos e cultura, às lutas sociais de classe "entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDAR in CALDART, et al., 2012, p. 259)".

No capitalismo, um projeto de educação e sociedade como o que sugere a educação do campo não é interessante no sentido de não garantir o individualismo reproduzido pelas políticas liberais, pois, é pensada coletivamente e sugere um modelo de trabalho associativo, fugindo a regra do capital. Por esse motivo, a educação do campo nasce enquanto ferramenta de luta dos movimentos sociais camponeses por reforma agrária na década de 1990 principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST que, na busca por seus direitos encontram na educação a arma essencial para sua continuidade (CALDAR in CALDART, et al., 2012)"..

A educação do campo, portanto, nasce e se faz necessária a partir das contradições do agronegócio e expropriação da força-de-trabalho, juntamente com a perda dos direitos civis dos camponeses em relação a cidadãos da cidade e completa inversão da lógica de vida camponesa, baseada na coletividade e valorização dos saberes populares.

CAPÍTULO 3 EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS EM REDES MUNICIPAIS

As políticas educacionais são o resultado das demandas da sociedade civil e da correlação de forças que tencionam o Estado. Sua formulação, escrita e implementação passam por interesses gerais e particulares de diversos sujeitos da sociedade, a partir do consenso e do desacordo, nem sempre convergindo para a democratização do ensino. Nessa pesquisa, entendemos que o afastamento do Estado de suas responsabilidades sociais e, que sua nova função de regulador entre o capital e o trabalho potencializa-se no Consenso de Washington, no processo de reestruturação do capital após 1970 (MONTAÑO, 2002).

Avaliamos os processos educacionais no contexto da relação público privada à luz de seu percurso histórico, contraditório, num cenário de luta de classes e submerso em uma realidade com embates individuais e coletivos, mas, relacionados. Os principais autores escolhidos para dialogarem com tal perspectiva são: Peroni (2008), (2015); Katz (2016); Freitas (2014); Silva; Souza (2009) e Montaño (2002).

Organizamos esse capítulo em três partes: a primeira trata da relação público privado a partir de 1990, em um contexto de implementação das reformas prescritas na década anterior, por meio do receituário neoliberal dos organismos internacionais. A segunda, trata dos interesses das empresas em firmar parcerias com o poder público na área educacional. Na terceira parte, apontamos exemplos de parcerias entre institutos e empresas com prefeituras para a oferta de Educação Infantil e reforço escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

3.1 A RELAÇÃO PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO A PARTIR DOS ANOS 1990

No Brasil, a década de 1990 é emblemática para a caracterização do movimento iniciado nos anos 1980 a nível mundial, quando as propostas de superação da crise estrutural do capitalismo, estavam unicamente direcionadas à educação escolar (SILVA; SOUZA, 2009). A crise que se entende aqui é a crise de acumulação, da taxa de lucros do mercado. Na América Latina, a crise de acumulação do período

fordismo/keynesianismo e do Estado desenvolvimentista (PERONI, 2008). Essa nova ofensiva do capitalismo se estabeleceu em diferentes movimentos, porém, complementares, chamados genericamente de neoliberalismo: a reestruturação produtiva, a mundialização do capital, o neoliberalismo e a Terceira Via. Esses movimentos redefinem o papel do Estado, ocorrendo um processo de privatização e de publicização na implementação das políticas governamentais.

Peroni (2008) explica cada categoria. A reestruturação produtiva faz parte da nova organização da empresa, o trabalho passa a ser realizado em equipe, influenciando a diminuição dos postos de trabalho. No Estado, essa categoria inferiu na "nova gestão pública". A globalização financeira e produtiva, transfere parte dos recursos para os sistemas financeiros e não mais para a produção, agravando o desemprego e, consequentemente interferindo nas políticas públicas pela baixa arrecadação de impostos. O neoliberalismo nasce como alternativa para a crise estatal. Para essa teoria não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado e, a democracia atrapalha o livre-mercado, tendo como estratégia a influência do mercado na superação das falhas do Estado, implantando princípios mercadológicos em todas as instâncias para que o Estado seja mais eficiente e produtivo. Como alternativa ao neoliberalismo, a Terceira Via parte da mesma concepção de crise, que ela reside na atual organização do Estado, porém, em vez da privatização em massa, essa estratégia visa o terceiro setor e a "ampliação" da democracia. Nessa categoria, a proposta é repassar as responsabilidades que são do Estado para a sociedade civil. No Brasil, essa estratégia pode ser observada no Plano Diretor da Reforma do Estado (1995) juntamente com o neoliberalismo.

A intenção neoliberal no século XX esteve sempre atrelada a aberturas comerciais, privatizações e flexibilizações de contratos de trabalho. Como já mencionado, o Brasil experimenta dessa receita desde o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE), desenvolvido por Bresser-Pereira, em 1995, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), assim como os demais países da América Latina, fato devido à "inserção" dos países na chamada mundialização do capital e, orientada por organismos internacionais (KATZ, 2016).

O PDRAE possuía a intenção de orientar a reestruturação do Estado brasileiro de uma política "racional-burocrática" para uma administração "gerencial", tornando o

cidadão um “cliente privilegiado” dessa nova administração, pautada na “eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada” (BRASIL, 1995, p. 07) do Estado, minimizando a atuação do Estado democrático definido pela Constituição Federal de 1988, a qual Bresser-Pereira julga como “um retrocesso burocrático sem precedentes” (BRASIL, 1995, p. 20).

Nesse sentido, a ineficiência das políticas públicas e das empresas estatais foi atribuída à incompetência dos meandros da política estatal do período. Dentro dessa reorganização, cria-se uma “arma” contra a ineficiência dos serviços estatais: agora, o Estado não mais possui o papel de produzir bens, serviços e desenvolver a economia, mas, atua como promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, 1995). Para isso, os serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica são delegados ao setor público não-estatal. Esse fenômeno foi batizado de publicização, ou seja, a transferência da execução dos direitos sociais aos agentes privados com recursos públicos, estabelecendo um projeto societário interessante e importante para a estabilização dos processos capitalistas.

Peroni (2015, p. 15) constata diversas formas de privatização do público na área da educação:

> [...] ou através da alteração da propriedade, ocorrendo a passagem do estatal para o terceiro setor ou privado; ou através de parcerias entre instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, onde o privado acaba definindo o público; ou, ainda, aquilo que permanece como propriedade estatal, mas passa a ter a lógica do mercado, reorganizando principalmente os processos de gestão e redefinindo o conteúdo da política educacional brasileira.

Nesse movimento, a autora compreende que tanto o Estado como a sociedade civil não estão em contraposição, mas que ambos são perpassados por interesses mercantis. Peroni (2015) sistematiza esse pensamento a partir de Thompson (1981), em que a relação entre o público e o privado faz parte das mudanças sociais e econômicas não sendo estas mudanças deterministas, mas, de relação e processo. O efeito trágico para a classe trabalhadora desses interesses mercantis é o silenciamento dos movimentos sociais e, das categorias populares de maneira geral, pois, não mais participarão e nem serão representados nos encaminhamentos metodológicos e práticos das questões coletivas.

Os defensores da publicização dos serviços alegam que essa prática é positiva para a visão que os clientes possuem da empresa, pois, com mais produtos parecidos no mercado, a empresa se destaca pelo seu investimento em responsabilidade social (MELO; FALK, 2007). Contudo, deixam claro que a responsabilidade social empresarial não é algo que as empresas realizam para a transformação social, é apenas e unicamente uma estratégia de, segundo Peroni (2015), *status* e *marketing*, o que chamam de capital simbólico, é mais uma estratégia no mundo dos negócios:

> Organizações que preservam o meio ambiente ajudam as comunidades, dão um retorno à sociedade e ainda contribuem para uma melhor qualidade de vida entre outras. Porém, **infelizmente**, percebem-se, com mais frequência, essas ações em outros países. E isso passou a ser uma vantagem competitiva com relação aos concorrentes da empresa (MELO; FALK, 2007, p. 130, grifo nosso).

Assim, quando uma empresa assume as funções pedagógicas de uma escola assume-se um caráter tecnicista de educação, reduzindo os problemas educacionais em problemas administrativos, e creem na solução vinda da administração gerencial. A partir dos anos 1990, com as orientações para minimizar o Estado, o terceiro setor foi potencializado. Nesse sentido houve um aumento considerável de fundações, ONGs e institutos como estratégia para construir o caráter de responsabilidade social das empresas. As empresas que não criaram fundações, institutos ou ONGs, para fazê-lo, realizaram convênios diretamente com o Estado no âmbito municipal, estadual e federal, o que em geral é mais vantajoso.

Na década de 1990 foram prescritos diversos documentos para orientar as políticas dos países subdesenvolvidos, escritos à luz das teorias que regem as estratégias de superação da crise, visavam à educação enquanto ponto central na resolução dos problemas sociais. Segundo Shiroma, Campos e Garcia (2005, p.3), as orientações dos organismos internacionais[41] como o Banco Mundial, UNESCO, OCDE, PNUD, entre outros, "por meio de seus documentos não apenas prescreviam as orientações a serem adotadas, mas também produziam o discurso "justificador" das reformas que, preparadas em outros contextos, necessitam erigir consensos locais para

[41] Além das prescrições, ocorre uma avaliação para mensurar a "qualidade" da educação por meio do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), uma estratégia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33571> Acesso em janeiro de 2018.

sua implementação" (2005, p. 3). As políticas adotadas dão legalidade para que os serviços de saúde e educação sejam tomados pela força desproporcional do mercado em relação à organização popular.

Muito embora o neoliberalismo tenha gerado transformações a nível mundial, esse fato não ocorreu de maneira simples e sem entraves no Brasil, houve uma intensa disputa por projetos societários distintos, importante para a consolidação da democracia, como é o caso da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (PERONI, 2015). A autora defende que os embates realizados para a conquista de uma gestão democrática é "parte do processo de aprendizagem da participação e está em disputa com a gestão gerencial" (PERONI, 2015, p. 28). Logo, esse processo deve ser exercitado dentro da escola com a construção do projeto político-pedagógico, dos conselhos, eleições para diretores, na autonomia financeira e demais decisões juntamente com a comunidade escolar.

A cada progresso conquistado pela via democrática, são apresentadas outras demandas impostas pelo capital para o Estado a fim de se ressignificar. Peroni (2015, p. 28) identifica esse fenômeno e afirma que "verifica-se a organização de setores vinculados ao mercado, influenciando as políticas educativas das mais diversas formas, redefinindo as fronteiras entre o público e o privado com implicações para o processo de democratização".

No Brasil, a privatização do público ocorre por duas frentes: por direção e por execução. A primeira se dá por meio da influência do empresariado, materializado principalmente pelo Movimento Todos pela Educação, o qual adentra na agenda educacional direcionando sua gestão em direção à gestão gerencial e, lucrando com a venda de produtos educacionais (PERONI, 2015). Na via da execução, a autora destaca a expansão do Terceiro Setor como as creches comunitárias, Programas de Educação de Jovens e Adultos por meio do Brasil Alfabetizado e, de Educação profissional como o PRONATEC.

O Movimento Todos pela Educação é a materialização da estratégia da Terceira Via, amparada e complementada pela reestruturação produtiva, pela ideia de privatização e globalização financeira. A intenção é adequar a escola às novas demandas do capital, "formando um novo trabalhador que domine as novas competências tecnológicas e organizacionais" (BERNARDI, et al, 2015, p. 54). Nesse

viés, os empresários são parte da sociedade civil, ganhando legitimidade para adentrar nas políticas educacionais e direcionar sua "utilidade".

Fundado em 2006[42], o Movimento julga ser a representação da sociedade brasileira, apartidário e com o objetivo de proporcionar condições de acesso e sucesso escolar, ampliação de recursos e melhor direcionamento destes. Os objetivos foram sistematizados em cinco metas:

- Meta 1- Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola
- Meta 2- Toda criança plenamente alfabetizada até os 8anos
- Meta 3- Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano
- Meta 4- Todo jovem de 19 anos com Ensino Médio concluído
- Meta 5- Investimento em Educação ampliado e bem gerido

As metas englobam desde a educação infantil ao ensino médio, além de terem a preocupação com o direcionamento do dinheiro investido na educação, dando um aspecto de que, se o dinheiro passar pela gestão privada, será gasto da melhor maneira possível, sendo esta uma alegação já derrubada pelos escândalos de desvios ocorridos dentro de empresas privadas. Bernardi et al (2015) constataram que, em 2014, havia um editorial no site do movimento afirmando que suas atividades ocorriam em sintonia com o Ministério da Educação (MEC) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), mostrando a conivência do poder público em direcionar as discussões sobre a educação nacional para os interesses do mercado. A seguir, o quadro 14 mostra os conselheiros de governança do Movimento e qual entidade representam:

Quadro 14 - Conselheiros de Governança do Todos Pela Educação e suas empresas

NOME DO CONSELHEIRO	EMPRESA QUE REPRESENTA
Ana Amélia Inoue	Integrante do Conselho Consultivo do Instituto Natura e coordenadora do Instituto Pedagógico Acaia SP
Ana Maria dos Santos Diniz	Instituto Grupo Pão de Açúcar
Antonio Cesar Russi Callegari	Sociólogo e Presidente do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada – IBSA. Membro do Conselho Nacional de Educação, onde é Presidente da Comissão de Elaboração da Base Nacional Comum Curricular e Relator da Comissão de Formação de Professores.
Antonio Jacinto Matias	Fundação Itaú Social

[42] Informações pesquisadas do site:< https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/?tid_lang=1>.

Beatriz Johannpeter	Instituto Gerdau
Fábio Colleti Barbosa	Presidiu o Grupo Santander Brasil, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e o Grupo Abril S/A, indicado como conselheiro do Itaú Unibanco
Fernando Luiz Abrucio	Professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (SP), foi colunista político do Jornal Valor Econômico S/A e hoje da Revista Época.
Jair Ribeiro da Silva Neto	Banco Indusval & Partners
Jefferson Ricardo Romon	Fundação Bradesco
José Francisco Soares	Professor da UFMG
José Roberto Marinho	Fundação Roberto Marinho- Rede Globo
Lázaro Ramos	Ator- Rede Globo
Luciano Dias Monteiro	Fundação Santillana e PRISA – conteúdos e serviços educativos
Luiz Norberto Pascoal	Grupo D'Pascoal e Fundação Educar D'Pascoal
Mozart Neves Ramos	Instituto Ayrton Senna
Paulo Sérgio Kakinoff	Presidente da GOL Linhas Aéreas
Ricardo Manuel dos Santos Henriques	Instituto Unibanco
Rodolfo Villela Marino	Conselheiro efetivo do Itaú SA

Fonte: Adaptado de Bernardi et al, 2015, p. 57.

Os membros da governança do Movimento Todos pela Educação são, além de pessoas ligadas a altos cargos em empresas privadas, pessoas vinculadas aos grandes meios de comunicação, universidades, empresas que produzem material didático e integrantes de conselhos de educação. Mostram que sua ideologia e seu alcance possui uma base firme para atuar nas políticas educacionais. Os sujeitos que compõem o Movimento possuem ligação com mais variados setores nacional e internacionalmente (BERNARDI et al, 2015), garantindo que haja um consenso nos diversas esferas da sociedade. Esse cenário de atuação do Movimento coloca em risco os legítimos processos democráticos das políticas educacionais, exaltando os imperativos do mercado em detrimento de uma política pensada a partir das mazelas sociais, da má distribuição de renda, da participação de associações e movimentos organizados em bairros e sindicatos, por exemplo.

O Movimento Todos pela Educação possui também um Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE)[43], o qual monitora as metas e suas estratégias, realizando também indicadores, análises, estudos, pesquisas e notícias. Há um trabalho de acompanhamento das metas, mesmo processo executado para acompanhar um produto

[43] Informações pesquisadas em: < http://www.observatoriodopne.org.br/sobre-observatorio>. Acesso em janeiro de 2017.

sendo fabricado em uma empresa. A questão aqui não é a realização desses procedimentos, mas o seu fim, as informações que o observatório gera e suas utilidades para o encaminhamento do Movimento Todos pela Educação.

A ideologia do Movimento e sua utilidade perante o *status* de empresa responsável inspira outras empresas e reproduz essa prática como necessária e importante para fazer com que a educação seja "utilizada" em favor da criação de força-de-trabalho qualificada e adaptada ao mundo do trabalho. Essa prática retira a voz da maioria da população e ocorre uma internacionalização da política educacional, equalização da educação a nível mundial. A parte a seguir deste texto se propõe a pontuar os interesses do empresariado em se preocupar com a educação e em que sentido as políticas educacionais entram na pauta do neoliberalismo.

Com essa forma de conduzir as políticas governamentais, o Estado deixa de ouvir, de debater, de buscar um trabalho conjunto com quem de fato é trabalhador, pesquisador no âmbito da educação pública.

3.2 PARCERIAS ENTRE EMPRESA E ESCOLA: QUAIS OS INTERESSES?

A conquista pelo espaço púbico e iniciativas dessa natureza sempre esteve em contraposição à organização da sociedade brasileira, forjada no escravismo e na divisão de terras de maneira desigual. A busca pela independência e maior democracia também foram forjadas por interesses burgueses. Freitas (2014) afirma que não é recomendável pensarmos que a história está se repetindo, a história não é linear, uma análise assim nos impossibilitaria visualizar as novas contradições e, nos desarmaria para o enfrentamento atual do capitalismo.

Quando nos deparamos com instituições preocupadas com as questões sociais devemos observar de onde viemos e para onde querem nos levar. A implantação do capitalismo não ocorreu em consenso com toda a sociedade, assim como, suas estratégias de reorganização em tempos de crise também não são aceitas de pronto por todos. Nesse cenário, as reformas sugeridas pelo mercado para as políticas públicas são o resultado da disputa pelo espaço do que é entendido como público. Essa disputa é alargada e está em jogo o tipo de sociedade que se quer com as reformas. No caso da educação, há uma disputa pelo método de formação da juventude (FREITAS, 2009).

No mercado, as parcerias com entidades públicas são utilizadas como moeda de troca para seus investidores. Tudo no capitalismo torna-se mercadoria e nela é

colocado um valor (KONDER, 1999). Na onda de empresas preocupadas com o meio ambiente, com a educação, a saúde e o desenvolvimento da sociedade, a responsabilidade social empresarial tornou-se também um nicho de mercado indispensável na atualidade, é um processo necessário para manter o lucro. Esse fator é conclusivo para os defensores do Estado mínimo, quando relacionam a responsabilidade social empresarial ao consumo de seu produto:

> Ao associar seu produto a uma causa nobre, a empresa se valoriza diante dos próprios funcionários. Se o consumidor puder optar entre dois produtos similares de marcas diferentes - um que esteja associado a uma ação social e outro não- certamente escolherá o primeiro. No entanto, quando um cliente visita um supermercado, pode-se analisar como um ato político, em que o mesmo marca suas opções ideológicas ao comprar ou recusar um produto (MELO; FALK, 2007, p. 137).

Percebe-se que a estratégia de acumulação de lucros é perpassar todas as atividades humanas, dando a entender que é um movimento natural de "solidariedade universal", que existe um interesse em comum em todo o planeta: trabalhar de maneira responsável em prol de um mundo melhor para todos. Na educação esse discurso se materializa simplificando os processos educacionais (FREITAS, 2014), criando uma metodologia instrumentalizada na educação, levantando bandeiras com apelativos clichês e de fácil entendimento à maioria da população e uma solução simplória, audível aos mais desavisados.

As necessidades levantadas pelo mercado como pontos necessários para uma melhora na educação não são ruins, são pontos que existem em comum com o pensamento daqueles que lutam por uma educação popular e emancipatória, porém, o que está em jogo nessa discussão é o encaminhamento dessas estratégias e o que se pretende com elas. Para os educadores, a educação é antes de tudo um bem público, que deve ser uma ferramenta para uma formação humana ampla, por isso, não é algo a ser pensado por um setor da sociedade. A educação é, historicamente, sonegada à classe trabalhadora, liberada a conta gotas para atender à organização social do trabalho capitalista (FREITAS, 2014).

Quando se coloca na educação o papel singular de atender o mercado (reduzindo a matriz curricular em matemática e língua portuguesa) e fornecer força-de-trabalho, juntamente com essa premissa, o Estado exime-se de orientar coletivamente

as políticas e práticas de modo geral. Nesse contexto, ocorrem situações que desmontam o que já se havia conquistado. Representantes da agenda neoliberal dentro do governo corroboram com retrocessos com a justificativa de necessidade de se "modernizar" as políticas públicas. Um exemplo trágico dessa prática é a meta 20 do Plano Nacional de Educação 2014-2024:

> Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio (BRASIL, 2014, p. 61).

A intenção da Meta 20 é a ampliação do investimento de recursos públicos a partir da vinculação de um percentual do PIB aumentado gradativamente, até chegar a 10% em 2024. Essa meta foi derrubada com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 241/2016[44], que limita os investimentos públicos, restringindo à variação inflacionária. Para a base do governo, essa medida é necessária para o equilíbrio das contas públicas, redução da taxa de juros e retomada do crescimento econômico (SENADO FEDERAL, 2016).

Chega-se, nesse momento, ao cerne da contradição do discurso capitalista para a educação. Se, de um lado temos o Estado possibilitando que sejam criadas estratégias para a ampliação e melhoria da educação, temos, de outro, o mesmo Estado alegando que o mais importante a ser feito é a consideração dos problemas do mercado em primeiro plano como alternativa à crise fiscal. Isso é contraditório porque os empresários preocupados com a educação brasileira, reunidos em movimentos como é o caso do Todos pela Educação, anunciam como objetivos garantir investimentos em educação e "cuidar" para que estes sejam bem geridos, inclusive por meio de seu Observatório.

Assim, a intenção do discurso se materializa: as empresas ganham a legitimidade de assumirem as responsabilidades pela escola pública, já que o Estado é incapaz de organizar suas contas. A eficiência empresarial entra em cena para salvar a escola. "A escola tem a sua roupagem atualizada, mas as suas funções sociais são mantidas intactas: exclusão e subordinação" (FREITAS, 2014, p. 52). Não importa se

[44] Após o golpe que resultou no impedimento da presidente Dilma Rousseff, a PEC que congela investimentos públicos por 20 anos foi prioridade no governo Temer, seguida da Reforma Trabalhista e da Previdência.

os problemas da escola são estruturais e estão arraigados na natureza burguesa do Estado. Não importa se a escola é perpassada por diversas questões oriundas da falta de significado de se ter uma escola pública pensada pelo povo e para o povo. O mercado tem pressa e não está disposto a esperar as soluções. Toma-as para si.

Freitas (2014, p. 50) explica:

> Ocorre que o aumento da produtividade é dependente de fatores importantes e que sofrem o efeito de passivos históricos: é o caso da educação. Portanto, não são de fácil e rápida solução. Mas para os empresários, os quais só agora se interessaram pela qualidade da educação, isso não conta. É preciso resolver de imediato o problema educacional para puxar o aumento de produtividade de imediato. Sem isso, dizem, perde-se competitividade internacional – ou seja, os lucros não são os esperados. O argumento é oportunista, pois eles bem sabem que o aumento da produtividade não depende apenas da educação.

Montaño (2002) ajuda na compreensão deste caráter imediatista do mercado afirmando que, o processo capitalista latino-americano pode até ter sofrido modificações na sua estrutura econômica, mas, se mantém praticamente intacta a superestrututa, que preserva elementos culturais e ideológicos característicos de relações de produção em regimes de servidão do sistema latifundiário e escravocrata.

Apelar para o básico, para uma educação "montada" por especialistas e distribuída à revelia dá a impressão de homogeneização do conhecimento e de que dessa forma todos terão acesso ao mesmo conhecimento, e com o bônus de ter como apoiadora aquela empresa famosa por seus bons resultados (FREITAS, 2014). A escola pública aceitar tal sujeição é colocar fim na sua utilidade. Com uma população com um conhecimento básico e convencida da sua "utilidade" social.

A educação ensejada pelas empresas é baseada em habilidades e competências em uma determinada área. E apenas nela. Para não tirar o foco, reduz-se o trabalho a movimentos ou atividades pré-determinadas e cronometradas, por isso, tanto se atenta para as disciplinas de português e matemática, para saber ler, escrever e calcular aquilo que já este exposto, sem "perder tempo" com análises mais elaboradas sobre a condição em que estão sendo sujeitados.

Para Freitas (2014) o conflito entre educadores e empresários está na lógica de resolução dos problemas da escola. Para os empresários é tudo uma questão de gerenciamento e competição. Portanto, se um aluno "fracassa" é como se a tarefa designada ao professor não foi cumprida com eficácia e não soube se utilizar dos

recursos que dispunha. Nessa análise, os educandos são colocados em condições iguais de sobrevivência. Não vem ao caso o que se passa fora dos portões da escola, as condições que esses educandos dispõem para atingir as metas e os índices esperados nas avaliações.

O sucateamento da escola pública e as boas intenções das grandes corporações fazem emergir políticas de ajustes fiscais, em detrimento de investimentos públicos na educação, faz com que sejam exaltados os "bons exemplos" realizados em determinadas escolas. Com o apoio da mídia (FREITAS, 2014), ganham mais adeptos e é construído um consenso ideológico de que a privatização é a única maneira de acabar com a corrupção estatal e garantir que a escola faça seu papel de preparar para o mercado de trabalho (trabalho capitalista, não outro).

Para fechar o cerco contra a escola pública, métodos de medição de eficiência são aplicados a nível mundial. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é responsável pela avaliação do rendimento educacional nas disciplinas de matemática, leitura e ciências por meio do exame do *Programme for International Student Assessment* (PISA) (FREITAS, 2014). Esse exame é o padrão de qualidade, sendo a partir dele, pensadas as reformas educacionais necessárias. O PISA é uma avaliação de larga escala nacional e internacionalmente, facilitando o diagnóstico para os especialistas do capital pensarem as próximas ações, equalizando a educação a nível mundial. Juntamente ao PISA, diversas entidades, fundações e demais instituições privadas estão interessadas no encaminhamento da educação. No Brasil esse papel é realizado por movimentos como o Todos pela Educação (FREITAS, 2014).

Como defendido no início deste texto, é preciso verificar como ocorrem as novas configurações de subordinação ao capital, pois, não é novidade o interesse privado pela educação (FREITAS, 2014), mas, é preciso não perder de vista que esse fenômeno toma formas e significados diferentes em cada período. Acreditamos que seja importante pontuar aqui algumas ações recentes do capital para a educação, listados por Freitas (2014): atenção centrada no professor, propondo a instabilidade no emprego de acordo com o resultado das avaliações de seus alunos; difundir a ideia de que a formação do professor é muito teórica e precisa na ser mais prática; apostilamento das redes de ensino, "ajustando" todo o conteúdo trabalhado nas escolas; tem a figura do gestor escolar enquanto um controlador dos professores; facilitação do processo (gestão por concessão e *vouchers*); sensibilizando a população por meio da mídia de que a

educação pública possui problemas que só serão resolvidos com a "colaboração" do empresariado; reduzem a educação a notas altas, exercitando a meritocracia e isolando aquelas crianças que não se saíram bem nos testes; colocam a culpa do atraso da educação nas suas articulações como sindicatos; utilizam de avaliações para responsabilizar a equipe escolar, desconsiderando fatores sociais que a escola não consegue resolver sozinha; sugerem e influenciam a elaboração de leis que culpem as escolas e os gestores; difundem e financiam as suas ideias por meio de parcerias com a iniciativa privada; aumentam o tempo destinado a aprendizagem de maneira *on line*, como estratégia de controlar o ensino.

As finalidades das parcerias entre empresas e escola são diversas, mas, caminham de mãos dadas dentro de um só movimento: a superação da crise estrutural do capital. O mercado se reinventa e cria novos elementos e ferramentas de embate para justificar a livre concorrência e a diminuição da interferência do Estado nas negociações comerciais (PERONI, 2015). A incapacidade do Estado em solucionar as mazelas sociais, natural das contradições capitalistas, é utilizada para justificar a intervenção empresarial milagrosa nas políticas públicas. Movimentos compostos por grandes corporações e intelectuais da educação com a mesma perspectiva participam dos encaminhamentos políticos e são vistos como uma relação natural dos sujeitos sociais.

A história é decisiva nessa análise. A construção da nação brasileira nunca encontrou nela mesma o consenso de que sociedade se queria construir. Interesses de uma pequena elite sempre foram atendidos. Em troca, segundo Bauer (2012), servimos como um campo de exploração de força-de-trabalho para as nações mais desenvolvidas recebendo "ajuda" para solucionar problemas sem solução em um contexto de dependência e políticas interessadas em resolver crises fiscais de maneira superficial, seguindo prescrições que não são seguidas por aqueles que a prescrevem.

Marx (2010) discute a incapacidade do Estado em acabar com os males sociais que afetam a sociedade no contexto capitalista. Partindo de uma análise materialista, organiza essa ideia a partir do sentido ontológico de formação do Estado. Compreende que, por mais aperfeiçoado que seja o intelecto político para solucionar as mazelas sociais menos é capaz de entender e perceber esses males, pelo simples fato de ser político e pensar dentro dos limites da política e, sugere que, para entender os males sociais é preciso aperfeiçoar um intelecto social. Logo, o intelecto político existindo

dentro dos limites da política é a expressão teórica das intenções e necessidades da burguesia (MARX, 2010).

Os resultados da falta de políticas locais para a escola pública desenvolvida para a emancipação da sociedade e construção de uma nação com justiça social é a estagnação e piora dos processos educativos que vivemos. Esvaziamento da função de organização do trabalho pedagógico da escola, transformando os gestores em supervisores de uma equipe escolar desconectada da sua função, que não produzem seu material de acordo com seu contexto, recebem os conteúdos prontos, produzidos por editoras por meio de acordos que não se ajustaram pela equipe escolar. A escola é então o que tudo no capitalismo se torna, uma oportunidade de negócio.

Em síntese, há muitos interesses dos empresários na sua inserção na educação: ao aproximar-se das escolas e de projetos educativos, constroem um perfil de empresa responsável; criam estratégias para incentivar o consumo dos seus produtos; buscar verbas públicas e desconto nos impostos; fazer o povo acreditar na eficiência do privado e na ineficiência do Estado; criar consenso sobre uma educação que desenvolva competências e habilidades vitais ao mercado; e, por fim, criar consenso sobre a privatização da educação.

3.3 EXEMPLOS DE PARCERIA ENTRE EMPRESA E ESCOLA NAS REDES MUNICIPAIS

As parcerias firmadas entre o poder público e empresas privadas é tema de diversas pesquisas na área da educação. Optamos por selecionar nesse estudo aquelas pesquisas que partem de uma análise de estudo de caso e priorizam esse fenômeno enquanto redefinição do papel do Estado e fruto de especulações de interesse do capital muito antes do que a preocupação com repensar os métodos de ensino para superação das mazelas sociais.

Por conta do espaço que possuímos para apresentar as parcerias, optamos por quatro programas que aconteceram/acontecem em dois municípios brasileiros, Joinville, no estado de Santa Catarina e, Benevides, no estado do Pará. As parcerias firmadas em Joinville acontecem na oferta da modalidade de ensino da Educação Infantil, já em Benevides a parceria ocorre em um contexto de ensino/recuperação daqueles educandos que estão fora da sua série de acordo com a sua idade.

Em Joinville, as parcerias ocorrem desde a década de 1990, por meio de uma associação de empresários (AJORPEME), que repassa recursos oriundos da responsabilidade social empresarial dos associados a creches domiciliares e também pela Secretaria de Assistência Social (AJOCEDI) que direciona os recursos públicos para o funcionamento de tais creches (ZARPELON, 2011).

O quadro 15 apresenta experiências de parcerias entre prefeituras e instituições ligadas à iniciativa privada no Brasil, organizado em redes municipais, natureza, período das parcerias, projeto, objetivos e metas, público alvo e fonte da pesquisa.

Quadro 15 - Experiências de parcerias entre prefeituras e instituições ligadas à iniciativa privada no Brasil

Rede Municipal	Natureza (Empresa/fundação /outro)	Período de parceria	Projeto	Objetivos/ metas	Público Alvo	Fonte de pesquisa
Joinville/SC	Instituto AJORPEME- Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa	2005	Convênio CEI's	Oferta de bolsas de estudo para famílias de baixa renda nos CEIs vinculados ao Instituto.	Famílias de baixa renda, crianças de 0 a 5 anos.	https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95544/298384.pdf?sequence=1
Joinville/SC	AJOCEDI- Associação Joinvilense de Centros de Educação Domiciliar Infantil	2004	Programa "Viva a Infância"	Organizar e congregar os Centros de Educação Infantil Domiciliar Infantil – CEDIS vinculados ao "Programa Viva a Infância" criado pelo Governo Municipal. bem assim com vinculação a outros projetos que beneficiem crianças de 0 (zero) a 5 anos, 11 meses, 29 dias de idade, criados e/ou mantidos por qualquer entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira.	Famílias de baixa renda, crianças de 0 a 5 anos.	https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95544/298384.pdf?sequence=1
Benevides/PA	Instituto Ayrton Senna	2010-2012	Acelera Brasil e Se Liga	Alfabetizar e/ou superar a distorção idade-série.	Crianças, adolescentes, educadores e municípios em situação de vulnerabilidade educacional e com baixos índices de sucesso.	http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/d14_oneidepojo.pdf

Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes indicadas na última coluna deste quadro.

A autora Oneide Campos Pojo, em seu trabalho intitulado "*A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO INSTITUTO AYRTON SENNA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEVIDES-PA: entre os desafios (pro)postos e os limites da realidade"* do ano de 2014, buscou analisar quais as implicações dos Programas Acelera Brasil e Se Liga no município de Benevides/PA no período de 2010-2012, no contexto de redefinição do papel do Estado, na gestão educacional municipal e na melhoria da qualidade do ensino. Os dois programas foram idealizados e são gerenciados pelo Instituto Ayrton Senna[45] (IAS) e possui apoio de diversas empresas, como Bradesco Capitalização, Credicard, Lide Educação (Grupo de Líderes Empresariais), P&G, Telefônica Vivo – Fundação Telefônica, Hublot, Instituto Natura, Itautec, Raizen, Suzano Papel e Celulose, Rede Globo, entre outras.

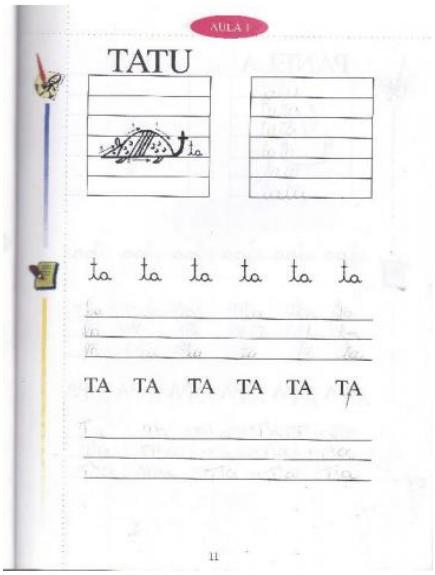
A Rede Globo é a maior responsável pela vinculação da imagem de Ayrton Senna e de sua marca enquanto herói nacional e como um dos principais e mais homenageados pilotos de Fórmula 1 (POJO, 2014), enaltecendo sua imagem e a relacionando com o sucesso. Tudo isso corrobora para a construção da imagem do IAS e das empresas que aderiram ao projeto de responsabilidade social empresarial. A colaboração da mídia nas parcerias das empresas com o poder público é importante na construção do consenso de que o Estado é insuficiente na resolução das mazelas sociais. Neste caso, a Rede Globo relaciona sua marca a um ícone nacional (construído por ela mesma) e desfruta das benesses oriundas da política de responsabilidade social junto aos incentivos fiscais e vantagens competitivas no mercado corporativo (POJO, 2014),.

Os programas Acelera Brasil e Se Liga possuem a função de superar os principais problemas que impedem o sucesso dos alunos, como o analfabetismo, a defasagem idade e série e o abandono escolar. Esses programas fazem parte da Rede Vencer: Gestão Nota 10; Circuito Campeão; Se Liga; Acelera Brasil e Fórmula da Vitória (POJO, 2014).

[45] Segundo informações do *site*, na área da educação, o Instituto visa atuar em duas frentes: no campo fazer e no campo influir. O primeiro diz respeito às parcerias com secretarias de educação municipais e estaduais, com a intenção de produzir conhecimento, formar educadores e pilotar soluções educacionais, julga ser uma espécie de laboratório para desenvolvimento e disseminação de inovações educacionais. No Campo influir, atua no sentido de "advogar" pela causa da educação, mobilizando e capacitando não apenas professores e gestores, mas jornalistas, empresários, promotores de justiça e outros atores sociais envolvidos no processo educacional. Disponível em: <http://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/instituto.html#como-atuamos.> Acesso em janeiro de 2018.

Um exemplo de atividade trabalhada no Programa Se Liga no módulo de alfabetização

Figura 25 – Aula 1/caderno de atividades do Programa Se Liga



Fonte: Módulo de Alfabetização do IAS, apud POJO, 2014, p. 168.

Para Pojo (2014, p. 169), o método utilizado pelo IAS é visto como técnico e desconectado da prática e dissociado da realidade do aluno. Os livros do IAS assumem

> [...] uma perspectiva instrumental, propõe exercícios que favorecem a aquisição de habilidades para a resolução de problemas e a aquisição da leitura por meio da associação de cores e sons. Indica uma prática pedagógica prescritiva, de fácil aplicação e cujo vocabulário previamente definido denota pouco ou nenhum espaço para a inventividade e criatividade de alunos e professores.

Segundo a autora, o estabelecimento de parcerias seduz e captura gestores municipais que, apesar de cientes da existência de uma disputa por projetos societários, optam por aceitar as propostas de parceria com instituições que possibilitem a melhoria nos indicadores formais de qualidade de educação, "fazendo com que, desse modo, seja assegurado gradual e naturalmente a redução da ação estatal na responsabilidade pelo ensino público, produzindo a gestão/política pretendida pelo capitalismo" (POJO, 2014, p. 30).

Em sua análise, as mudanças implantadas na escola por meio dos Programas Acelera Brasil e Se Liga do IAS levam para a escola uma nova dinâmica no "fazer pedagógico", por meio do método gerencial, estipulando maior rigidez no

planejamento, reduzindo as atividades educativas em rotina, estimulando a competitividade entre alunos e professores e, resumindo o trabalho pedagógico ao cumprimento de metas e resultados "contribuindo decisivamente para a inobservância de projeto coletivos democráticos em nível de escola e em nível de sistema municipal" (POJO, 2014, p. 29).

Zarpelon (2011) descreve a política de conveniamento na rede municipal de educação no município de Joinville/SC, mais especificamente na educação infantil. Seu trabalho "*A relação público-privada na educação infantil: um estudo sobre os convênios com entidades privadas na rede municipal de educação de Joinville/SC"*, de 2011, em que trata da oferta da educação infantil no município em creches comunitárias.

Essa política se dá por meio da utilização de convênios como instrumento jurídico para transferência de recursos voluntários a essas organizações da sociedade civil que oferecem a creche e a pré-escola no município desde 1990. Há um total de 102 instituições conveniadas no município. A pesquisa trata das duas maiores, que juntas congregam 91 instituições: AJORPEME e AJOCEDI. O Instituto AJORPEME, criado sob a égide de responsabilidade social, é um braço da Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Médias Empresas - AJORPEME. A AJORPEME é uma Associação que visa o lucro de seus associados, "na defesa intransigente da livre iniciativa, da democracia e da propriedade privada". (ZARPELON, 2011, p. 175).

A Associação Joinvilense dos Centros de Educação Domiciliar Infantil - AJOCEDI, na qual 63 instituições de educação infantil estão associadas, foi criada pela Secretaria de Assistência Social, em 1990, a fim de ter maior controle sobre as creches domiciliares. A prática de organizar essa modalidade de ensino em creches domiciliares sempre foi fomentada no município (ZARPELON, 2011). Todas as entidades conveniadas que oferecem a educação infantil no município cobram mensalidade dos pais, que geralmente são pessoas de baixa renda.

Segundo o autor, ocorre no município uma expansão da educação infantil via conveniamento, sob um efeito político-partidário, resultando em dois efeitos principais: o aumento das matrículas pelo setor privado com e sem fins lucrativos, possibilitando a opção do "baixo custo" e; juntamente a isso, as organizações da "sociedade civil" são beneficiadas, ampliando suas ações e atividades desenvolvidas, assim como um maior número de segmentos sociais são atingidos.

Para Zarpelon (2011) o município e as entidades que ofertam a educação infantil são orientados pela economia de recursos, com a intenção de "fazer mais com menos", isso influencia na qualidade do serviço quanto na faixa etária oferecida. Enquanto há um movimento para matricular crianças maiores de 3 anos por parte das entidades, o município "empurra" as menores, pois, para essas crianças é necessário melhores estruturas e mais profissionais, aumentando o custo do serviço. Assim, as instituições tendem a precarizar seus trabalhos.

Percebe-se que o modo escolhido pelo poder público de Joinville para ofertar a educação infantil é insipiente e em muitos casos inadequado. Não há um controle efetivo ou transparência das ações educativas realizadas por meio dos convênios. Em muitos casos ocorreu da prefeitura buscar firmar tais convênios, mostrando o caráter de falta de articulação com a história e as especificidades locais, rendendo-se a um projeto descontextualizado e com objetivos mercadológicos de contenção de gastos, melhor competitividade para as empresas que subsidiam as atividades e ajudas fiscais a essas empresas. Essa forma de ofertar a educação infantil no município corroboram com a lógica de "quase mercado" na educação e, às crianças, resta o "quase-direito" à educação (ZARPELON, 2011).

As parcerias que ocorrem entre o poder público e entidades com e sem fins lucrativos, à sombra da responsabilidade social empresarial não oferecem soluções milagrosas frente aos problemas educacionais a que estão dispostos a resolver. Vimos no caso do IAS, que o método utilizado é tradicional, feito por meio de cartilhas e descontextualizado. Os professores recebem formação e um plano de trabalho com prazos e resultados esperados. Não há uma melhora nem contribuição para a formação humana e emancipatória que cabe à escola, as parcerias solidificam ainda mais a prática instrumentalizada e desprovida de criatividade e exame da realidade em que o educando está inserido.

As creches comunitárias do município de Joinville são o pretexto para as ações sociais das empresas ligadas às associações por meio da responsabilidade social empresarial. Ocorrem problemas sérios de infraestrutura e controle nas creches domiciliares subsidiadas pelas entidades privadas, O poder público se exime da responsabilidade de ofertar a educação infantil e é amparado juridicamente, deixando a critério das entidades toda organização dessa modalidade de ensino.

Em todos os casos ocorre a perda do caráter democrático da escola pública. Entrega-se cada vez mais a educação nas mãos da lógica empresarial e perde-se de vista a construção de um projeto societário popular e local.

O regime de acumulação capitalista não realizou alterações apenas na divisão dos postos de trabalho e na organização das empresas em setores (FREITAS, 2014). A fragmentação do trabalho, a otimização do tempo, da força-de-trabalho e demais recursos inclusos no trabalho assalariado ultrapassa as paredes das empresas. O imediatismo e a acumulação de tarefas em um curto espaço de tempo faz parte da nossa vida. Tal lógica se transfere a outras instituições sociais, principalmente para a escola, que é o local que visa a preparação do indivíduo para a vida em sociedade, logo, para atender essa característica do modelo de acumulação vigente.

A partir da década de 1980, os movimentos que buscavam a mudança da organização societária passou a fazer parte de um movimento de redefinição do papel do Estado, com um debate ideológico da atuação do empresariado na sociedade civil e como porta voz das mazelas sociais (MONTAÑO, 2002). O discurso justificador para a resolução dos problemas sociais se dar por essa via chegou pelas prescrições dos organismos internacionais, estipuladas pelo Consenso de Washington e disseminadas para os "países emergentes". Nas orientações, a abertura do Estado para ações em conjunto com a iniciativa privada ditavam o novo modelo de sociedade.

No Brasil, essas prescrições tomaram forma a partir do PDRAE, em 1995, com termos como a "publicização" e "público não-estatal", que significa a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada ou para suas fundações, ONG's e institutos executarem os serviços básicos para a população. Essa nova "tarefa" da iniciativa privada na sociedade não chega desinteressada. A atuação social é requisito no cenário da competitividade empresarial, prática defendida por empresários e estudiosos que corroboram com tal técnica. O Movimento Todos pela Educação é um exemplo brasileiro dessa organização.

Porém, a máxima no capitalismo é otimizar os recursos e diminuir os custos das políticas sociais. Esse fator favorece o sucateamento dos estabelecimentos de ensino, principalmente no que diz respeito ao método de educação, como é o caso dos exemplos utilizados neste trabalho. Muito embora o IAS seja uma instituição famosa e de destaque nesse ramo, possui um sistema apostilado, com atividades tradicionais e

totalmente despreparado para as particularidades das escolas. No caso das associações que organizam a Educação Infantil em Joinville, o sucateamento do espaço em que as crianças são recebidas e a opção por alunos que sejam organizados em turmas que não necessitem de dois profissionais, como é o caso das crianças com quatro e cinco anos mostra que o interesse dos empresários não está ligado à educação de qualidade, mas às benesses vindas das parcerias com o Estado. As empresas ganham em duas principais situações: no mercado competitivo, como uma empresa cidadã e, nas suas obrigações fiscais com o Estado, com o abatimento de impostos.

As discussões em torno dos desdobramentos do neoliberalismo nas diversas instâncias da vida social se faz necessária para entendermos as particularidades do momento em que vivemos. Retirar o véu ideológico implantado pelo discurso de responsabilidade social empresarial é um dever dos pesquisadores da área educacional que possuem a preocupação com o projeto societário pensado pelo capital, Montaño (2002, p.18) corrobora com essa hipótese alegando que "A única e verdadeira saída, revertendo o modelo neoliberal, e até subvertendo a ordem, está no processo que parte do desvendamento da realidade e da desmistificação dos fenômenos por ele (pelo neoliberalismo) instrumentalizados".

CAPÍTULO 4 A ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOSÉ BONIFÁCIO E A EMPRESA *ALLIANCE ONE*: A IDEOLOGIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Assim como em outros municípios, em Rio Azul também foram firmados convênios entre a prefeitura e a *Alliance One*. Para explicitar a parceria entre a escola e a empresa em questão fizemos a análise de vários documentos: do Plano Municipal de Educação, das Atas realizadas na Escola Rural Municipal José Bonifácio que dizem respeito o Projeto e, de alguns dados do Projeto Buscando Novos Saberes. A parceria foi estabelecida a partir do convênio PMRA nº 09/2014.

4.1 A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE 2014

O Plano Municipal de Educação decorre de todo movimento feito para a construção das políticas nacional e estadual, portanto, não representa apenas decisões isoladas do governo municipal. A materialização das ações do governo dá-se por meio de Políticas Públicas. A elaboração do Plano Nacional de Educação (2014-2024) é um articulador do Sistema Nacional de Educação- SNE, o qual possui a função de articular os sistemas de ensino em regime de colaboração, pois, nosso país é uma federação, e os estados possuem autonomia, mas não são soberanos, desse modo

> A criação do sistema se constitui em medida necessária para a conformação de um mecanismo para viabilizar as metas do PNE 2014/2024, considerando que tornaria claras as competências e as responsabilidades dos entes federados no que concerne ao campo da educação. O regime de colaboração se constituiria, então, em mecanismo essencial para a viabilização das metas do PNE, pondo em evidência, portanto, que o sucesso do plano estaria na capacidade de articulação entre os entes federados. (NETO, CASTRO, GARCIA, 2016, p. 49).

Segundo o Ministério da Educação[46], o Sistema Nacional de Educação- SNE possui a função de definir "diretrizes, metas, recursos e estratégias de manutenção e desenvolvimento direcionadas à garantia do direito social à educação em ambos os níveis (educação básica e superior), considerando todas as etapas e modalidades educativas" (p. 02). O SNE reconhece, contudo, que a consolidação de um Sistema Nacional de Educação é antes de tudo a superação das desigualdades.

> Em que pese os avanços conquistados na educação escolar, o processo de produção da desigualdade, de cujo peso a realidade atual ainda é reveladora, vai mostrando a face dos sujeitos da privação: negros, pardos, migrantes do campo e de regiões mais pobres do país, trabalhadores manuais, moradores de bairros periféricos e pessoas fora da faixa etária legal. As resistências tácitas e explícitas contra a assinalação de um Sistema Nacional de Educação, seja por entidades privadas, seja por Estados-membros da Federação, seja pela própria União, fazem parte do complexo cenário de elaboração e pactuação, próprios do federalismo brasileiro. (BRASIL, 2014, p. 05)

O Plano Nacional de Educação de 2014, aprovado pela Lei nº 13.005, de maio de 2014, possui grande parte de seu conteúdo discutido na Conferência Nacional de Educação[47]- CONAE/2010, também observado na CONAE 2014[48]. A Emenda Constitucional nº 59/2009 (EC nº 59/2009) estipulou o PNE como exigência constitucional com periodicidade decenal, também, servindo como referência e base dos planos estaduais, distrital e municipais. O financiamento para o alcance das metas foi estipulado por meio de percentual do Produto Interno Bruto (PIB), mas, como já citado neste trabalho, após o golpe ocorrido em 2016 e a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição- PEC 55/2016 não houve expansão dos investimentos na

[46] Texto explicativo a respeito do SNE. Disponível no site: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/sase_mec.pdf>.

[47] Segundo o Documento Final da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2010, este é um espaço democrático de construção de acordos entre atores sociais, que, expressando valores e posições diferenciadas sobre os aspectos culturais, políticos, econômicos, apontam renovadas perspectivas para a organização da educação nacional e para a formulação do Plano Nacional de Educação 2011-2020. Mais informações: < http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documetos/documento_final_sl.pdf>.

[48] A CONAE 2014 possuía os seguintes objetivos: 1. Acompanhar e avaliar as deliberações da Conferência Nacional de Educação/2010, verificando seu impacto e procedendo às atualizações necessárias para a elaboração da Política Nacional de Educação. 2. Avaliar a tramitação e a implementação do PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação (SNE) e no desenvolvimento das políticas públicas educacionais. Documento disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf> Acesso em 04 de janeiro de 2018.

educação, mas, um teto que se limita a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos últimos doze meses (SENADO FEDERAL, 2016).

O Plano Nacional possui 20 metas nacionais e sugestões para aprofundamento em cada meta para os estados e municípios. Assim, os estados e os municípios tiveram o prazo de um ano para a confecção de seus respectivos planos a partir das metas nacionais apontando o que é possível realizarem dentro daquilo que é estipulado *a priori*. O PNE, em seu Art. 2.º delibera como diretrizes para a educação brasileira:

> I - erradicação do analfabetismo;
> II - universalização do atendimento escolar;
> III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
> IV - melhoria da qualidade da educação;
> V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
> VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
> VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
> IX - valorização dos profissionais da educação;
> X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, MEC, 2014, p. 01)

Porém, análises críticas a respeito das metas a partir do federalismo apontam graves falhas em sua efetivação, segundo o Caderno de nº 26 do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior- ANDES/SN

> Tal proposta trata o federalismo desconsiderando a diversidade regional, as condições socioeconômicas e as tradições culturais locais, como se fosse possível homogeneizar a heterogeneidade, marca indelével da sociedade brasileira.

Um exemplo dado pelo sindicato é a Prova Brasil[49], pois, a mesma prova é aplicada a alunos de todo sistema educacional do país, reforçando a dualidade de ensino para ricos e pobres, destinando os menos talentosos a tipos diferenciados de escolas e dando continuidade à pirâmide educacional em que apenas uma pequena parcela da população chega ao ensino superior. Destacamos também a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que objetiva mensurar os níveis de aprendizado dos educandos do 3º ano dos anos iniciais do ensino fundamental, na alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática (INEP, 2015).

A partir do PNE foi construído também o Plano Estadual de Educação do Paraná (PEE-PR), aprovado pela Lei nº 18.492 de 24 de junho de 2015, teve a participação de diversas entidades[50]. Segundo o documento, teve grande participação da sociedade representada por entidades públicas e privadas e a sistematização final aconteceu após audiências públicas na Assembleia Legislativa do Paraná.

Em sua conclusão, o PEE-PR assegura o seu consenso com o Plano Nacional de Educação, afirmando que foi feito por e para todos ressaltando a amplitude democrática e reconhecimento das especificidades sociais, atribuindo a função de "bússola" para os demais 399 planos municipais do estado do Paraná, escritos a partir dele.

> Mais do que a conclusão de um trabalho técnico-administrativo, com enorme alcance social, o PEE-PR grava um fato histórico: pela primeira vez o Paraná propõe um documento de tal envergadura, em consonância com o Plano Nacional. Neste quadro, é preciso registrar que tanto o PNE, como os Planos Estaduais, o Distrital e os Municipais são produtos de vasto diálogo nacional. A comunhão de intenções

[49] Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Anresc (também denominada "Prova Brasil"): trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc> Acesso em 04 de janeiro de 2018.

[50] Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público (Apiesp); Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE); Federação das Apaes do Estado do Paraná (Feapaes); Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio); Fórum Estadual de Educação do Paraná (FEE-PR); Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti); Secretaria de Estado da Educação (Seed); Sindicato das Escolas Particulares do Paraná (Sinepe); Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP – Sindicato); União dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime); Universidade Federal do Paraná (UFPR) (PARANÁ, 2015).

> iniciou nas bases da sociedade brasileira e foi lapidada por intensa discussão parlamentar, com a aprovação das diretrizes nacionais no Congresso Nacional e, em seguida, nas Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais. São, portanto, documentos que espelham milhares de realidades sociais, mas que formam, em seu todo, um imenso ato uníssono de confiança no poder da Educação como base do desenvolvimento social e econômico do País (PARANÁ, 2015, p. 97-98).

Apesar da discussão com entidades representativas, o PEE possui em sua essência a homogeneização com a qual o PNE trata as especificidades brasileiras, atribuindo o mesmo tratamento a todas as escolas urbanas do país e assim, também ocorre com as escolas do campo, desconsiderando as condições materiais e humanas de cada espaço. Essa característica é reflexa da organização do Estado no Brasil, políticas replicadas e desconexas com suas especificidades.

No que se refere a parcerias público-privadas, o Plano Nacional de Educação menciona essa possibilidade em casos em que haja a necessidade de ampliar o atendimento educacional a áreas específicas, como é o caso do atendimento à educação especial da educação básica, a qual pode ser garantida por serviços especializados públicos ou conveniados. O mesmo ocorre com a oferta da jornada escolar ampliada:

> 6.5. estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos(as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino; (BRASIL, 2014, p. 60).

Essa característica do PNE também é denunciada pelo ANDES-SN, em que afirma que o PNE aprovou em seu texto “uma política de destinação do dinheiro público para as empresas privadas, que comercializam serviços na área do ensino.”(ANDES-SN, 2014). O documento prevê ainda que recursos públicos podem ser utilizados para subsidiar desde a educação infantil por meio de creches conveniadas, acesso ao Pronatec e a bolsas em universidades por meio do ProUni e Fies e financiamento do Ciência sem Fronteiras.

É notável que o PNE não considera que a educação deva acontecer no âmbito público (estatal), mas financiado por este, abrindo uma série de possibilidades negativas para a construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade, pois, além do atendimento educacional não estar sendo ofertado por profissionais do serviço público, há toda a contradição que vem à tona com o serviço privado, como as novas regras trabalhistas, que preveem a negociação entre patrão e empregado, colocando em suspeita a qualidade do profissional e de suas condições de trabalho, a estrutura física onde o serviço educacional será ofertado, pois, a empresa que prestará o serviço buscará otimizar seus recursos físicos e humanos para garantir o lucro.

Nessa mesma linha, seguem as metas do PEE do Paraná. Essa política está presente no documento a partir de expressões como "preferencialmente públicas", quando trata de indicar a entidade que oferecerá o serviço, como, por exemplo, quando se refere ao acesso dos educandos a atividades esportivas: "Ampliar ações e parcerias, **preferencialmente** com instituições públicas, voltadas ao incentivo das práticas esportivas nas escolas" (PARANÁ, 2015, p. 62 grifo nosso).

Os termos utilizados na escrita das políticas dizem muito sobre o movimento do capital em relação à redefinição do papel do Estado enquanto garantidor das condições necessárias pra a perpetuação da lógica capitalista. Esse fator é tratado nos estudos de Shiroma; Campos; Garcia (2005), em que afirmam que palavras importam, e que essa prática é vista como a vulgarização do "vocabulário da reforma" e, "pode ser considerada uma estratégia de legitimação eficaz na medida que consegue 'colonizar' o discurso, o pensamento educacional e se espalhar no cotidiano como demanda imprescindível da 'modernidade'" (p. 02).

A palavra "preferencialmente" destacada do PEE-PR é parte da popularização das políticas educacionais a nível mundial e um importante recurso para a legitimação da publicização das políticas sociais, sugerida nos documentos dos organismos internacionais (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005) e, anunciada no PDRAE de 1995, e ganhando materialidade desde então.

O Plano de Educação do Município de Rio Azul teve suas deliberações a partir de uma reunião que originou o Decreto nº 74 de 18 de novembro de 2014 o qual considerava as disposições do art. 8º, da Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014

que aprovou o Plano Nacional de Educação e que estabeleceu o prazo de 01 (um) ano para os Estados, o Distrito Federal e os municípios elaborarem seus respectivos planos.

Esse decreto teve como objetivo no seu art. 1º nomear os integrantes[51] para comporem a Comissão Municipal Responsável pelo Processo de Adequação do Plano Municipal de Educação, os quais representaram os segmentos da educação da Educação Infantil; do Ensino Fundamental; do Ensino Médio; do Ensino Superior; da Educação Especial; da Educação do Campo; da Educação Profissional; da Educação de Jovens e Adultos; representantes dos Profissionais da Educação; da Gestão das escolas e do Sistema; do Núcleo Regional de Educação de Irati e representantes do Poder Executivo.

A partir desse decreto, cada representante organizou sua equipe para trabalhar as metas por meio de um grupo de estudo específico que possui contato com o segmento atribuído. As pessoas que compuseram cada equipe foram designadas oficialmente por meio do Decreto nº 83, de 12 de dezembro de 2014, são elas:

Quadro 16 - Integrantes nomeados para comporem as equipes de trabalho e grupos de estudo do processo de adequação do Plano Municipal de Educação

Equipes de Trabalho e Grupos de Estudo	**Responsável**	**Integrantes**
Coordenação Geral	Cleide Ferreira da Silva	Cleide Ferreira da Silva
Grupo de Mobilização e organização da demanda	Roseli Surmacz, Luzia Surmacz Plodoviski, Edineia Protz	Roseli Surmacz, Luzia Surmacz Plodoviski, Edineia Protz
Grupo de sistematização do Plano Municipal de Educação	Janaina Corrêa, Irineu Gapinski.	Janaina Corrêa, Irineu Gapinski.

[51] Maria Izabel Carneiro e Rosângela de Lourdes Herbst Pissaia da Educação Infantil; Mariano Vicente Tyski e Eder Estevam Esquiba Machado do Ensino Fundamental; Adriana Plodoviski Rymsza e Josué Duda do Ensino Médio; Danieli Martins e Emiliana do Rosário do Ensino Superior; Sirlei Kovalik da Educação Especial; Cleide Ferreira da Silva da Educação do Campo; Cristiane de Fátima Wionzek e Débora Carla Makoski da Educação Profissional; Leonice de Fátima Veronez Przybycz da Educação de Jovens e Adultos; Stella Maris Pissaia como representantes dos Profissionais da Educação; Edson José de Oliveira, Pedro Stodolny e Jaciel Surmacz da Gestão das escolas e do Sistema; Eliana do Rocio Kricoski do Núcleo Regional de Educação de Irati e Irineu Gapinski (Secretário de Finanças) e Janaina Corrêa (Procuradora do município) como representantes do Poder Executivo.

Educação Especial	Sirlei Kovalik	Neli Terezinha Borba Cordeiro, Floripa Aparecida Soares, Ivone Borba Bonoto, Romilda Camilo, Odair Teixeira, Inês Trzaskos.
Educação de Jovens e Adultos	Leonice de Fátima Veronez Przybycz	Irineu Antonio Przybycz, Zelita Brandino, Noeli T Girardi, Nelci Trzasko.
Educação Infantil	Maria Izabel Carneiro e Rosângela de Lourdes Herbst Pissaia	Angela Borox Patczyk, Angelita dos Santos, Antonia Evalda de Moraes, Celia Gureski, CeniraCrespim, Edineia Aparecida Protz, Edineia Padilha de Souza da Silva, Edna Martins Surmacz, Elaine Carneiro de Campos, Fabio Vinicius Polli, Gaudina Camilio Martinhuk, Ivani Pasczuk, Ivani Vicentina Camilo Teixeira, Licelma Aparecida, Maria Cecília Pedrozo, Maria Izolete Preidum Surmacz, Raiane Cristina Leandro, Salete Mikoski Iankoski, Neuza Mikoski, Marcelo Bach, Maria Izabel Carneiro
Gestão das Escolas e dos Sistemas	Edson José de Oliveira, Pedro Stodolny e Jaciel Surmacz	Ana Leoni Antoniv Domingues, Ivone Surmacz, Jaciel Surmacz, Edson José de Oliveira, Terezinha Aparecida Gueltes Oliveira, Pedro Adilson Stodolny, Jussara Ferreira Portela Tumasz, Janete Iankoski Bilyk
Educação do Campo/Educação a Distância/ Tecnologias de Informação e Comunicação	Cleide Ferreira da Silva	Solange Struwka, Marilda Andrade Ribeiro, Rosangela Cochmanski; Julia Marcelo Fronczak, José Arildo Petreski Plodovski, Adriane Terezinha Moraes, Silvana Moreira, João Luis Dremiski, Leandro Jasinski.

Valorização dos Profissionais da Educação	Stella Maris Pissaia	Dioceli Aparecida Turski Kussi, Maria Izabel Carneiro, Manoela Carneiro Fronczak, Maria Silva Coloda, Gurski, Maciane Kempinski, Lúcio Kroim, Celso Ribeiro.
Poder executivo	Irineu Gapinski e Janaina Corrêa.	Vilma Josieli Veronez, Teobaldo Mesquita, Ademir Petrek, Juliana Marquevix
Ensino fundamental dos Anos Iniciais	Éder Estevam Esquiba Machado, Mariano Vicente Tyski.	Éder Estevam Esquiba Machado, Janete Vasko, Regina Kancelarovicz Rodrigues Pereira, Rozilene do Vale Perussato.
Educação Superior	Danieli Martins e Emiliana do Rosário.	Luiz Renato Sztachera, Maria Margarete Miroto Kulka, Irene Borba Cordeiro, Alcibaldo Martins, Sérgio Mazur, Adelaide Sampaio, Rute Padilha
Educação Profissional	Cristiane Fátima Wionzek e Débora Carla Makoski	Cristiane Fátima Wionzek, Débora Carla Makoski, Cleumarise Cardoso, Elaine Carneiro de Campos, Alba Maria Moraes Girardi, Débora Makoski, Silmara F. Gonçalves, Andreia Bulaty, Nataly M. Karpinski, Fernanda Wudarski, Delmara P. J Kublinski, Camila Colóda, Milena Monteiro Alves, Silvia F. dos Santos, Benvinda Jorge Cidamski, Ivana Camilo Teixeira, Vanessa Trzaskos, Léia Cristiane Gomes de Oliveira, Mylena Aparecida Ribeiro, Celia R. Kuc, Sheila Lais Chocel de Paula, Jhenifer Silveira, Letícia Fusvek, Rodrigo Perussato, Jaqueline de Lara.
Ensino Fundamental Anos Finais	Eder Estavam Esquiba Machado, Mariano Vicente Tyski	Lucimara Gurski, Gislaine Flaviane Fusvercki, Eugenia Osatchuk, Lucy Mari da Luz, Mariano Vicente Tyski

Fonte: Elaborado a partir dos Decretos municipais nº 74 e 83 de 2014.

Em contato com a Secretaria Municipal de Educação de Rio Azul da época[52], tivemos a informação de que cada equipe de trabalho levantou os dados de cada segmento para realizar um diagnóstico de cada meta. Os grupos reuniam-se em locais e horários que fossem compatíveis com a disponibilidade de cada integrante para então realizar uma primeira audiência.

O convite para a audiência pública para explanação do texto final do plano, segundo a Secretária, foi bastante democrático, teve uma participação de todos os setores e movimentos, como associações de agricultores, sindicatos, representantes do comércio e da indústria, universitários, comissões, capelas, associações de moradores, vereadores, professores da rede estadual e municipal, pedagogos e diretores[53]. Não há uma lista de presença que indique a quantidade de pessoas presentes, assim, não há dados que tratem a respeito das eventuais divergências na audiência de divulgação do texto final.

No ano de 2017 ocorreram diversas modificações na estrutura do Plano Municipal de Educação. Foram pontuadas, por exemplo, o diagnóstico de execução de cada uma das metas com dados sistematizados relacionados à educação municipal como escolas e matrículas/ percentual de acadêmicos na área urbana e rural e instituições que atendem esses educandos e demais dados relevantes para explicação de cada diagnóstico. Também, foram pontuadas as estratégias em andamento. Neste estudo, priorizamos os elementos referentes as parcerias público-privada contidas no PME.

Para melhor visualização, o quadro 17 apresenta as políticas em vigência relacionadas à área educacional do município que ocorrem em parceria com instituições privadas, que compõem a sessão destinada ao diagnóstico realizado nos níveis de educação básica, modalidades de ensino, magistério da educação básica e, financiamento e gestão.

Quadro 17 - Diagnósticos apresentados no Plano Municipal de Educação que contam com apoio da iniciativa privada para sua efetivação

ÁREA	**DIAGNÓSTICO**
Ensino superior[54]	Torna-se desejável a realização de parcerias, que atendam simultaneamente, às necessidades de

[52] Entrevista concedida a autora por Roseli Gurski, em 13/06/2016.
[53] Entrevista concedida a autora por Roseli Gurski, em 13/06/2016.
[54] No caso da Educação Superior, não é algo vigente, há o interesse em oferecer formação inicial e continuada dos profissionais da educação por meio de parcerias.

	formação de novos profissionais, focando na oferta de cursos de extensão e atualização, assim como a realização de cursos específicos e pós-graduação como a estratégia de fortalecimento dos programas de formação continuada e em serviço, bem como de alcance das metas de titulação legalmente estipuladas para os profissionais das redes de ensino.
Educação tecnológica e formação profissional	As principais instituições e empresas que ofertam cursos nesta modalidade de ensino no Município são: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato Patronal Rural, a Ceti Way – Informática -, o Município de Rio Azul, que conta com parceiros como o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) por intermédio de parcerias com as secretarias municipais e a EMATER (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural).
Educação especial	• Parcerias com as áreas de saúde, assistência social e com as organizações da sociedade civil, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS escolas e serviços educacionais, objetivando melhor atender os educandos e as famílias na comunidade; • Garantia do fornecimento e a ampliação do uso de equipamentos e programas de informática, para serviços de apoio a educandos com necessidades especiais; • Projeto de implantação de infraestrutura para o desenvolvimento do esporte educacional, através da Secretaria de Esportes do Município e Parcerias, Projeto de aquisição e construção da Piscina aquecida;
Financiamento e gestão	• Capacitação para professores, gestores e multiplicadores e visitas pedagógicas da equipe do SEFE; • Implantação do Projeto "Baú da Leitura", 04 (quatro) baús que percorrem as escolas do município; • Jornada Ampliada em parceria com a Aliance One e Mais Educação na Escola Municipal José Bonifácio E.I.E.F.; • 2ª exposição de trabalhos desenvolvidos pelas escolas municipais no dia 29.10.2014, realização do projeto "Escola Mostre seu trabalho" com premiação para todos os professores em parceria com o SEFE; • Participação da "Ação Destaque" do SEFE com premiação em 3º lugar do CMEI Anibal Khury; • Participação no Projeto "Verde é Vida"

	com a apresentação de 07 (sete) projetos das escolas e a classificação em 1º lugar do Projeto "Educação Alimentar" da Escola Anahir de Oliveira Lima da Invernada que irá representar a região Centro Sul na EXPOAGRO no Rio Grande do Sul em março de 2015.

Fonte: Elaborado a partir do Plano Municipal de Educação, 2015.

Na área de ensino superior, a necessidade de formação inicial, extensão e pós-graduação abre, em sua formulação, a possibilidade da formação dos professores municipais ocorrer fora do âmbito educacional público, possibilitando a transferência de recursos públicos para instituições privadas de ensino. Essa prática já foi discutida neste trabalho quando indicamos que a efetivação de políticas públicas segue as recomendações do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), de 1995, em que o Estado tem como objetivo único a segurança da propriedade e dos contratos para garantia da eficiência e diminuição de custos. Assim, as demandas sociais em todos os setores são reduzidas a serviços prestados e o cidadão a consumidor, que se serve de um projeto societário que não foi pensado por nem para ele, mas, planejado a partir dos interesses mercadológicos.

Essa lógica é utilizada na área de educação tecnológica e formação profissional, em que possui como principais parceiros o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a EMATER. Os cursos profissionalizantes são ofertados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato Patronal Rural, também pela Ceti Way que é uma empresa privada do setor de informática. O SENAC faz parte do Sistema S, regido pela Federação das Indústrias e, segundo o Portal Brasil[55] é um importante aliado dos empresários (BRASIL, 2017). Também, a educação especial, que recebe apoio de entidades como o Conselho Tutelar, CRAS, CREAS escolas e serviços educacionais além de organizações da sociedade civil.

Na área do financiamento e gestão escolar, existem seis programas implementados por meio de parcerias. As aulas para a educação infantil no município são planejadas a partir do apostilamento com materiais do Sistema Educacional Família e Escola-SEFE, juntamente com a capacitação de professores, gestores e multiplicadores

[55] Mais informações: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacionalmantida-pela-industria>

e vistorias por parte da empresa nas escolas. Neste caso, as atividades são pensadas por uma empresa que produz material didático e presta consultoria e acompanhamento, sendo adquirido pelo município o mesmo material didático para as escolas do campo e da cidade. Também, realiza concursos e exposições para as escolas e CMEIs mostrarem o que desenvolveram em determinada temática.

Nas escolas do campo as parcerias ocorrem com a Associação dos Fumicultores do Brasil- AFUBRA e *Alliance One.* A primeira disponibiliza um baú contendo a coleção Verde é Vida que tem por finalidade dar acesso às populações rurais a conhecimentos relacionados ao manejo do solo e da água, lixo e dejetos de animais, falta de reflorestamento e conservação das matas, em parceria com escolas municipais onde estudam os filhos de fumicultores, além de realizar concursos e exposições com temas relacionados com o meio ambiente e agronegócio (AFUBRA, s/d). A empresa fumageira *Alliance One* mantém uma parceria com a Escola Rural Municipal José Bonifácio para a realização da jornada ampliada dos educandos, o qual é nosso objeto de estudo.

A garantia de continuação da política social-liberal imposta para o Brasil nos anos 1990 perpassa os atuais planos decenais (2014-2024) e, em Rio Azul, tem sua legitimidade no PME por meio das estratégias expostas no quadro 18.

Quadro 18 - Metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de Rio azul que possibilitam a efetivação da parceria público-privada

METAS	**ESTRATÉGIAS**
Meta 4: Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.	4.1.7 Oportunizar, a partir da vigência até o término deste Plano, a participação de pessoas surdas em projetos ou programas da educação, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e em parcerias com empresas e órgãos públicos em programas de estágio remunerado para alunos com necessidades educacionais especiais.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	8.1.2. Fortalecer, a partir da vigência até o término deste Plano, as parcerias com instituições de Ensino Superior, Município de Rio Azul e suas Secretarias visando ampliar o foco de aprendizado dos alunos com novas perspectivas para o futuro dentro do próprio município. 8.1.7. Implantar, a partir da vigência até o término deste Plano, escolas técnicas profissionalizantes para atendimento dos alunos do Ensino Médio, considerando o interesse da população estudantil, buscando parcerias governamentais e privadas, estimulando a diversificação curricular do Ensino Médio e as peculiaridades do município quanto à zona rural.
Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.	9.1.14 Estabelecer, a partir da vigência até o término deste Plano, parcerias com a comunidade escolar e local, disponibilizando os espaços escolares para o desenvolvimento de ações da comunidade, recuperando também espaços públicos que possam ser utilizados pela comunidade escolar.
Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.	10.1.2. Realizar periodicamente, estabelecendo parcerias, uma chamada pública da população de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos que necessita iniciar ou concluir sua escolarização nos níveis de Ensino Fundamental e Médio, a partir da vigência até o término deste Plano. 10.1.3. Estabelecer parcerias e/ou convênios com todas as esferas governamentais, com instituições públicas e privadas e com a comunidade com vistas a garantir a funcionalidade de programas e projetos que objetivem a ampliação de vagas para os alunos da EJA proporcionando assim sua iniciação à qualificação profissional, a partir da vigência até o término deste Plano.
Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de gratuidade na expansão de vagas.	11.1.1 Ampliação, a partir da vigência até o término deste Plano, da oferta de vagas nos cursos profissionalizantes em nível médio e/ou subsequente no município por meio de parcerias com Colégios Estaduais, Institutos Tecnológicos e Universidades. 11.1.2 Oferta, a partir da vigência até o término deste Plano, de novos cursos profissionalizantes no município por meio de parcerias com o Sistema “S”(Senai/Senac/Senar) de acordo com a demanda identificada.

	11.1.7 Proporcionar, a partir da vigência até o término deste Plano, Cursos/Capacitação Continuada a Todos os profissionais atuantes na área de educação, na rede municipal, estadual e Formação de Docentes, em parceria com instituições de Ensino Superior da rede Pública e Privada.

Fonte: Plano Municipal de Educação, 2015.

Das vinte metas estabelecidas no PME, cinco possuem estratégias de efetivação que deixam clara a possibilidade de parcerias com entidades privadas. A educação passa assim a não ser mais obrigação puramente do Estado, logo, não é pensada pelo e para o interesse da população a quem se destina, mas, reguladas pelo interesse da empresa executora/financiadora e, de modo mais abrangente, as parcerias funcionam como instrumento de dominação do Estado por parte do mercado financeiro, em que nesse contexto, ganha a autonomia de decisão dos encaminhamentos metodológicos e organizativos e, aumentam suas receitas com o abatimento de impostos e transferência de recursos públicos para a execução dessas políticas.

No quadro 18, as metas referem-se à oferta e ampliação de vagas para a população de quatro a dezessete anos; elevar a taxa de escolarização da população de dezoito a vinte e nove anos em pelo menos doze anos de estudo; elevar a taxa de alfabetização da população com mais de quinze anos; oferecer 25% de vagas para educação profissional para estudantes da EJA e, triplicar as matrículas na educação profissional com pelo menos 50 % de gratuidade, principalmente com o Sistema S.

Além das vagas, nas estratégias está explicita a possibilidade das formações continuadas dos professores atuantes em todos os níveis da educação básica serem realizadas com o apoio de instituições privadas, fazendo com que a categoria dos professores não se organize de maneira autônoma nesse sentido, impedindo que a formação continuada e os cursos sejam realizados em grupos de estudos com aqueles profissionais que estão na escola e partilham das necessidades em comum, deixando essa prática a cargo de um profissional de fora daquela localidade e desconectado com a realidade da comunidade escolar em geral.

Outros dados foram solicitados em relação às parcerias público privadas no município, porém, sem resposta ao pedido protocolado junto à prefeitura, impossibilitando assim, nossa análise da totalidade do tema no município de Rio Azul.

4.2. O CONVÊNIO ENTRE A PREFEITURA E A EMPRESA *ALLIANCE ONE*

O convênio analisado neste estudo foi celebrado entre o município de Rio Azul, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) da Escola Rural Municipal José Bonifácio e a empresa privada *Alliance One* Brasil Exportadora de Tabacos LTDA. Esse busca a erradicação do trabalho infantil nas lavouras de tabaco, cumprindo a exigência do Sindicato Interestadual das Indústrias do Fumo- SindiTabaco, por meio do Programa de Responsabilidade Social Crescer Legal.

O Instituto Crescer Legal foi fundado em 23 de abril de 2015, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos e de duração por tempo indeterminado, com sede e foro em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. O objetivo do Instituto é

> Art. 2º - O Instituto tem por finalidade promover, incentivar, desenvolver e apoiar ações e projetos sociais voltados a combater o trabalho de crianças e adolescentes no meio rural, em especial na cadeia produtiva do tabaco, na Região Sul do Brasil, por meio de ações no campo cultural, educacional, social e legal, de forma articulada com as várias instituições que atuam com os mesmos propósitos (ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO "INSTITUTO CRESCER LEGAL", 2015, p. 01).

O público alvo do Instituto são as crianças e adolescente da Região Sul do Brasil, principalmente aqueles que estão inseridas no contexto da produção do tabaco. Na ERM José Bonifácio, o Projeto é destinado a todas as crianças da escola, do infantil III ao 5º ano, de segunda a quinta-feira no período da manhã. Após as atividades do projeto, as crianças recebem almoço e permanecem nas dependências da escola até o início das aulas do ensino regular, que acontecem à tarde.

Segundo o projeto, este se justifica pelo fato de "oportunizar a inclusão, a permanência e sucesso da criança na escola, bem como sua participação na jornada ampliada, através de ações sociais educativas complementares a escola" (PROJETO

BUSCANDO NOVOS SABERES, 2014). As atividades são organizadas em 4 macrocampos, como mostra o quadro 19.

Quadro 19 - Macrocampos e atividade desenvolvidas no Projeto Buscando Novos Saberes.

Macrocampo	**Atividades desenvolvidas**
Acompanhamento Pedagógico	Possibilita um aprofundamento da aprendizagem dos alunos na leitura, escrita e matemática, através de diversas atividades como leitura e interpretação de textos e situações problemas, recorte, colagens, dinâmicas, jogos e músicas, reforçando os valores éticos, a cidadania e solidariedade. Também, é realizado o reforço escolar, destinando um tempo para a realização das atividades do ensino regular com a supervisão das monitoras, complementando o trabalho na sala de aula.
Esporte e Lazer	Busca desenvolver habilidades corporais, a criatividade, desenvoltura, coordenação motora, o ritmo e sensibilidade, além de estimular a cooperação, honestidade, autonomia e responsabilidade através das noções básicas dos jogos de basquete, vôlei, futebol de salão e tênis de mesa. Além dos esportes, este macrocampo possibilita às crianças o contato com a dança, como axé, samba e, principalmente gaúcha, em que são organizados grupos que realizam apresentações em eventos para a comunidade.
Cultura, Arte e Educação Patrimonial	É realizado um trabalho de valorização da cultura local, por meio da confecção de brinquedos e artesanatos, como pintura em tecido, artesanatos com materiais reciclados, argila, EVA, restauração de mobiliários com massa corrida, desenhos, produções textuais e visitas a patrimônios culturais.
Agroecologia	Oportuniza as crianças processos educativos voltados a agricultura familiar com o objetivo de resgatar as práticas tradicionais locais e a valorização da biodiversidade, conhecimentos sobre manejo da terra e cultivo de vegetais, através da construção de canteiros sustentáveis, onde são cultivadas plantas medicinais e demais vegetais que são agregados ao cardápio da escola. O excedente da produção dos canteiros é distribuído entre os alunos para levarem para suas casas, também, o trabalho com a jardinagem deixa o ambiente escolar mais agradável.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Projeto Buscando Novos Saberes (2014).

A escola José Bonifácio conta também com o Programa Mais Educação, do Governo Federal, porém, a oferta da jornada ampliada prevista no programa seria inviável a todos os educandos da escola sem a colaboração do repasse realizado pela

empresa fumageira *Alliance One*[56]. O Programa Mais Educação visa a ampliação da jornada escolar, na perspectiva da educação integral com o objetivo de diminuir as desigualdades educacionais (BRASIL, s/d). É um programa que prioriza os seguintes indicadores:

> – estudantes que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e sem assistência;
> – estudantes que congregam seus colegas
> – incentivadores e líderes positivos (âncoras);
> − estudantes em defasagem série/idade;
> − estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º / 5º anos), nas quais há uma maior evasão na transição para a 2ª fase;
> − estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), nas quais há um alto índice de abandono;
> − estudantes de séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência (BRASIL, s/d, p. 13)

Assim como o Projeto Buscando Novos Saberes, o Programa Mais Educação possui 10 macrocampos: acompanhamento pedagógico; meio ambiente; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; educomunicação; investigação no campo das ciências da natureza; educação econômica(BRASIL, s/d).

Porém, a transferência dos valores não é repassada diretamente a escola. Esse tipo de financiamento ocorre mediante avaliação e deliberação[57] do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)[58], o qual possui dentre suas funções "promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organismos nacionais e internacionais, visando atender seus objetivos" (RIO AZUL, 2009, p. 3), além de acompanhar, regulamentar e deliberar todas as atividades municipais que digam respeito ao acompanhamento da criança e do adolescente[59].

---

[56] Entrevista concedida a autora por Licelma Aparecida Pedrozo de Oliveira, em 10/10/2017.

[57] Todos os dados referentes ao CMDCA e ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio Azul fazem parte das informações concedidas por escrito pela Conselheira Titular do CMDCA de Rio Azul, Cristiane Fátima Wionzek, em 09 de fevereiro de 2018.

[58] Em Rio Azul, o CMDCA foi criado a partir da Lei municipal nº 73 de 10 de junho de 1991 e reformulada pela Lei municipal nº 479 de 05 de maio de 2009, a qual segue em vigência.

[59] Composto por 10 membros com notória honestidade e dedicação às causas sociais do Município, bem como representantes 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação; b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Promoção Social; c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes; d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde; e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças; II - 05 (cinco) representantes das entidades da sociedade civil

Os recursos destinados a ações sociais que envolvam crianças e adolescentes são depositados no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que possui uma conta específica, desvinculada das demais contas da administração pública municipal. O Fundo Municipal não é um órgão da administração pública, nem pessoa jurídica, pelo fato de não possuir CNPJ, a Lei que o define e regulamenta é a mesma do CMDCA e subordinado ao mesmo.

As receitas do Fundo Municipal são originárias de dotações orçamentárias; doações de pessoas físicas e jurídicas; legados; contribuições voluntárias; produto de venda de matérias e publicações em eventos realizados; recursos destinados ao Fundo municipal consignados no orçamento da União, Estado e do Município; contribuições dos governos e organismos estrangeiros e internacionais; o resultado de aplicações do governo e organismos internacionais, o resultado de aplicações no mercado financeiro observada a legislação pertinente, entre outros.

No caso do convênio em questão, os recursos são repassados por meio do Imposto de Renda, o qual pode ser repassado para Fundos Municipais o montante de até 1% do valor devido do imposto. Os recursos podem ser utilizados mediante apresentação de projetos, programas ou serviços na área da infância e juventude junto ao CMDCA, apresentados por entidades devidamente inscritas junto ao Conselho.

A deliberação da possibilidade de repasse do fundo a determinado projeto ocorre em plenária, mediante apresentação do projeto por parte da entidade e apreciação dos membros. Sendo exigida pelo CMDCA uma cópia do projeto apresentado para futura fiscalização do órgão, bem como, cabe às partes interessadas a prestação de contas junto ao CMDCA. A materialização dessa parceria se deu pelo convênio nº 09 de 21 de julho de 2014.

De acordo com as atas da Escola José Bonifácio concedidas pela equipe escolar não foi possível identificar a participação da comunidade na escrita e submissão do projeto direcionado à jornada ampliada na escola. Esse fator nos impede a análise desde a escrita do projeto e a participação da comunidade nesse processo. Com a intenção de evidenciar a aproximação da comunidade aos assuntos relacionados ao Projeto, organizamos os assuntos registrados em ata no quadro 20:

---

organizada diretamente ligada à defesa ou atendimentos da criança e do adolescente, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano (RIO AZUL, 2009, p. 3).

Quadro 20 - Assuntos tratados e registrados em ata sobre o Projeto Buscando Novos Saberes

DATA	ATA	ASSUNTO
01/08/2014	27	Presença de representantes da empresa *Alliance One*, a secretária de educação do período Roseli Surmacz Gurski, a coordenadora pedagógica do projeto Irene Borba; coordenadora pedagógica lotada na secretaria de educação; nutricionista, o prefeito municipal da época Paulo Girardi; alguns vereadores e a equipe da APMF da escola. A cerimônia foi solene, com a execução do Hino Nacional e do município, após foi assinado o termo de adesão do convênio[60] pelas partes interessadas. Nesta data, todos os presentes se demonstraram otimistas em relação aos proveitos dessa parceria.
12/09/2014	36	Reunião de acompanhamento do trabalho desenvolvido no Projeto, com a presença das monitoras e equipe pedagógica.
28/11/2014	46	Reunião com a presença da equipe escolar, pais e representantes da APMF para prestação de contas do projeto, havendo neta data um montante de R$ 34.431,26 (trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e seis centavos) na conta da APMF destinado ao funcionamento do Projeto.
03/12/2015	97	Reunião com professoras, pais e APMF, foi tratada de uma nova parceria juntamente com o Projeto Buscando Novos Saberes: a Escolinha Furacão, com as aulas ministradas pela professora Sandra Romaniuk Nós.
11/02/2016	01	Reunião com todos os pais dos alunos matriculados no ano letivo de 2016 para prestação de contas da escola e do Projeto Buscando Novos Saberes do ano de 2015.
18/05/2016	03	Prestação de contas do Projeto, com um total de R$ 14.714,15 (quatorze mil, setecentos e quatorze reais e vinte e quinze centavos). Compra de chocolates para as crianças na Páscoa, sendo que neste ano estavam matriculadas 81 crianças e, destas, 40 no Projeto e, do valor destinado ao Projeto, foram utilizados R$ 386,00 (trezentos e oitenta e seis reais) para colaborar na compra dos chocolates. Previsão de aulas de violão, cuidados com a horta da escola e aulas de informática durante o Projeto. Assinatura dos contratos com a Escolinha Furacão pelos pais, em que os alunos saem durante o período do projeto uma vez por semana para treinar, enquanto o restante dos alunos participam da oficina Dia da Beleza.
12/07/2016	08	Repasse da Empresa *Alliance One* no valor de R$ 7.000,00 para compra de violões.
02/09/2016	13	Nesta Reunião o tema central foi a avaliação do Projeto por parte dos pais, em que tiveram espaço para expressarem o que o Projeto vinha representando até o momento a eles. Os pais comentaram sobre o acesso das crianças a diferentes assuntos, o tempo na escola e não ociosos em casa, do tempo no projeto destinado à realização das tarefas do ensino regular e oportunidades de sanar as dúvidas, importância da oficina de esporte e lazer, da aula de violão, a importância da alimentação monitorada pela nutricionista. Comentou-se da oficina Dia de Beleza em que os alunos sentem-se animados com os penteados feitos pelas monitoras. Foi mencionado da procura por apresentações por parte da escola, pelo fato de haver a oficina de Dança no Projeto, foi solicitada a permissão dos responsáveis para o deslocamento das crianças nas apresentações,

Fonte: Elaborado pela autora a partir das cópias das atas fornecidas pela direção da escola.

No convênio, são especificadas as partes interessadas, como primeira conveniada esta a empresa *Alliance One*, segunda conveniada o município de Rio Azul e, terceira conveniada a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Rural

[60] A cópia integral do projeto está no anexo 6.

Municipal José Bonifácio. As cláusulas segunda, terceira e quarta tratam das responsabilidades de cada uma das partes na execução do projeto, conforme quadro 21.

Quadro 21 - Responsabilidades delegadas a cada uma das partes conveniadas

CONVENIADA	RESPONSABILIDADES
Responsabilidades comuns das partes	a) Atuar com espírito de boa fé e dentro do dos princípios éticos e legais; b) Atuar sempre em prol dos objetivos do PROJETO; c) Buscar apoio e participação da comunidade local; d) Buscar o melhor aproveitamento dos recursos destinados ao Projeto; e) Participar de reuniões ordinárias, ou reuniões extraordinárias, sempre que convocadas pelas PRIMEIRA e/ou SEGUNDA CONVENIADAS para fins de acompanhamento e Avaliação de relatórios e discussão de assuntos relacionados ao PROJETO.
Obrigações da primeira conveniada-Alliance One	a) Proporcionar os recursos financeiros a TERCEIRA CONVENIADA, recursos estes que serão limitados ao valor total previsto e destinados exclusivamente às atividades relativas ao PROJETO; b) Sem prejuízo da responsabilidade das demais partes conveniadas quanto a prestação de contas e bom uso dos recursos empregados no PROJETO, fiscalizar o uso de equipamentos, recursos humanos e valores destinados ao PROJETO podendo delegar tal tarefa ao terceiro; c) Coordenar toda e qualquer comunicação pública a respeito do PROJETO, por meio de sua Assessoria de Imprensa; d) Garantir a realização de diagnóstico do PROJETO em sua fase inicial, avaliação de processo e avaliação final, podendo dispor de consultoria, sem ônus adicional para este projeto; e) Centralizar e coordenar os monitoramentos recebidos pela SEGUNDA CONVENIADA, emitindo pareceres a respeito destes e enviando à SEGUNDA CONVEIADA; f) Convocar reuniões extraordinárias para acompanhamento e discussão de assuntos relacionados ao PROJETO.
Obrigações da segunda conveniada-município de Rio Azul	a) Contratar e fornecer os recursos humanos necessários para o desenvolvimento das atividades do PROJETO, conforme previsto e necessário para o bom andamento das atividades; b) Coordenar as atividades desenvolvidas nas instalações da ESCOLA RURAL MUNICIPAL "JOSÉ BONIFÁCIO" EI.E.F. DE ENSINO FUNDAMENTAL; c) Autorizar e dar apoio necessário às partes conveniadas para o desenvolvimento do PROJETO junto à ESCOLA RURAL MUNICIPAL "JOSÉ BONIFÁCIO" EI.E.F. DE ENSINO FUNDAMENTAL; d) Responsabilizar-se e arcar com custos de transporte dos alunos durante o período das atividades do PROJETO; e) Implementar o fornecimento de merenda para os alunos durante o período das atividades do PROJETO; f) Responsabilizar-se integralmente pelos recursos humanos disponibilizados à execução das atividades do PROJETO; g) Responsabilizar-se pela manutenção, limpeza e conservação das instalações dos locais de realização do PROJETO na ESCOLA RURAL MUNICIPAL "JOSÉ BONIFÁCIO" EI.E.F. DE ENSINO FUNDAMENTAL; h) Responsabilizar-se pela guarda e conservação de todos os materiais e equipamentos destinados ao PROJETO, instalados ou depositados na ESCOLA RURAL MUNICIPAL "JOSÉ BONIFÁCIO" EI.E.F.; i) Dar o apoio necessário às partes conveniadas e especialmente à

	TERCEIRA CONVENIADA quanto ao gerenciamento dos recursos destinados ao PROJETO e prestação de contas de tal gerenciamento; j) Centralizar as informações sobre o desenvolvimento do PROJETO e fiscalizar a destinação dos recursos e as prestações de contas da TERCEIRA CONVENIADA; k) Encaminhar os monitoramentos mensais à PRIMEIRA CONVENIADA detalhando o desenvolvimento do PROJETO sob o aspecto pedagógico; l) Planear as atividades a serem desenvolvidas e seus respectivos planos de aula, mantendo estas informações à disposição em qualquer dia ou hora prevista para realização do projeto; m) Convocar reuniões extraordinárias para o acompanhamento ou discussão de assuntos relacionados ao PROETO; n) Responsabilizar-se integralmente pela segurança e integridade física das crianças e adolescentes envolvidos no projeto e devidamente matriculados na ESCOLA RURAL MUNICIPAL "JOSÉ BONIFÁCIO" EI.E.F.; o) Prestar contas da destinação dos recursos à PRIMEIRA CONVENIADA, fiscalizada pela TERCEIRA CONVENIADA, enviando as cópias das notas fiscais/ faturas/recibos das compras realizadas, conforme solicitado da PRIMEIRA CONVENIADA; p) Solicitar a TERCEIRA CONVENIADA, relatórios de atividades e prestação de contas, quando necessário; q) Abster-se de comunicar publicamente aspectos do PROJETO que sejam relativos aos recursos destinados pela PRIMEIRA CONVENIADA.
Obrigações da terceira conveniada-APMF	a) Receber e gerir os recursos financeiros destinados ao PROJETO pela PRIMEIRA CONVENIADA; b) Comprar, com os recursos destinados ao PROJETO, os materiais e equipamentos relacionados com o mesmo e previstos no projeto físico, observadas as prescrições legais, especialmente a realização de três orçamentos; c) Fiscalizar o emprego dos materiais e equipamentos doados pela PRIMEIRA CONVENIADA somente para atividades do PROJETO; d) Abster-se de comunicar publicamente aspectos do PROJETO que sejam relativos aos recursos destinados pela PRIMEIRA e SEGUNDA CONVENIADA.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do convênio PMRA nº 09/2014.

O valor que a escola recebeu do Programa Mais Educação para a efetivação da jornada ampliada no ano de 2014 foi de R$ 13.455,00[61] e da empresa *Alliance One* foi de R$ 40.000,00, totalizando R$ 53.455,00 para a execução do projeto no período de 2014-2015 para os 40 alunos matriculados. O projeto está em andamento atualmente, porém, não foram disponibilizados por parte da Prefeitura e da escola aditivos ou outros convênios que tratem da continuação do projeto no final de 2015 até o momento.

Mais detalhes da organização do Projeto Buscando Novo Saberes, como o salário de monitoras, prestações de contas e atas não foram concedidos ou foram disponibilizados parcialmente, incompletos. Essa característica de falta de transparência

[61] Entrevista concedida a autora por Licelma Aparecida Pedrozo de Oliveira em 10/10/2017.

principalmente em governos municipais é tema de pesquisas relacionadas à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que trata da regulação ao acesso à informação a qual estão subordinados os órgãos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público além das autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

No artigo 3º fica clara a obrigatoriedade de divulgação de informações de interesse público enquanto atividade básica da administração pública:

> Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:
> I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
> II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
> III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
> IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
> V - desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011, s/p).

Flach (2017, p. 162) afirma que "Para uma sociedade que ainda não consolidou plenamente uma cultura democrática, oferecer tais instrumentos pode colaborar no processo de conscientização coletiva e a consolidação da democracia e da cidadania". Esse mecanismo de controle da sociedade com os gastos públicos está relacionado ao melhoramento dos gastos públicos e na qualidade deles, também, quanto mais o acesso da população a essas informações, menos chance tem de se submeter a interesses particulares (GRUMAN, 2012).

Para Gruman (2012, p. 104):

> A transparência e o acesso não garantem a eficácia do funcionamento da máquina pública, mas, pelo contrário, sua ausência, é garantia de mau uso dos recursos públicos porque livres de controle social. O acesso à informação é um instrumento, um meio para se alcançar um fim, a eficácia das políticas públicas.

As particularidades do convênio estudado mostram os mecanismos de participação da iniciativa privada na oferta do serviço público de educação. Por meio do CMDCA é possível que as empresas participem dos encaminhamentos da educação municipal e, a partir disso, estabeleçam normas e regimentos para sua efetivação. Isso mostra o aval que o mercado recebe por parte do Estado para participar da educação nos municípios. Também explicita a consolidação do Estado Mínimo quando se trata de questões prioritárias para a classe trabalhadora, como é o caso do financiamento da educação pública e da falta de informações quando se trata de direcionamento dos recursos.

4.3 A PARCERIA PÚBLICO PRIVADA E A IDEOLOGIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Temos aqui duas categorias que são centrais para as discussões que nos propusemos a fazer: ideologia e responsabilidade social. O conceito de ideologia que utilizamos nesse estudo diz respeito à produção de ideias separadas das suas condições históricas. Concordamos com Marx e Engels (1973, p. 35) quando afirmam que "É preciso que, em cada caso particular a observação empírica coloque necessariamente em relevo-empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação- a conexão entre a estrutura social e política e a produção." A ideologia impede a análise de uma realidade em sua totalidade, ela chega antes, "o caráter contraditório do padrão essencial oculto, concentrando o foco na maneira pela qual as relações econômicas aparecem superficialmente" (BOTTOMORE, 2001, p. 184).

Não se trata de uma mentira, a ideologia carrega formas de consciência puramente espirituais e discursivas que ocultam e disfarçam o caráter contraditório gerando um entendimento parcial da realidade. Kosik (1976) explica os fenômenos cotidianos da vida humana que sustentam a ideologia, os quais adentram a consciência humana e assumem um caráter de naturalidade e legitimidade denominando-os de mundo da pseudoconcreticidade, sendo um mundo "claro-escuro de verdade e engano.

O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde" (KOSIK, 1976, p. 15). Fazem parte desse mundo:

> - O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais;
> - O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da *práxis*[62] fetichizada dos homens (a qual não coincide com a *práxis* crítica revolucionária da humanidade);
> - O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos e da consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento;
> - O mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens (KOSIK, 1976, p. 15).

A realidade se manifesta parcialmente, não sob todos os aspectos de sua existência, mas apenas seu fenômeno, aquilo que vem a frente e se mostra de imediato, para Kosik (1976) a "coisa em si" não se manifesta imediatamente no fenômeno, ela está oculta, esse ocultamento é a ideologia.

Para Chauí (2008), a forma inicial da consciência humana é a alienação, quando os homens não se reconhecem enquanto produtores da sociedade em que vivem, como, por exemplo, não consideram a transformação da natureza por meio do trabalho e a invenção da religião enquanto atividades humanas, designando as decisões da vida a um outro. Nesse sentido, se entende a alienação enquanto fator primeiro da consciência humana, ela vem desvinculada da *práxis*, como algo superior a ela. Nesse contexto a ideologia se efetiva e cria as condições para sua existência, desvinculando os fatos de sua história e produção material. Os acontecimentos históricos são explicados de modo invertido, o que abre caminho para a legitimidade das ações da classe dominante para a manutenção e reprodução da divisão social vigente.

> [...] é impossível compreender a origem e a função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas de luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados (CHAUÍ, 2008, p. 79).

---

[62] Segundo KOSIK (1976, p. 14) A *práxis* que se trata neste contexto é historicamente determinada e unilateral, é a *práxis* fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue.

A fragmentação social é ideológica e necessária à classe dominante, os homens não se reconhecem enquanto integrantes de um modelo societário excludente, mas mergulhados em um consenso coletivo. Konder (2002) considera a distorção da ideologia como parte da fragmentação da vida comunitária humana, no estranhamento dos homens enquanto seres coletivos e na crença do Estado ser algo fora da vida dos homens, uma "figura independente" assumindo o caráter de "comunidade ilusória".

A atuação das empresas fumageiras é no ramo de negócios, uma das mais 'politicamente incorretas', por isso precisa aparentar 'de responsabilidade social'.

Segundo Torres apud Backes, Selig e Marinho (2010), a preocupação em compreender esse fenômeno da responsabilidade social empresarial não é recente.

> As primeiras discussões ocorreram na década de 70. Um dos impulsionadores foi a "Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas", publicada em 1965 pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil). Já naquela época ela usava o termo responsabilidade social das empresas. No final dos anos 80 uma pequena parcela de empresas passou a intensificar e a institucionalizar o discurso em relação às questões sociais e ambientais. […] A década de 90 marca o surgimento e crescimento de diversas instituições com foco na RS e o início do desencadeamento desse processo nas organizações. Entre o final dos anos 80 e 90, ocorre a fundação e consolidação de importantes institutos e organizações da sociedade civil ligados ao meio empresarial, tais como Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), criado em 1989 e formalizada como organização em 1995; a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança (fevereiro de 1990); e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social (junho de 1998). O foco das instituições é o comportamento empresarial ético e responsável. Paralelamente, algumas empresas passaram a divulgar periodicamente suas ações realizadas internamente, junto à comunidade e em relação ao meio ambiente, utilizando para isso relatórios e balanços sociais. Também nesse período as organizações não-governamentais (ONGs) começaram a utilizar mais intensamente o termo RS e passaram a incentivar nas empresas.

Vários são os conceitos defendidos quando se refere à responsabilidade social.

Quadro 22 - Conceitos de responsabilidade social

FONTE	CONCEITO
ASHLEY (2002, p. 6-7)	Compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.
CARROL (1979, p. 500)	A responsabilidade social dos negócios envolve expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias, que a sociedade tem das organizações em determinado período de tempo.
INSTITUTO ETHOS (2007)	Responsabilidade social diz respeito à maneira como as empresas realizam seus negócios; critérios que utilizam para a tomada de decisões; valores que definem suas prioridades; e relacionamentos com todos os públicos com os quais interagem.
LIVRO VERDE (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS) (2001, p. 4)	A responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. [...] Esta responsabilidade manifesta-se em relação aos trabalhadores e, mais genericamente, em relação a todas as partes interessadas afetadas pela empresa e que, por seu turno, podem influenciar os seus resultados.
MCINTOSH et al. (2001, p. 313)	Todas as empresas têm responsabilidades econômicas, sociais, éticas e ambientais, algumas das quais precisam estar em conformidade com a lei e outras que precisam do julgamento próprio de quem for responsável para garantir que a empresa não opere intencionalmente para prejudicar a sociedade. No coração do movimento da RSC estão as questões de transparência e de responsabilidade para que todos os interessados e a própria empresa façam auditorias e relatórios sobre questões éticas, financeiras, sociais e ambientais.
MELO NETO e BRENNAND (2004, p. 7)	Responsabilidade Social é uma atividade favorável ao desenvolvimento sustentável, à qualidade de vida do trabalho e na sociedade, ao respeito às minorias e aos mais necessitados, à igualdade de oportunidades, à justiça comum e ao fomento da cidadania e respeito aos princípios e valores éticos e morais.
REETZ e TOTTOLA (2006, p. 18)	A responsabilidade social é, na essência, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo.

Fonte: Elaborado por Backes, Selig e Marinho (adaptado de Backes) (2010).

Apesar dos conceitos indicarem que mesmo quando as empresas atuam em ramos socialmente problemáticos, deveriam pautar suas decisões em princípios éticos, de justiça, de respeito, de garantia de qualidade de vida, de respeito ao meio ambiente, isso acaba sendo letra morta na sociedade capitalista e mascara o que de fato acontece.

Nesse aspecto, percebemos que o fenômeno da responsabilidade social empresarial é ideológica na medida em que carrega em seu discurso a contradição de sua existência.

A preocupação com a oferta da jornada ampliada por parte da empresa *Alliance One* com vistas à erradicação do trabalho infantil é ideológica pois desvincula-a da sua

atividade concreta – a produção do fumo com precarização das condições de trabalho, incluindo nos processos, o trabalho infantil no contexto familiar.

Uma das principais consequências desse tipo de produção é o incentivo à produção de fumo, o que desencadeia diversos problemas sociais.

Segundo o Laboratório Oswaldo Cruz[63], o tabagismo mata cerca de 200 mil pessoas no Brasil todos os anos, além dos problemas oriundos do hábito de fumar e para os fumantes passivos. As famílias que trabalham no plantio do tabaco sofrem os efeitos dos malefícios da planta no organismo e, trabalham sob condições de risco com a exposição a agrotóxicos, doença da folha verde oriunda do contato da folha de fumo com a pele, horas de trabalho quanto forem necessárias para o abastecimento imediato da estufa de secagem, independente das condições climáticas, horas de sono não dormidas sob o cuidado da fornalha da estufa, inalação da poeira da folha seca do tabaco no descarregamento da estufa e na fase de preparação das bonecas[64] e dos fardos de fumo para a venda.

Além do trabalho exacerbado exigido do fumicultor, desproporcional ao trabalhador que atua dentro da empresa, em que são observados seus direitos trabalhistas, o custo de produção aparece bem antes da venda do tabaco. A estufa funciona de maneira elétrica, gerando um gasto de energia bastante alto, assim como a lenha utilizada. Cada etapa da secagem dura sete dias com a fornalha acesa e os motores ligados durante o dia e a noite, com a temperatura aumentando gradualmente. O valor pelo produto final que é comercializado não é estipulado pelo produtor, o sistema integrado com a fumageira estabelece que os custos iniciais com a produção[65] ficam a cargo da fumageira, que os financia e depois toma os valores de volta na hora da venda do produto, estipulando mais de 40 classificações diferentes no momento da venda (que, na última safra variou de R$ 0,70 a 11,00, o quilo).

Também, como tratado no primeiro capítulo, problemas neurológicos que levam a quadros de depressão e em alguns casos suicídios são relacionados ao uso de agrotóxicos e às dívidas adquiridas junto às empresas.

---

[63] Informações pesquisadas do site: <http://www.oswaldocruz.com/site/noticias-de-saude/noticias-de-saude/tabagismo-mata-mais-de-200-mil-pessoas-por-ano-no-brasil> Acesso em 02 de março de 2018.
[64] Essa etapa do trabalho demanda horas diárias dentro do paiol até a classificação de todas as folhas.
[65] É o caso do gasto com bandejas na semeadura, agrotóxicos e EPIs.

A produção familiar do fumo parece não ter saída. A maioria das famílias está há tanto tempo nesse tipo de produção que considera impossível trocar de ramo. Há comunidades que já enfrentaram grandes fumageiras e reconstruíram sua forma de produzir para sobreviver. Um exemplo disso são famílias que moram em Rio Bonito de Iguaçu e trocaram a produção de fumo pela produção de leite, ou seja, passaram a realizar uma atividade que lhes dá uma boa renda para viver e um trabalho livre do uso de agrotóxicos, por exemplo.

Outro fator importante a pontuar nesta análise é o trabalho desenvolvido no seio familiar pela criança, que participa dos afazeres da família e, no contexto da produção do tabaco, a força-de-trabalho familiar precisa ser otimizada e possui um caráter de sucessão. Segundo Schuller (2015, p. 46) "O que ocorre muitas das vezes, é que confundem exploração com trabalho em conjunto". Nesse sentido, podemos aferir que existe mais uma especulação por parte da empresa do que a preocupação com a sociedade e a oferta de um produto benéfico.

A oferta da jornada ampliada é prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, em que diz "§2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino" (p. 12). O texto da Lei deixa aberta várias possibilidades para a oferta da educação em tempo integral, garantindo legitimidade a políticas de financiamento empresarial em escolas públicas.

Nesses casos, ocorre que o governo federal deixa a cargo de empresas o direito à jornada ampliada, destinando um valor irrisório, que nesse estudo, foi de R$ 13.455,00 para 40 crianças, considerando o transporte, alimentação, salário para monitoras e diretora, materiais necessários e demais gastos. Esse repasse do governo torna a efetivação do projeto inviável[66], o qual foi possível apenas com o repasse do valor da empresa *Alliance One*, no valor de R$ 40.000,00. O período estipulado de duração deste projeto foi de 29/07/2014 a 29/072015, porém, o projeto ocorre até o momento e, não foi possível o acesso a aditivos deste convênio.

A implementação da escola em tempo integral não é solução para a erradicação do trabalho infantil. Se a empresa se propõe a financiar um projeto com esse objetivo em primeiro lugar admite a existência do trabalho infantil. Não que reconheça que ele ocorre na produção do fumo. Há um mascaramento do trabalho infantil na produção do fumo,

[66] Entrevista concedida a autora por Licelma Aparecida Pedrozo de Oliveira em 10/10/2017.

pelas famílias e pelas próprias fumageiras. As famílias entendem que ajudar no trabalho, no cultivo do fumo é natural e moral porque isso contribui para a formação do caráter dessas crianças. As fumageiras condicionam os contratos à frequência na escola. Isso ficou mais visível, nos últimos anos, ao financiarem várias propagandas mostrando que se preocupam com as crianças e adolescentes.

Se houvesse ‘responsabilidade social’ nos termos anunciados pelas empresas, considerando-a preocupação central com o ser humano, com sua qualidade de vida, com sua sobrevivência digna, com a proteção da infância, por certo, as fumageiras deveriam fechar suas portas. Mas, para manter-se no mercado sem serem vistas como ‘politicamente erradas, equivocadas’, financiam pequenos e insignificantes projetos, nos quais investem poucos milhares de reais, que nada significam, diante dos bilhões que faturam. Apesar desta constatação que o termo “responsabilidade social” é ideológico.

Entendemos que o próprio Estado, ao buscar parcerias, é ideológico, pois investe pouco em políticas sociais e tenta encobrir esse fato com investimentos complementares de empresas, que são sempre beneficiadas pelo Estado que legisla a favor dos interesses das mesmas, sem se importar se são ou não benéficas à classe trabalhadora, ou seja, faz pactos com o ‘voraz mercado’ para encobrir o que faz e o que fazem as empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender os elementos que caracterizam a relação entre as empresas fumageiras e a rede municipal de ensino do município de Rio Azul, no estado do Paraná, visto que a Secretaria de Educação do referido município conta com a colaboração financeira das empresas desse segmento da região, mais especificamente entre a empresa *Alliance One* Brasil Exportadora de Tabacos Ltda e a Escola Rural Municipal José Bonifácio.

As indagações que fizeram parte da problemática eram: qual o contexto socioeconômico do município de Rio Azul? Como se caracteriza a trajetória histórica das escolas do campo de Rio Azul/PR? Qual a intenção das empresas fumageiras em subsidiar atividades escolares? Quais relações existem entre a empresa *Alliance One* e as práticas pedagógicas realizadas na escola em questão? A parceria público-privada em questão contribui para construir a ideologia de responsabilidade social?

Entendemos ter atingido o objetivo da pesquisa e construído elementos importantes para desvelar nosso objeto, indo para além das aparências, desconstruindo, inclusive, a visão pessoal como produtora de fumo, porém com algumas dificuldades. A coleta dos dados para este estudo foi limitada, pois, alguns agentes públicos tratam o que é público como privado, impedindo o acesso e, consequentemente, a análise dos documentos em sua totalidade e dos meandros burocráticos reais. Outra dificuldade, que é o limite de informações que as pessoas disponibilizam, resulta do silenciamento dos sujeitos frente ao poder do Estado e das empresas que ocupam os espaços nos quais a classe trabalhadora produz sua vida.

O estudo do desenvolvimento econômico de Rio Azul possibilitou-nos visualizar a condução imposta pela agenda neoliberal no município. Os modos de vida faxinalense, que são o símbolo de resistência e singularidade da população da região foram substituídos e tratados como atrasados. A partir da década de 1950, houve grande especulação para produção fumageira na região por parte do mercado internacional. A sedução dos faxinalenses por meio da promessa de grandes lucros caracterizou a perda da identidade de todo um povo. O poder público, por sua vez, garantiu a entrada e permanência dessas empresas no município, assim como a entrada e expansão de outras de mesma origem. Esse fator é importante no sentido de mostrar a falta de participação

da população rioazulense no seu próprio desenvolvimento, ocultando os traços históricos dos camponeses e desvinculando-os de suas tradições, como é o caso do trabalho comunitário, impossível de ser realizado na lógica da produção do fumo, que demanda um cuidado e atenção ininterruptos por parte dos agricultores, impondo um comportamento individualista, que se propaga nos mais diversos aspectos da vida social. Nesse cenário percebemos que o Estado garante a preservação dos interesses da classe dominante.

Além da perda da historicidade e da identidade, a fumicultura trouxe consigo outros problemas. As intoxicações e tentativas de suicídio de Rio Azul são temas de pesquisas na área da saúde e possuem seus dados registrados em plataformas oficiais, acarretando uma maior demanda de atendimentos na área da saúde, além dos casos não notificados, daqueles trabalhadores que, já acostumados com os efeitos e o mal estar na lida com o fumo, acabam por se medicarem em casa. Também, casos de depressão relacionados a dívidas adquiridas junto a fumageiras.

Juntamente com a perda da identidade camponesa e os malefícios da produção do tabaco, as atividades desenvolvidas em família tomam proporções em escala industrial, transformando o trabalho do cotidiano da criança, que era em conjunto com o adulto com um caráter de aprendizagem em uma estratégia de otimização dos processos produtivos na propriedade, descaracterizando a formação humana possibilitada no contexto camponês para a criança e, integrando-a ao processo produtivo.

Verificou-se que na história da educação de Rio Azul a demanda pela educação partiu inicialmente de cada comunidade que, com a ação conjunta dos interessados, construíam a escola e buscavam meios das crianças terem acesso aos ensinamentos de um professor e, muito depois que o poder público tomou a iniciativa de reforma e construção desses prédios. Isso mostra o caráter comunitário oriundo das comunidades rioazulenses, que buscaram na ação conjunta a melhora das condições locais.

Verificamos a existência de um tencionamento da educação para adequação de sua função e razão de ser alinhada com a manutenção dos interesses da classe que domina a sociedade, tendo no Estado um agente regulador dos interesses do capital em relação ao trabalhador que se espera no mercado de trabalho capitalista. Essa lógica esta assentada e legitimada no PDRAE de 1995 e, sendo implementada com mais tenacidade atualmente. Este estudo mostra esse movimento de entrega das obrigações estatais às

empresas por meio da legalidade da educação ser ofertada por meio da responsabilidade social empresarial, favorecendo jurídica e financeiramente as empresas que aderirem a prática de destinar 1% de seu imposto de renda à causa da educação, transmitindo à sociedade a sensação de que a justiça social e o encaminhamento adequado do bem estar da sociedade é melhor realizado dentro da esfera privada, quando na verdade, o mercado se favorece nesse contexto, ganhando legitimidade para atuar nas políticas públicas e conseguir melhor posicionamento na competitividade internacional.

Mecanismos como a publicização e a privatização colaboram com a idealização de que Estado é incapaz de resolver os problemas sociais e que a solução para uma melhor administração da máquina pública está na administração dos gastos públicos, na organização da sociedade baseada na meritocracia e a desconstrução da ideia de coletividade. O resultado desses mecanismos é a perda de direitos e o mascaramento de uma democracia que não existe. Esses mecanismos ganham espaço e legitimidade jurídica dentro do Estado, pois, há uma relação ontológica deste para com a propriedade privada, que visa interesses privados. Marx (2010) aponta essa problemática indicando que o Estado é incapaz de reconhecer e fazer algo para resolver os problemas sociais, pois, se o fizesse teria que acabar com a vida privada, logo, com ele mesmo.

A falta de transparência está ligada diretamente à organicidade do Estado. No caso do Brasil, um Estado que repousa sob pactos burgueses e interesses particulares, o qual não oferece condições igualitárias à população de maneira geral depende da ocultação de informação à população e, para isso, conta com os próprios agentes públicos, que ocupam cargos públicos representativos.

Assim, a relação entre a iniciativa privada e o poder público corrobora para a construção da ideologia de responsabilidade social empresarial. Essa relação passa a impressão de que a empresa é cidadã e que além do papel de oferecer uma alternativa de renda ao povo camponês de Rio Azul, ainda colabora com a formação educacional dos filhos dos fumicultores. Porém, precisamos não perder de vista a natureza do Estado e da empresa capitalista que coloca como prioridade ‘reproduzir o capital’. Não há espaço nessa forma de sociabilidade para humanizar o ser humano, pelo contrário, as formas cada vez mais complexas de exploração, mas encobertas pela ideologia da responsabilidade social, invisibilizam a materialidade das relações estabelecidas.

Mesmo os sujeitos envolvidos, não conseguem discernir sobre o que de fato significa a produção do fumo e toda sua complexidade.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. PERONI, V. (orgs). **O público e o privado na educação**. Novos elementos para debate. São Paulo: Xamã, 2008.

AFUBRA. **História**. s/d. Disponível em: < https://afubra.com.br/verde-e-vida.html> Acesso em 5 de novembro de 2017.

BACKES, B. I; SELIG, P. M e MARINHO, S. V. Práticas de gestão da Responsabilidade Social: um estudo em Indústrias Beneficiadoras de Tabaco da Região Sul do Brasil. A**nais do XXXIV Encontro da ANPAD.** Rio de Janeiro/RJ - 25 a 29 de setembro de 2010. p. 1 a 18.

BAUER, C. **A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo**. Elementos de História e questionamentos políticos. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

ALENTEJANO, P. Trabalho no campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALMEIDA, E.A. FREITAS, P. S. SIEKLICKI, C.L. ZIMMERMANN, M. H. **Fumicultura e utilização indiscriminada de agrotóxicos:** aspectos éticos da atuação da enfermagem. s/d. Disponível em: <http://apps.cofen.gov.br/cbcenf/sistemainscricoes/arquivosTrabalhos/I29548.E9.T5298.D5AP.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2017.

APAE RIO AZUL-PR. Disponível em: <http://rioazul.apaebrasil.org.br/noticia.phtml/1699>. Acesso em abril de 2017.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/rio%20azul_pr> Acesso em fev. 2017.

ANVISA. Agência nacional de vigilância sanitária. **Cartilha sobre Agrotóxicos-** Série Trilhas do Campo. 2011. Disponível em:< http://portal.anvisa.gov.br/documents/111215/451956/Cartilha+sobre+Agrot%C3%B3xicos+S%C3%A9rie+Trilhas+do+Campo/6304f09d-871f-467b-9c4a-73040c716676> Acesso em 15 de julho de 2017.

BERNARDI, L. M. et al. As relações do Estado com empresários nas políticas educacionais. In. PERONI, V. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

BIANCHINI, Valter; MEDAETS, Jean Pierre Passos. **Da revolução verde à agroecologia:** Plano Brasil Agroecológico. Brasília: MDA, 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_195/Brasil%20Agroecol%C3%B3gico%2027-11-

13%20Artigo%20Bianchini%20e%20Jean%20Pierre.pdf> Acesso em julho de 2017.

BIOLCHI. M. A. **Revista Contexto Rural**. Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais- DESER. Ano V - Nº 5 Revista Contexto Rural – Julho de 2005- Curitiba-PR. Disponível em: < http://www.deser.org.br/publicacoes/revista5.zip?href=boletins/137.1.zip&.>. Acesso em 6 de junho de 2017.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRASIL. Educação. **Sistema S é forte aliado do empresário na capacitação de trabalhadores**. 2011. Disponível em: < http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantidapela-industria> Acesso em novembro de 2017.

_____.. Ministério de Educação e Cultura. **LDB** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. SAEB. **Ideb.** Disponível em:<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc> Acesso em 15 de julho de 2016.

_____. **Lei nº 6.019,** de 3 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6019.htm>. Acesso em 15 de julho de 2017.

_____. **Lei nº 7.802**, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

_____. **Lei nº 8.212**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm>. Acesso em 15 de julho de 2017.

_____. **Lei nº 8.036**, de 11 de maio de 1990. Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8036consol.htm>. Acesso em 15 de julho de 2017.

_____. Ministério da Educação. **Lei n.º 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 26 de junho 2014.

_____. Ministério da cultura. **Projeto Estante de Histórias**. s/d. Disponível em: < http://www.projetoestantedehistorias.com.br/#page1>. Acesso em 4 de outubro de 2017.

_____. Ministério da Saúde. **SINAN**: Sistema de Informação de Agravos de Notificação. 2017. Disponível em: < http://portalsinan.saude.gov.br/perguntasfrequentes>. Acesso em 14 de junho de 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria Nº Portaria MS nº 204,** de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

_____. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Educação**. Brasília, MEC, 2014. Disponível em: < http://pne.mec.gov.br/images/pdf/sase_mec.pdf> Acesso em 17 de junho de 2017.

_____. Ministério da Educação. **Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE).** Brasília, MEC, 2014. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf>. Acesso em 3 de junho de 2016.

_____. **Declaração universal dos direitos humanos garante igualdade social.** Cidadania e justiça. 2009. Disponível em: < http://www.brasil.gov.br/cidadania-ejustica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social> Acesso em 10 de maio de 2017.

_____. **Programa Mais Educação – Passo a Passo**. Brasília: MEC/SECAD, sd. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf> Acesso em 7 de fevereiro de 2018.

_____. **Lei nº 11.105,** de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm> Acesso em 21 de junho de 2017.

_____. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o , no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n o 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm > Acesso em: 05 de maio de 2018.

BRESER PEREIRA, Luiz. C. **A reforma do Estado nos anos 90:** lógica e mecanismos de controle. 1997. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/MARE/CadernosMare/CADERNO01.pdf >. Acesso em fev. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**: esboço de uma economia política periférica. São Paulo, Brasiliense, 1977.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Reforma gerencial e legitimação do estado social.** Revista de administração pública. Perspectiva. Rio de Janeiro 51(1):147-156, jan. - fev. 2017. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/rap/v51n1/0034-7612-rap-51-0100147.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2017.

BOEIRA, S. L.; JOHNS, P. Industria de Tabaco vs Organização Mundial da Saúde: um confronto histórico entre redes sociais de "stakeholders". **Interthesis**, Florianópolis, jan./jun. 2007. Disponível: < https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5175683.pdf> Acesso em 17 de julho de 2017.

BONATO, A. A. Desafios e potencialidade para a diversificação na agricultura familiar produtora de tabaco. Estudo a partir dos diagnósticos realizados nas Unidades de Produção Familiar da Chamada Pública de Ater para a Diversificação nas Áreas de Cultivo de Tabaco. **Relatório**. Pnud. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento MDA/SAF/Dater Ministério do Desenvolvimento Agrário Secretaria da Agricultura Familiar Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2013. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Tabaco_-_para_site_SAF__PDF.pdf> Acesso em 21 de junho de 2017.

BONATO, A. **A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco.** Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais. Curitiba, 2007. Disponível em: < http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=109>. Acesso em 14 de julho de 2017.

CALDART, R. Educação do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, F. F. (Org.) **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: <

http://www.abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf> Acesso em 2 de junho de 2017.

CARVALHO, R. de. **O desejo, o poder, a sedução**: a introdução da fumicultura nos faxinais de Rio Azul, Rebouças e Imbituva - 1950-1970. 2015. 106 f. Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual do Centro Oeste. Disponível em: < http://www2.unicentro.br/ppgh/files/2015/07/Disserta_o_de_Rosenaldo_de_Carvalho_573a0417776e0.pdf> Acesso em 10 de maio de 2017.

CHESNAIS, F. **Mundialização:** o capital financeiro no comando. Revista Outubro, São Paulo, n.5, p. 7-28, out. 2001. Disponível em:< http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-OutubroEdic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf> Acesso em 6 de julho de 2017.

CODATO, A. **Os mecanismos institucionais da ditadura de 1937**: uma análise das contradições do regime de Interventorias Federais nos estados. História, v. 32, n. 2, p. 189-208, jul./dez. 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. **Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação:** o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento-Base. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em:< pne.mec.gov.br/images/pdf/**CONAE2010**_doc_final.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2016.

DIEESE. **Reforma trabalhista:** Riscos e perdas impostos pelo PL 6.787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical. São Paulo, maio de 2017 (texto-síntese). Disponível em:<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2017/reformaTrabalhistaSintese.pdf> Acesso em 8 de julho de 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Cronologia do embargo judicial da soja transgênica no Brasil**. Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/download/cronologia_sojarr.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2017.

ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOSÉ BONIFÁCIO. FAXINAL DE SÃO PEDRO-RIO AZUL/PR. **Ata nº 27 de 01 de agosto de 2014**. s/p.

ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOSÉ BONIFÁCIO. FAXINAL DE SÃO PEDRO-RIO AZUL/PR. **Ata nº 36 de 12 de setembro de 2014**. s/p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. IBGE Cidades, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?> Acesso em 20 de maio de 2017.

CTA - Continental Tobaccos Alliance S.A. **Histórico**. Disponível em: <http://www.cta.com.br/Institucional_hist.html>. Acesso em 13 de agosto de 2017.

FERREIRA, P. **Estudo sobre os Faxinais Lageado de Baixo e Lageado dos Mello - PR:** A construção de conhecimento a partir da ecologia social como subsídio para um projeto de turismo comunitário. 2008. Dissertação (Mestrado em ciências sociais e aplicadas)- Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=176. Acesso em 4 de dezembro de 2016.

FLACH. S. de F. Planos de carreira e remuneração do magistério em municípios paranaenses: dados sobre existência, atualização e transparência. **Revista COCAR**, Belém. V.11. N.22, p. 154 a 176 – Jul./Dez. 2017. Disponível em : < https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/download/1602/910> Acesso em 05 de maio de 2018.x

FREITAS, L. C. de. **Os empresários e a política educacional:** como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun. 2014.

GAPINSKI, I. **A dança de São Gonçalo em Rio Azul-pr**: uma leitura a partir da filosofia trágica do jovem Nietzsche. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado em História e Regiões) - UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati, 2014. Disponível em: < http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/tede/249/1/PR%20IVAN%20GAPINSKI.pdf> Acesso em 10 de dezembro de 2016.

GRUMAN, Marcelo. Lei de acesso à informação: notas e um breve exemplo. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.6, n.3, p.97-108, set.-dez. 2012. Disponível em: < file:///C:/Users/Gessica/Desktop/lei%20de%20acesso%20a%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em 05 de maio de 2018.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel:** As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980.

HARVEY, D. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

HAUER, M. **Conflitos e tensões no uso da terra:** agricultura familiar e legislação ambiental no Paraná- 2010. 240f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: < www.floresta.ufpr.br/defesas/pdf_dr/2009/t270_0309-D.pdf> Acesso em 10 de dezembro de 2016.

HAURESKO, C. **Entre tradição e modernidade:** o lugar das comunidades faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul - PR) e Anta Gorda (Prudentópolis - PR). 2009. 225 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104370> Acesso em 10 de dezembro de 2016.

IBGE. **Grandes Regiões e Unidades da Federação:** Esperança de vida ao nascer segundo projeção populacional: 1980, 1991-2030 - Ambos os sexos. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000243.pdf> Acesso em 14 de maio de 2017.

INEP. **Sobre a ANA.** Outubro de 2015. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/sobre-a-ana> Acesso em 7 de janeiro de 2018.

IPARDES. **Caderno estatístico. Município de Rio Azul**. Outubro de 2016. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84560&btOk=ok> Acesso em 19 de outubro de 2016.

IPARDES. **Caderno estatístico. Município de Rio Azul**. Fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84560&btOk=ok > Acesso em 3 de fevereiro de 2017.

IPARDES. **Ipardes divulga indicadores sobre meio ambiente no Paraná.** 2013. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_noticia=576> Acesso em 22 de junho de 2017.

KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo. 1ª ed: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

LIMA, M. F. **Roque Spencer Maciel de Barros:** pensamento e intervenção na Reforma Universitária de 1968. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, 2005.

MARX, K. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social", de um prussiano.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Feuerbach**.** Sao Paulo: Grijalbo, 1973.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Subprocuradoria –Geral de Justiça para assuntos de Planejamento Institucional- SUBPLAN. **Indicadoresdemográficos**. Disponível em: <http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2614.> Acesso em 6 de maio de 2017.

MONTEIRO, R. R. **Transformações Sócio-Espaciais do Sistema Faxinal:** Um Estudo a partir da Comunidade de Taquari dos Ribeiros em Rio Azul-PR.' 2009. 121 f. Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92967> Acesso em 10 de dezembro de 2016.

MURAKAMI, Y. PINTO, N.F. ALBUQUERQUE, G.S.C. de. PERNA, P. O. LACERDA, A. **Intoxicação crônica por agrotóxicos em Fumicultores.** Saúde em Debate. v. 41, n. 113, p. 563-576, 2017. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042017000200563&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 28 de julho de 2017.

NADALIN, S. O. **Paraná:** ocupação do território, população e migrações. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2001. v. 1. 107p

NERONE, M. M. **Terras de Plantar, Terras de Criar – Sistema Faxinal:** Rebouças – 1950-1997. 2000. 286 f. (Doutorado em História) – Programa de PósGraduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, São Paulo, 2000. Disponível em: < www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/3035/2572> Acesso em 9 de dezembro de 2016.

NETO, A. C. CASTRO, A. M. D. A.. GARCIA, L. T. dos S**..Plano Municipal de Educação: elaboração, acompanhamento e avaliação no contexto do PAR.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. v. 32, n. 1, p. 047 - 067 jan./abr. 2016. Disponível em: < seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/viewFile/62648/37750> Acesso em 26 de outubro de 2016.

OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/protecao_da_politica> Acesso em 18 de maio de 2017.

OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e industrialização no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, D.A. Política educacional. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em:<http://www.gestrado.net.br/pdf/420.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2016.

PÁGINA RURAL. **RS**: Japan Tobacco International inicia processo de integração entre unidades do grupo no Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.paginarural.com.br/noticia/144270/japan-tobacco-international-iniciaprocesso-de-integracao-entre-unidades-do-grupo-no-brasil> Acesso em 20 de junho de 2017.

PARANÁ**. Lei nº 18.492**, de 24 de junho de 2015. Aprovação do Plano Estadual de Educação e adoção de outras providências. Curitiba, 24 de jun. 2015. Disponível em: < http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=143075> Acesso em 16 de maio de 2016.

PARCEIROS DA EDUCAÇÃO. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.parceirosdaeducacao.org.br/quem-somos/> Acesso em 9 de janeiro de 2018.

PERONI. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO, T; PERONI, V. **Público e privado na educação:** novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Disponível em: <http://www.pmi.com/markets/brazil/pt> Acesso em 16 de junho de 2017.

PASTORIO, E. **Nucleação das escolas do campo:** o caso do município de São Gabriel/RS. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFMS, Santa Maria, RS. 2015. 162 p. Disponível em: http://w3.ufsm.br/ppggeo/images/Dissertao%20Eduardo%20Pastorio.pdf Acesso em 25 de janeiro de 2018.

POJO, O. C. **A parceria público-privada do Instituto Ayrton Senna e a Prefeitura Municipal de Benevides-PA:** entre os desafios (pro)postos e os limites da realidade. Tese (Doutorado em Educação). UFPA, Belém, 2014. Disponível em: < http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/d14_oneidepojo.pdf>. Acesso em 9 de janeiro de 2018.

PORTO JR. F. G. R. **Educação na primeira república (1889-1930)**. Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, Vitória da Conquista, Ano I, n. 1, p. 23-32, 2003. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/3776/pdf_111>. Acesso em 7 de janeiro de 2018.

PREMIUM TABACOS DO BRASIL. **Produção.** Disponível em: <http://www.premiumbrazil.com.br/producao/producao.php> Acesso em 4 de junho de 2017.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 13. ed. rev. e ampl. Campinas (SP): Editora Autores Associados, 1993.

RIO AZUL. **Contrato de Doação.** Celebrado entre a empresa Souza Cruz S.A e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança. 2015.

_____. **Lei Nº 840 de 2017.** Esta Lei versa sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Rio Azul, fixa seu número e vencimentos, disciplina as normas de ascensão funcional e dá outras providências. 2017.

_____. Prefeitura Municipal. **Convênio PRMA nº 09 de 2014**. Termo de convênio que celebram o município de Rio Azul, Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Rural Municipal "José Bonifácio" E.I.E.F. e Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos LTDA para desenvolvimento do Projeto de Erradicação do trabalho infantil. 2014.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Rural Municipal Modesto Alves. Rio Azul, 2016a.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Rural Municipal Antonio José Ribeiro. Rio Azul, 2016b.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Rural Municipal Marechal Floriano Peixoto. Rio Azul, 2016c.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal Vanda Hessel. Rio Azul, 2016d.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Rural Municipal Joaquim Vieira. Rio Azul, 2016e.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Rural Municipal Santo Antonio. Rio Azul, 2016f.

_____.Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Rural Municipal Dr. Getúlio Vargas. Rio Azul, 2016g.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Rural Municipal Francisco Soares. Rio Azul, 2016h.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Centro Municipal de Educação Infantil Aníbal Cury. Rio Azul, 2016i.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar II. Rio Azul, 2016j.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Rural Municipal São João I. Rio Azul, 2016k.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal Urquiz Cordeiro. Rio Azul, 2016l.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Rural Municipal Anahir de Oliveira Lima. Rio Azul, 2016m.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Centro Municipal de Educação Infantil Cristo Rei. Rio Azul, 2016n.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Luiza Gaisler Soares. Rio Azul, 2016o.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Rural Municipal José Bonifácio. Rio Azul, 2016p.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. Centro Educacional Gregório Skalisz. Projeto Piá. Programa de Erradicação Infantil-PETI. Rio Azul, 2011.

_____. **Lei Nº 479/2009**. Esta Lei reformula a política municipal dos direitos da criança e do adolescente e as normas gerais para sua adequada aplicação, bem como a estrutura do Conselho Tutelar no Município de Rio Azul, atendendo às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. 2009. Disponível em: <http://rioazul.pr.gov.br/uploads/legislacao/LEI-No-479-2009-Reformula-a-Lei-municipal-dos-direitos-da-Crianca-e-adolescente.pdf> Acesso em 4 de fevereiro de 2018.

_____. **Convênio PMRA nº 09/2014**. Termo de convênio que celebram o município de Rio Azul, Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Rural Municipal "José Bonifácio" E.I.E.F e Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos LTDA para desenvolvimlento do Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil. 2014.

RIQUINHO, D. L, HENNINGTON E. A. Cultivo do tabaco no sul do Brasil**:** doença da folha verde e outros agravos à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2014. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n12/1413-8123-csc-19-12-04797.pdf> Acesso em 15 de julho de 2017.

RODRIGUES, A. C. S.; MARQUES, D. F.; RODRIGUES, A. M.; DIAS, G. L. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. **Educação e Realidade**, 2017, vol.42, n.2, pp.707-728.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 14. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes Ltda, 1978.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHÜLLER, M. A. **As escolas do centro-sul do Paraná, e sua sensibilidade em abordar a questão do trabalho infantil na fumicultura** . 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário) - UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati, 2015. Disponível em: < http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/tede/230>. Acesso em 16 de dezembro de 2016.

SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **Análise da Conjuntura Agropecuária FUMO - SAFRA 2015/16.** DERAL - Departamento de Economia Rural. Disponível Em: <Http://Www.Agricultura.Pr.Gov.Br/Modules/Conteudo/Conteudo.Php?Conteudo=137 >. Acesso em 17 de setembro de 2016.

SENADO FEDERAL. **PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai a promulgação**. 2016. Disponível em:< https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>. Acesso em 4 de janeiro de 2018.

SESA-Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA/PR. **Protocolo de avaliação das intoxicações crônicas por agrotóxicos.** Superintendência de Vigilância em Saúde, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/CEST/Protocolo_AvaliacaoIntoxicacaoAgrotoxicos.pdf> Acesso em 16 de maio de 2017.

SILVA, Andréa Aparecida Inacio da. **Para compreender a transformação do patrimônio cognitivo agrícola e ecológico no faxinal Taquari dos Ribeiros, Rio Azul, Paraná**: abordagens etnocientífica e geográfica. 87 f. (Mestrado em gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <http://www.uepg.br/mestrados/mestrageo/disser2012.htm>. Acesso em 14 de dezembro de 2016.

SILVA, A. D. da. **A falácia da educação integral sob o domínio imperialista:** um estudo do Programa Mais Educação em Rondônia. 2017. 223 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2017. Disponível em: < https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5673/5/Tese%20-%20Paulo%20A.%20D.%20Silva.pdf> Acesso em 05 de maio de 2018.

SILVA, M. V.; SOUZA, S. A. Educação e responsabilidade empresarial: "novas" modalidades de atuação da esfera Privada na oferta educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 779-798, out. 2009 779. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0830108> Acesso em 4 de janeiro de 2018.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN. **Caderno 26 – A educação como ferramenta de luta**. Brasília., 2016.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN. **Texto aprovado do PNE ratifica política de privatização da educação**. 2014. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=6839>.

SOARES, Joélcio Gonçalves. **Comunidades Faxinalenses no município de Rio Azul-PR:** Gênese, características e transformações nos padrões espaciais de povoamento. 2012. 200f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UEPG, Ponta Grossa. 2012.Disponível em: <http://www.bicentede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=767> Acesso em 17 de dezembro de 2016.

SOUZA, A. M. de B. C. **Percepção dos fumicultores expostos à agrotóxicos sobre a qualidade de vida:** ênfase nas condições de saúde geral e auditiva. 2015. 77 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem e audição: modelos fonoaudiológicos) - UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ, Curitiba, 2015. Disponível em: < bdtd.ibict.br/vufind/Record/UTP_3a60f87011afa0f3ee16ab99e1b6fa96> Acesso em 17 de maio de 2017.

SOUZA, M. A. de. MARCOCCIA, P. C. de P. Educação do campo, escolas, ruralidades e o projeto do PNE. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 20, n. 36, p. 191-204, jul./dez. 2011.

SOUZA, D. B. de. MENEZES, J. S. da S. **Elaboração e aprovação de planos de educação no Brasil:** do nacional ao local. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.23, n. 89, p. 901-936, out./dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n89/1809-4465-ensaio-23-89-0901.pdf. Aceso em 16 de agosto de 2016.

TRINDADE, E. M. C.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e Educação no Paraná**. 01. ed. Curitiba: Secretaria de Educação e Cultura, 2002. v. 01. 134p .

VALOR ECONÔMICO, 30/05/2017 – Agenda da Câmara é a do mercado, sustenta Rodrigo Maia. Disponível em: < http://www.valor.com.br/politica/4985710/agenda-dacamara-e-do-mercado-sustenta-rodrigo-maia> Acesso em 15 de julho de 2017.

UNIVERSAL. **Histórico.** Disponível em: <http://www.universalcorp.com/AboutUs/History> Acesso em 10 de junho de 2017.

VALASCKI, R. WROREK, C. **Rio Azul:** 70 anos de emancipação política, de braços abertos para o amanhã. Curitiba, 1988.

WAGNER, J. L. RAMBO, L. I. ANDRADE, V. F. V. de. **Cartilha crítica da Reforma da Previdência**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.anfip.org.br/doc/publicacoes/Documentos_20_03_2017_18_29_12.pdf> Acesso em 16 de julho de 2017.

ZUB, R. **Rio Azul:** 93 anos de muitas histórias, personagens e contos folclóricos. Disponível em: < http://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/rio-azul-93anos-de-muitas-historias-personagens-e-contos-folcloricos/7982/> Acesso em 15 de novembro de 2016.

SHIROMA, E. O. ;CAMPOS, R. F. ; GARCIA, R. M. C. **Decifrar textos para compreender a política:** subsídios teórico-metodologógicos para análise de documentos. Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC, Florianópolis, v. 23, 2005.

VIOR, S.; CERRUTI, M. B. O. O Banco Mundial e a sua influência na definição de políticas educacionais na América Latina (1980-2012). In: **A demolição de direitos:** um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e saúde (19802013). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014

ZARPELON, G. **A relação público-privada na educação infantil**: um estudo sobre os convênios com entidades privadas na Rede Municipal de Educação de Joinville/SC. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95544> Acesso em 4 de setembro de 2016.

ANEXOS

Anexo 1 - Matrículas em estabelecimentos educacionais em Rio Azul- 1985- 2016

Variável	**1985**	**1991**	**2000**	**2005**	**2010**	**2016**
Matrículas no Ensino Regular - Total	1.954	2.404	3.160	3.175	3.105	2.924
Matrículas no Ensino Regular - Rede Federal	39	-	-	-	-	-
Matrículas no Ensino Regular - Rede Estadual	1.758	1.932	1.525	1.509	1.673	1.478
Matrículas no Ensino Regular - Rede Municipal	157	472	1.592	1.666	1.432	1.446
Matrículas no Ensino Regular - Rede Particular	-	-	43	-	-	-
Matrículas na Educação Infantil - Total	69	157	281	266	214	424
Matrículas na Educação Infantil - Rede Federal	39	-	-	-	-	-
Matrículas na Educação Infantil - Rede Estadual	30	30	-	-	-	-
Matrículas na Educação Infantil - Rede Municipal	-	127	238	266	214	424
Matrículas na Educação Infantil - Rede Particular	-	-	43	-	-	-
Matrículas na Creche - Total			26	42	66	96
Matrículas na Creche - Rede Municipal			-	42	66	96
Matrículas na Creche - Rede Particular			26	-	-	-
Matrículas na Pré-Escola - Total	69	157	255	224	148	328
Matrículas na Pré-Escola - Rede Federal	39	-	-	-	-	-
Matrículas na Pré-Escola - Rede Estadual	30	30	-	-	-	-
Matrículas na Pré-Escola - Rede Municipal	-	127	238	224	148	328
Matrículas na Pré-Escola - Rede Particular	-	-	17	-	-	-
Matrículas no Ensino Fundamental - Total	1.731	2.018	2.379	2.400	2.394	1.898
Matrículas no Ensino Fundamental - Rede Federal	-	-	-	-	-	-
Matrículas no Ensino Fundamental - Rede Estadual	1.574	1.673	1.025	1.000	1.176	876
Matrículas no Ensino Fundamental - Rede Municipal	157	345	1.354	1.400	1.218	1.022
Matrículas no Ensino Fundamental - Rede Particular	-	-	-	-	-	-
Matrículas no Ensino Médio - Total	154	229	500	509	497	602
Matrículas no Ensino Médio - Rede Federal	-	-	-	-	-	-
Matrículas no Ensino Médio - Rede Estadual	154	229	500	509	497	602
Matrículas na Educação Especial - Total			70	72	47	64

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) - Total				-	80	81

Fonte: Base de dados do Estado- IPARDES (2017).

Anexo 2 - Estabelecimentos de ensino em Rio Azul- 1996 a 2016.

Variável	**1996**	**2000**	**2005**	**2010**	**2016**
Estabelecimentos de Ensino (Regular, Especial e EJA) - Total	45	44	38	25	21
Estabelecimentos de Ensino (Regular, Especial e EJA) - Rede Estadual	3	3	3	4	4
Estabelecimentos de Ensino (Regular, Especial e EJA) - Rede Municipal	41	39	34	20	16
Estabelecimentos de Ensino (Regular, Especial e EJA) - Rede Particular	1	2	1	1	1
Estabelecimentos de Ensino com Creche (Regular) - Total		1	1	2	2
Estabelecimentos de Ensino com Creche (Regular) - Rede Municipal		-	1	2	2
Estabelecimentos de Ensino com Creche (Regular) - Rede Particular		1	-	-	-
Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar (Regular) - Total	6	9	10	7	15
Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar (Regular) - Rede Municipal	6	8	10	7	15
Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar (Regular) - Rede Particular	-	1	-	-	-
Estabelecimentos de Ensino Fundamental (Regular) - Total	39	37	31	20	16
Estabelecimentos de Ensino Fundamental (Regular) - Rede Estadual	2	2	3	4	4
Estabelecimentos de Ensino Fundamental (Regular) - Rede Municipal	37	35	28	16	12
Estabelecimentos de Ensino Médio (Regular) - Total	1	1	2	2	3
Estabelecimentos de Ensino Médio (Regular) - Rede Federal	-	-	-	-	-
Estabelecimentos de Ensino Médio (Regular) - Rede Estadual	1	1	2	2	3
Estabelecimentos de Ensino com Educação Especial - Total		2	2	3	1
Estabelecimentos de Ensino com Educação Especial - Rede Municipal		1	1	2	-
Estabelecimentos de Ensino com Educação Especial - Rede Particular		1	1	1	1
Estabelecimentos de Ensino com Educação de Jovens e Adultos - Total			-	2	2
Estabelecimentos de Ensino com Educação de Jovens e Adultos - Rede Estadual			-	1	1
Estabelecimentos de Ensino com Educação de Jovens e Adultos - Rede Municipal			-	1	1

Fonte: Base de dados do Estado- IPARDES (2017).

Anexo 3 - Leis municipais referentes à educação no município de Rio Azul- 1960 a 1970

DATA	Nº DA LEI	SÚMULA
28-121960	19	Cria a Biblioteca Municipal
24-111963	9	Proíbe a contratação ou nomeação de Professores Municipais que não tenham passado pelo Curso Normal Regional, equivalente ou superior.
30-041965	2	Concede pensão mensal na base de 20% sobre o salário mínimo a ex-professora municipal, senhora Adelina Kolaritz.
15-061965	4	Autoriza firmar convenio com a Secretaria de Viação e Obras Públicas do Paraná para a construção de um Ginásio Estadual na sede do Município.
1965	5	Concede a Inspetora Municipal de Merenda Escolar uma gratificação mensal de CR$ 10.000,00.
1966	3	Autoriza o executivo a assinar Termo de Compromisso com a Secretaria de Educação e Cultura do estado.
1967	4	Autoriza o executivo a construir duas salas de aula: uma no Marumbi dos Elias e outra no Taquari, com ajuda do Governo do estado.
1968	2	Autoriza executivo a assinar convênio com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná.
19-041968	7	Autoriza o Executivo a dispensar a quantia de NCR$ 1.202,41(um mil duzentos e dois cruzeiros novos e quarenta e um centavos) para cobrir gastos efetuados com a construção de duas Casas Escolares, uma no Marumbi dos Elias e outra no Taquari.
16-091968	12	Autoriza firmar conveio com a FUNDEPAR para a construção de duas Casas Escolares, sendo uma em Santa Cruz e outra em Faxinal dos Mouras.
30-121968	13	Autoriza abrir crédito para construção (em Rio Azul dos Soares, Pé de Galinha e Taquari, junto a serraria do senhor Olavo Santini) de Casas Escolares.
20-011968	16	Autoriza concluir a construção do “Ginásio” Estadual, na sede do município.

Fonte: Câmara Municipal de Rio Azul (2017)

Anexo 4 - Leis municipais referentes a educação no município de Rio Azul- 1971 a 2000.

DATA	Nº DA LEI	SÚMULA
29-121972	14	Autoriza Abertura de crédito especial de CR$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) destinado a auxílio para o Colégio Comercial de Rio Azul.
23-101975	10	Autoriza celebrar convênio com o Governo do estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Administração para execução de pintura e reparos em 20 prédios escolares da zona rural e em 03 prédios na zona urbana: Grupo Escolar Afonso Camargo, Ginásio Chafic Cury e Delegacia de Polícia na importância global de CR$ 220.000,00.
1976	10	Autoriza firmar convênio com a FUNDEPAR para a construção de uma quadra de esportes polivalentes, vestiários e chuveiros no Ginásio Estadual Chafic Cury.
1977	07	Declara de Utilidade Pública o "Abrigo e Jardim de Infância de Rio Azul".
1977	09	Autoriza firmar convênio com a FUNDEPAR para a construção de duas salas de aula anexas ao Grupo Escolar Dr. Afonso Alves Camargo.
1978	04	Fixa os valores mensais para os níveis e funções gratificadas do quadro de servidores públicos municipais a partir de 01-05-1978, conforme tabela em anexo, REVOGA a Lei nº 02/77, de 27-05-77.
1979	02	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a Secretaria de estado da Administração para processamento de reparos na Escola Rural Santa Maria, na localidade de Serra Azul.
1979	14	Autoriza demolir a Escola Rural D. Pedro I, em Butiazal, promovendo a sua reconstrução após transladado o material nos lotes 29 e 30 da quadra 4, à Rua Cafieiro Corsi, esquina com Cel Hortêncio Martins Mello, sendo que o terreno e madeira serão doados para a Associação dos Pais e Amigos dos excepcionais de Rio Azul- APAE-, para funcionamento da escola dos excepcionais.
1980	02	Autoriza firmar convênio com a Secretaria de Esporte e Cultura para a construção de um Centro esportivo na sede do Município de Rio Azul.
1980	06	Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Azul- APAE.
1981	03	Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação à Maternidade e à Infância de Rio Azul-PR.
1982	03	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a LBA- Fundação Legião Brasileira de Assistência-, para implantação de uma unidade Casulo prestando atendimento a 30 menores pré-escolares em regime de 8 horas diárias com recursos fornecidos pelo LBA.
1982	09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a FUNDEPAR para ampliação de Biblioteca e Secretaria do Colégio Comercial estadual de Rio Azul e Escola Dr. Chafic Cury.

1982	12	Cria o Serviço Municipal de Educação e Cultura, competindo-lhe organizar, difundir, administrar, orientar, acompanhar, controlar e avaliar o desempenho da rede educacional Municipal em consonância com os sistemas federal e estadual de educação bem como atuar no desenvolvimento e apoio às atividades culturais, artísticas, científicas, esportivas e recreativas, no âmbito do Município. CRIA o cargo de Chefe do Serviço Municipal de Educação e Cultura.
1983	Decreto Legislativo 1	Aprova o Termo de Convênio entre a FUNDEPAR e o Município para execução do Programa Estadual de Alimentação Escolar.
1983	09	Autoriza o Executivo a firmar convênio com a FUNDEPAR para construção, reconstrução e reforma de prédios escolares na área rural do Município.
1984	Decreto Legislativo 1	Autoriza Executivo a firmar convênio com a FUNDEPAR para execução do Programa Estadual de Alimentação Escolar.
1986	17	Autoriza o Executivo a contratar financiamento junto a Caixa Econômica Federal, com recursos oriundos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social- FAZ-, no valor de 6.643,24 OTNs equivalente a CZ$ 706.840,73 destinado a aquisição de um ônibus para transporte escolar e um veículo coletor de lixo.
1986	19	Disciplina o regime jurídico dos integrantes do Magistério Público Municipal de ensino de 1º Grau, regula o provimento e vacância, deveres e responsabilidades, cria a estrutura, a carreira de Magistério,
		nos termos da Lei Federal %.692, de 11-08-1971.
1987	06	Altera o valor estabelecido no artigo 1º da Lei Municipal 17/86, de 0611-86, que passa a ter a seguinte redação: ... no valor de 7.178,62 OTNs ou valor equivalente a 90% em OTNs do custo dos equipamentos a adquirir, vigente à época da liberação do financiamento".
1989	07	Altera os artigos 44, 45, 46 e 47 da Lei Municipal 19/86- Quadro próprio do Magistério Público Municipal.
1989	13	Altera o Anexo I, da Lei 19/86, de 11-12-1986- Quadro de Magistério Público Municipal.
09-05-1990	Resolução 16	Ratifica os termos de cooperação financeira nº 239/89 e 243/90, entre Secretaria de Estado da Educação e Prefeitura Municipal de Rio Azul para aplicação de recursos estaduais destinado a manutenção de pessoal da rede municipal de ensino a serviço da rede oficial do estado.
1990	33	Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio ou termos de cooperação com as seguintes entidades governamentais: LBA- Legião Brasileira de Assistência, Fundação Caetano Munhoz da Rocha, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria Especial de habitação e Ação social, Secretaria de Estado da Fazenda, Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR-, Secretaria de Estado dos Transportes/Departamento de Estradas e Rodagem/Associação dos Municípios do Centro Sul do

		Paraná e Programa do Voluntariado Paranaense.
1991	66	Autoriza o Executivo a adquirir um veículo ônibus para o transporte escolar.
1991	73	Dispõe sobre os Direitos da Criança e do adolescente e Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
1991	74	Determina a aplicação de 10% em educação pré-escolar e 8% em educação especial.
1992	116	Dispõe sobre a obrigatoriedade de haver um Diretor nas escolas municipais nuclearizadas que contarem com no mínimo oitenta alunos matriculados e em que funcionem as quatro séries do 1º Grau e um Diretor e um Secretario naquelas com mais de cento e vinte alunos matriculados e que contenham as quatro séries do 1º Grau.
1992	119	Autoriza a Prefeitura Municipal a operar e a manter o Centro Integrado de Apoio a criança- CAIC-, em Rio Azul, na rede municipal de ensino, a ser instalado na Avenida Manoel Ribas.
1995	187	Fica declarado de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dr. Chafic Cury.
1995	192	Declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Dr. Afonso Alves de Camargo.
1995	193	Declara de utilidade pública a APM da escola Estadual Nossa Senhora Aparecida da Localidade da Invernada.
11-09-1997	19	Autoriza Executivo a doar terreno a Apae.
10-10-1997	20	Cria o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.
24-042000	114	Autoriza o Executivo a demolir a Escola, na localidade de Água Quente e na localidade de Faxinal de São Pedro.
18-052000	115	Denomina Centro Educacional Gregório Skalicz o prédio do Projeto Piá.
18-052000	117	Denomina Creche Municipal Deputado Aníbal Khury a Creche Municipal localizada na Avenida Manoel Ribas.

Fonte: Câmara Municipal de Rio Azul (2017)

Anexo 5 - Leis municipais referentes à educação no município de Rio Azul- 2001 a 2017.

DATA	Nº DA LEI	SÚMULA
02-052001	151	Autoriza vender o prédio da Escola Nossa Senhora Aparecida de Vila Nova.
22-052001	153	Extingue o trecho da Rua Zacarias Burko (área escolar).
29-052001	154	Autoriza efetuar a venda do Prédio da Escola municipal São Sebastião.
15-082001	156	Nomina "CIDADE DA CRIANÇA" O COMPLEXO Casa Lar Menino Jesus, Creche Municipal Dep. Anibal Cury e Centro Educacional Gregório Skalicz.
27-082001	166	Eleva em 20% a tabela de vencimentos do Magistério.
05-102001	167	Cria a Biblioteca Municipal.
17-122001	178	Institui o Plano Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente.
26-122002	212	Autoriza o Executivo a ceder área de terras com 1.425,00 m², próximo ao Ginásio de Esportes, à APAE para implantação e desenvolvimento do Projeto Piá das Flores.
02-102003	230	Autoriza doação de veículo IMP/Kia Bestaest, ano 1997, microonibus, placas BEL 7310, chassi nº KNHTP7362V6220488, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE de Rio Azul.
16-12-2003	243	Autoriza doação de terreno e prédio da escola da Invernada para o Estado através da Fundepar.
14-042004	247	Autoriza abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 60.000,00 para Secretaria de Educação.
29-102004	266	Reconhece oficialmente a LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais- no município.
05-042005	270	Autoriza o Executivo a celebrar convenio com a Associação Brasileira Escola de Futebol- EBF- para promoção e desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e sociais para crianças.
16-06-2005	284	Cria o PIPE- Programa de Incentivo à Profissionalização do Estudante autoriza a contratação de estagiários a nível Executivo.
07-12-2005	301	Institui o Festival Cultural de Literatura, Produção de Textos, Artes Cênicas e Visuais, Prof. Ivete Padilha Estival a ser realizado no final de cada ano letivo escolar.
30-03-2006	320	Autoriza abertura de crédito especial de R$ 915,16 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
30-03-	320	Autoriza abertura de crédito adicional suplementar de R$

2006		350.000,00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
19-04-2006	322	Autoriza firmar convênio com a Associação de Universitários de Rio Azul.
25-04-2007	363	Cria o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB
25-04-2007	364	Autoriza demolir prédio da Escola Municipal José Bonifácio em Faxinal de São Pedro.
18-10-2007	391	Nomina "Biblioteca Cidadã Municipal Profª Ivete Padilha Estival" a biblioteca cidadã.
10-04-2008	417	Autoriza firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE para concessão de subvenção social.
25-06-2008	443	Autoriza demolir o prédio da Escola Municipal Manoel Carneiro, na localidade de Pinhalzinho, com reaproveitamento dos materiais servíveis em outras construções ou reformas.
11-12-2008	463	Altera nome da Escola Municipal de Faxinal dos Mouras. Passa a denominar-se Escola Rural Municipal Ignácio Zochinski.
12-08-2009	487	Autoriza contratação de crédito no valor de R$ 400.000,00 junto a Agência de Fomento do Paraná S/A, para execução de reforma do prédio da Escola Professora Vanda Hessel.
23-09-2009	500	Autoriza doar para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, um veículo Wolkswagem Gol !.0, G4, chassi 9BWAA05W4AP0006638, ano/modelo 2009, cor branca cristal, 75 cv, quatro portas e um microcomputador com impressora multifuncional.
15-03-2011	570	Crédito especial no valor de R$ 198.000,00 na Secretaria Municipal de Educação.
09-05-2012	637	Autoriza doar ao Estado imóvel localizado em Marumbi dos Elias onde está a Escola Municipal Urquiz Cordeiro e Escola Estadual Miguel Desanoski.
09-05-2012	638	Autoriza doar ao Estado do Paraná, imóvel localizado em Marumbi dos Elias onde está a quadra poliesportiva coberta.
19-12-2013	667	Autoriza firmar convenio com a Associação dos Universitários de Rio Azul para o subsídio dos custos do transporte até universidades de Irati/PR e União da Vitória/PR.
28-05-2013	682	Institui o Programa Municipal de Prevenção de Cáries e Higiene Bucal para os alunos da Rede Municipal de ensino.
11-11-2013	717	Cria o Conselho Municipal de Educação.
17-04-2014	727	Atualiza para R$ 1.697,00 o piso salarial dos professores (40h semanais) a partir de 01-01-2014
11-09-2014	739	Autoriza abertura de crédito de R$ 800.000,00 para aquisição de terreno para a escola Vanda Hessel e na Invernada.

31-03-2015	769	Determina que todas as escolas municipais a serem reformadas ou construídas deverão dispor de armários guarda-volumes, destinados para guarda do material escolar didático dos alunos.
09-06-2015	773	Institui no âmbito da Câmara Municipal o programa *Câmara Mirim*, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.
26-04-2016	813	Cria o Comitê Municipal do Transporte Escolar.
27-03-2017	841	Altera Lei nº 765/2014, que versa sobre o Plano de Cargos do Magistério ampliando para 180 o número de vagas para o cargo de Professor.

Fonte: Câmara Municipal de Rio Azul (2017)

Anexo 6 - Convênio firmado entre o município de rio azul, associação de pais, mestres e funcionários da escola rural municipal José Bonifacio e Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda

PREFEITURA MUNICIPAL DE
RIO AZUL
ADM. 2013 - 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZ
Fone (42) 3463.1122 • Rua Guilherme Pereira,
Cx. Postal 37 • CEP 84560-000 • Rio Azul • Par

CONVÊNIO PMRA Nº 09/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO AZUL, ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL "JOSÉ BONIFÁCIO" E.I.E.F. E ALLIANCE ONE BRASIL EXPORTADORA DE TABACOS LTDA PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Por este instrumento particular, as partes:

PRIMEIRA CONVENIADA: ALLIANCE ONE BRASIL EXPORTADORA DE TABACOS LTDA., empresa com sede na Rua Coronel Agra, 1.767, na cidade de Venâncio Aires-RS, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 33.876.145/0001-00, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos;

SEGUNDA CONVENIADA: MUNICÍPIO DE RIO AZUL, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o número 75963256/0001-01 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. SILVIO PAULO GIRARDI, brasileiro, casado, RG nº 3.646.442-9, CPF nº 487.250.139-04;

TERCEIRA CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL "JOSÉ BONIFÁCIO" E.I.E.F., situada em FAXINAL DE SÃO PEDRO , Município de Rio Azul - PR, inscrita no CNPJ/MF sob o número 07.453.339/0001-92, neste ato representada pelo seu presidente, Sr REGINALDO GURESKI, brasileiro, casado, CPF nº 038.354.349-50;

Resolvem de comum acordo, firmar o presente convênio, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONVÊNIO

Constitui objeto do presente convênio a ação conjunta das partes conveniadas para o desenvolvimento e implantação do Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil, doravante denominado simplesmente PROJETO, que objetiva a criação de atividades educacionais extraclasse em diversas áreas (tais como: acompanhamento escolar, informática; recreação, esportes e lazer; meio ambiente e horticultura, artes e atividades culturais), aos alunos matriculados na ESCOLA RURAL MUNICIPAL " JOSÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZU
Fone (42) 3463.1122 • Rua Guilherme Pereira, 48
Cx. Postal 37 • CEP 84560-000 • Rio Azul • Paran

BONIFÁCIO" E.I.E.F , à comunidade em geral de FAXINAL DE SÃO PEDRO e as comunidades do entorno.

Parágrafo Primeiro

O objeto do presente convênio representa o esforço conjunto da iniciativa privada, do Poder Público e da comunidade local para a erradicação do trabalho infantil nas lavouras de tabaco, inserindo-se no contexto do Programa de Responsabilidade Social Crescer Legal, do Sindicato Interestadual das Indústrias do Fumo – SindiTabaco.

CLÁUSULA SEGUNDA – RESPONSABILIDADES COMUNS DAS PARTES CONVENIADAS

Constituem responsabilidades comuns das partes conveniadas:

a) Atuar com espírito de boa fé e dentro dos princípios éticos e legais;
b) Atuar sempre em prol dos objetivos do PROJETO;
c) Buscar o apoio e a participação da comunidade local;
d) Buscar o melhor aproveitamento dos recursos destinados ao PROJETO;
e) Participar de reuniões ordinárias, ou reuniões extraordinárias, sempre que convocadas Pela PRIMEIRA e/ou SEGUNDA CONVENIADAS para fins de acompanhamento e Avaliação de relatórios e discussão de assuntos relacionados ao PROJETO.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA PRIMEIRA CONVENIADA (ALLIANCE ONE BRASIL)

Constituem obrigações específicas da PRIMEIRA CONVENIADA:

a) Proporcionar os recursos financeiros à TERCEIRA CONVENIADA, recursos estes que serão limitados ao valor total previsto e destinados exclusivamente às atividades relativas ao PROJETO;
b) Sem prejuízo da responsabilidade das demais partes conveniadas quanto à prestação de contas e bom uso dos recursos empregados no PROJETO, fiscalizar o uso de equipamentos, recursos humanos e valores destinados ao PROJETO podendo delegar tal tarefa a terceiro;
c) Coordenar toda e qualquer comunicação pública a respeito do PROJETO, por meio de sua Assessoria de Imprensa;
d) Garantir a realização de diagnóstico do PROJETO em sua fase inicial, avaliação de processo e avaliação final, podendo dispor de consultoria, sem ônus adicional para este projeto;
e) Centralizar e coordenar os monitoramentos recebidos da SEGUNDA CONVENIADA, emitindo pareceres a respeito destes e enviando à SEGUNDA CONVENIADA;
f) Convocar reuniões extraordinárias para acompanhamento e discussão de assuntos relacionados ao PROJETO;

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA SEGUNDA CONVENIADA (MUNICÍPIO DE RIO AZUL)

Constituem obrigações específicas da SEGUNDA CONVENIADA:

a) Contratar e fornecer os recursos humanos necessários para o desenvolvimento das atividades do PROJETO, conforme previsto e necessário para o bom andamento das atividades;
b) Coordenar as atividades desenvolvidas nas instalações da ESCOLA RURAL MUNICIPAL "JOSÉ BONIFÁCIO" E.I.E.F. proporcionadas aos alunos pelo PROJETO;
c) Autorizar e dar o apoio necessário às partes conveniadas para o desenvolvimento do PROJETO junto à ESCOLA RURAL MUNICIPAL" JOSÉ BONIFÁCIO" E.I.E.F. DE ENSINO FUNDAMENTAL;
d) Responsabilizar-se e arcar com os custos de transporte dos alunos durante o período das atividades do PROJETO;
e) Implementar o fornecimento de merenda para os alunos durante o período das atividades do PROJETO;
f) Responsabilizar-se integralmente pelos recursos humanos disponibilizados à execução das atividades do PROJETO;
g) Responsabilizar-se pela manutenção, limpeza e conservação das instalações dos locais de realização do PROJETO na ESCOLA RURAL MUNICIPAL "JOSÉ BONIFÁCIO" E.I.E.F. ;
h) Responsabilizar-se pela guarda e conservação de todos os materiais e equipamentos destinados ao PROJETO, instalados ou depositados na ESCOLA RURAL MUNICIPAL" JOSÉ BONIFÁCIO" E.I.E.F.;
i) Dar o apoio necessário às partes conveniadas e especialmente à TERCEIRA CONVENIADA quanto ao gerenciamento dos recursos destinados ao PROJETO e prestação de contas de tal gerenciamento;
j) Centralizar as informações sobre o desenvolvimento do PROJETO e fiscalizar a destinação dos recursos e as prestações de contas da TERCEIRA CONVENIADA;
k) Encaminhar os monitoramentos mensais à PRIMEIRA CONVENIADA detalhando o desenvolvimento do PROJETO sob o aspecto pedagógico;
l) Planejar as atividades a serem desenvolvidas e seus respectivos planos de aula, mantendo estas informações à disposição em qualquer dia ou hora prevista para realização do projeto;
m) Convocar reuniões extraordinárias para acompanhamento e discussão de assuntos relacionados ao PROJETO;
n) Responsabilizar-se integralmente pela segurança e integridade física das crianças e adolescentes envolvidos no projeto e devidamente matriculados na ESCOLA RURAL MUNICIPAL" JOSÉ BONIFÁCIO" E.I.E.F.;
o) Prestar contas da destinação dos recursos à PRIMEIRA CONVENIADA, fiscalizada pela TERCEIRA CONVENIADA, enviando as cópias das notas fiscais/faturas/recibos das compras realizadas, conforme solicitado da PRIMEIRA CONVENIADA;
p) Solicitar a TERCEIRA CONVENIADA, relatórios de atividades e prestação de contas, quando necessário.
q) Abster-se de comunicar publicamente aspectos do PROJETO que sejam relativos aos recursos destinados pela PRIMEIRA CONVENIADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RI
Fone (42) 3463.1122 • Rua Guilherme Per
Cx. Postal 37 • CEP 84560-000 • Rio Azul •

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA TERCEIRA CONVENIADA (APMF)

Constituem obrigações específicas da TERCEIRA CONVENIADA:

a) Receber e gerir os recursos financeiros destinados ao PROJETO pela PRIMEIRA CONVENIADA;
b) Comprar, com os recursos destinados ao PROJETO, os materiais e equipamentos relacionados com o mesmo e previstos no projeto físico, observadas as prescrições legais, especialmente a realização de três orçamentos;
c) Fiscalizar o emprego dos materiais e equipamentos doados pela PRIMEIRA CONVENIADA somente para atividades do PROJETO;
d) Abster-se de comunicar publicamente aspectos do PROJETO que sejam relativos aos recursos destinados pela PRIMEIRA e SEGUNDA CONVENIADAS.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO

O prazo do presente convênio é de 12 (doze) meses, a contar de 29 de julho de 2014, sendo que ao final desse prazo, as partes avaliarão em conjunto a possibilidade de renovação. Em caso de descontinuidade do PROJETO, os recursos disponibilizados pela PRIMEIRA CONVENIADA e ainda remanescentes, serão restituídos pelas conveniadas, que os receberam.

CLÁUSULA SÉTIMA – DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS

O eventual descumprimento de qualquer uma das cláusulas deste convênio, bem como as medidas corretivas e/ou punitivas a serem aplicadas pela parte inadimplente, serão discutidas e decididas pelas partes conveniadas nas reuniões ordinárias ou naquelas que forem extraordinariamente convocadas.

CLÁUSULA OITAVA – COMUNICAÇÃO SOBRE O PROJETO

O presente convênio não autoriza quaisquer das partes conveniadas a se manifestar, declarar ou comunicar, privada ou publicamente, relacionadas ou não ao PROJETO, sendo certo que toda e qualquer manifestação, declaração ou comunicação relacionadas ao PROJETO cabe à PRIMEIRA CONVENIADA, por meio de suas Assessorias de Imprensa, haja vista a necessidade, ora reconhecida pelas partes conveniadas, de uniformidade de comunicação do PROJETO. Cada parte conveniada poderá, contudo, sempre em seu próprio nome, manifestar-se publicamente em relação à sua própria participação no PROJETO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO A
Fone (42) 3463.1122 • Rua Guilherme Pereira
Cx. Postal 37 • CEP 84560-000 • Rio Azul • P

CLÁUSULA NONA– FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, para dirimir todas as questões oriundas do PROJETO e do presente convênio.

Assinam o presente convênio os representantes legais das partes conveniadas, declarando tais representantes legais que dispõem dos poderes de representação bastantes para firmar o presente convênio, na presença de duas testemunhas abaixo também assinadas.

Rio Azul, 21 de julho de 2014.

Prefeito Municipal

ALLIANCE ONE BRASIL EXPORTADORA DE TABACOS LTDA.
Diretores

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL " JOSÉ BONIFÁCIO " E.I.E.F.
Presidente

Floripe João Soares
Presidente CMP
CPF 971.862.289-68
Testemunha

ADEMIR PETREK
AUX. CONT.
MATRÍCULA Nº 003-1
TESTEMUNHA

APÊNDICES

Apêndice 1 - Pesquisas identificadas a partir do descritor “Rio Azul” nas bases de dados: Domínio Público; Banco de Teses e Dissertações da CAPES; Biblioteca Virtual de Educação do Campo Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); Sistema de Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Campinas (SBU-UNICAMP); Dissertações do Programa de Pós Graduação em Educação da UNICENTRO.

Autor	Título do trabalho	Tipo de trabalho	Ano de publicação	Instituição/Editora
HAURESKO, Cecília	**Entre tradição e modernidade**: o lugar das comunidades faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul - PR) e Anta Gorda (Prudentópolis - PR).	Tese (Doutorado)	2009	Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
SOARES, Joélcio Gonçalves	**Comunidades faxinalenses no município de Rio Azul PR:** gênese, características e transformações temporoespaciais.	Dissertação (Mestrado em gestão do Territóri0)	2012	Universidade Estadual de Ponta Grossa.
MONTEIRO, Rodrigo Rocha.	**Transformações Sócio-Espaciais do Sistema Faxinal:** Um Estudo a partir da Comunidade de Taquari dos Ribeiros em Rio Azul-PR.'	Dissertação (Mestrado)	2009	Universidade Estadual de Santa Catarina

SILVA, Andréa Aparecida Inacio da.	**Para compreender a transformação do patrimônio cognitivo agrícola e ecológico no faxinal Taquari dos Ribeiros, Rio Azul, Paraná**: abordagens etnocientífica e geográfica	Dissertação (Mestrado em gestão do Território)	2012	Universidade Estadual de Ponta Grossa
FERREIRA, Patrícia.	**Estudo sobre os Faxinais Lageado de Baixo e Lageado dos Mello - PR:** A construção de conhecimento a partir da ecologia social como subsídio para um projeto de turismo comunitário.	Dissertação (Mestrado em ciências sociais e aplicadas)	2008	Universidade Estadual de Ponta Grossa
CARVALHO, Rosenaldo de.	**O desejo, o poder, a sedução**: a introdução da fumicultura nos faxinais de rio azul, rebouças e imbituva - 1950-1970.	Dissertação (Mestrado em História)	2015	Universidade Estadual do Centro Oeste
SCHÜLLER, Marcia Adriana.	As Escolas do Centro-Sul e sua Sensibilidade em Abordar a Questão do Trabalho Infantil na Fumicultura	Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário)	2015	Universidade Estadual do Centro Oeste

CAMPOS, Ana Maria de.	Exposição a produtos agrotóxicos na fumicultura no município de Rio Azul-pr	Artigo (Especialização em Medicina do Trabalho)	2012	Universidade Federal do Paraná
HAUER, Margit.	Conflitos e tensões no uso da terra	Tese (Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal)	2009	Universidade Federal do Paraná
GAPINSKI, Ivan.	**A dança de são gonçalo em Rio Azul-pr:** uma leitura a partir da filosofia trágica do jovem Nietzsche	Dissertação Pós-Graduação em História.)	2014	Universidade Estadual do Centro Oeste
SOUZA, Ana Maria de Barros Cazé.	Percepção dos fumicultores expostos à agrotóxicos sobre a qualidade de vida: **ênfase nas condições de saúde geral e auditiva**	Dissertação (Mestrado em distúrbios da comunicação)	2015	Universidade Tuiuti do Paraná

Fonte: Informações organizadas pela autora. Base de dados consultadas: Domínio Público; Banco de Teses e Dissertações da CAPES; Biblioteca Virtual de Educação do Campo Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); Sistema de Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Campinas (SBU-UNICAMP); Dissertações do Programa de Pós Graduação em Educação da UNICENTRO.

Apêndice 2- Roteiro de entrevista com as professoras aposentadas

1. Qual seu nome e idade?
2. Quanto tempo lecionou em Rio Azul?
3. Sempre residiu no faxinal? Se sim, como era a vida na época em que lecionava? Quais as características faxinalenses existiam?
4. Quais culturas eram plantadas na época?
5. Sobre a fumicultura, lembra-se de quando chegou em Rio Azul?
6. Onde e como era a escola em que atuou?
7. Como ocorriam as reformas?
8. Como se dava o apoio do governo?
9. Como era seu trabalho na escola?

Apêndice 3- Roteiro de entrevista com a secretária de educação

1. Quando empresas privadas destinam recursos para o município, onde são depositados e como são direcionados os valores?
2. O novo prédio escolar que está sendo construído na comunidade de Barra da Cachoeira já possui um novo nome?
3. As escolas Rural Municipal Modesto Alves, da Água Quente dos Meiras e Escola Rural Municipal São João I da Cachoeira dos Paulistas serão integradas no novo prédio escolar da Barra da Cachoeira. Para esse processo, foram realizadas consultas com a comunidade escolar a respeito do fechamento das escolas?
4. A Escola Municipal Vanda Hessel possui em seu Projeto Político Pedagógico a oferta da disciplina de Língua Inglesa. Essa disciplina é ofertada em todas as escolas do município? Se não, por qual motivo?
5. Qual a resposta da comunidade escolar referente à consolidação da meta 6[67] do Plano Municipal de Educação?

[67] Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica.

Apêndice 4- Roteiro de entrevista com a diretora da Escola Rural Municipal José Bonifácio

1. Qual a Proposta Pedagógica do Projeto e suas diretrizes norteadoras estipuladas pela empresa *Alliance One* Brasil Exportadora de Tabacos LTDA para a realização do projeto?
2. Qual a relação do Programa Mais Educação com o ensino Integral ofertado pela Escola Rural Municipal José Bonifácio?
3. Qual o horário de funcionamento da escola?
4. Quais projetos são trabalhados com os alunos na escola?
5. Por quais localidades passa o transporte escolar para a Escola Rural Municipal José Bonifácio?

Apêndice 5- Roteiro de entrevista com responsável por aluno

1. Quanto tempo faz que sua filha estuda nessa escola?
2. No momento, a localização da escola está adequada?
3. O que você pensa sobre o fechamento desta escola e a remoção dos alunos para a nova escola?
4. Quais são as vantagens e desvantagens do fechamento desta escola?

Apêndice 6- Roteiro de entrevista ex-secretária de educação de Rio Azul

1. Quem participou da escrita do Plano Municipal de Educação?
2. Houve participação de outras instituições além da Secretaria Municipal de Educação de Rio Azul, como entidades privadas?
3. Foi aberto ao público?
4. Quanto tempo duraram os trabalhos?
5. Houve plenárias, audiências públicas? Quantas?
6. Durante a organização do Plano, houve divergências entre os participantes?
7. Quais preocupações referentes às escolas do campo foram consideradas no Plano Municipal? O que na época foi debatido, mas não foi incluído no Plano? Por quê?
8. Até que ponto o Plano Nacional serviu de orientação?
9. Quais aspectos referentes ao campo você acha relevante destacar
10. Como os recentes acontecimentos em âmbito federal podem influenciar no cumprimento das metas.

Apêndice 7- Roteiro de entrevista com professor aposentado

1. Quando iniciou o cultivo do fumo em Rio Azul?
2. Qual foi a primeira empresa?
3. Por que Rio Azul foi escolhida?
4. Para onde era levada a produção na época?